

**UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL
PRÓ – REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL**

Elaine Xavier Beccatti Cezario

**UM ESTUDO SOBRE AS PRIMEIRAS DIRETRIZES
PEDAGÓGICAS E DE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR DA PRÉ-
ESCOLA NA CIDADE DE SÃO CAETANO DO SUL**

**São Caetano do Sul
2019**

ELAINE XAVIER BECCATTI CEZARIO

**UM ESTUDO SOBRE AS PRIMEIRAS DIRETRIZES
PEDAGÓGICAS E DE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR DA PRÉ-
ESCOLA NA CIDADE DE SÃO CAETANO DO SUL**

**Trabalho Final de Curso apresentado ao
Programa de Pós-Graduação em
Educação – Mestrado Profissional - da
Universidade Municipal de São Caetano
do Sul como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em
Educação.**

**Área de concentração: Formação de
Professores e Gestores**

Orientador: Prof. Dr. Paulo Sérgio Garcia

**São Caetano do Sul
2019**

FICHA CATALOGRÁFICA

CEZARIO, Elaine Xavier Beccatti

Um estudo sobre as primeiras diretrizes pedagógicas e de organização escolar da pré-escola na cidade de São Caetano do Sul / Elaine Xavier Beccatti Cezario – São Caetano do Sul: USCS – Universidade Municipal de São Caetano do Sul, 2019.

153 p.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Sérgio Garcia

Dissertação (Mestrado Profissional)-USCS, Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2019.

1. História da Educação. 2. Educação Infantil. 3. Diretrizes pedagógicas. 4. Organização escolar.
I. Garcia, Paulo Sérgio. II. Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

**Reitor da Universidade Municipal de São Caetano do Sul
Prof. Dr. Marcos Sidnei Bassi**

**Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa
Prof.^a Dr.^a Maria do Carmo Romeiro**

**Gestão do Programa de Pós-graduação em Educação
Prof. Dr. Nonato Assis de Miranda
Prof.^a Dr.^a Ana Sílvia Moço Aparício**

Trabalho Final de Curso defendido e aprovado em 25/02/2019 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Paulo Sérgio Garcia (orientador)

Prof.^a Dr.^a Lúgia Vercelli

Prof.^a Dr.^a Marta Regina Paulo da Silva

Dedico este trabalho a minha família, que com muita paciência esteve ao meu lado nestes dois anos e, em especial ao meu esposo Paulo e a minha mãe Abigail, pelo incentivo e apoio nesta caminhada.

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho não teria sido possível sem o apoio da minha família que entendeu a minha ausência em vários momentos, foi compreensiva nos meus momentos de *stress* e auxiliou-me nas situações das diversas tarefas de uma mulher-mãe-profissional-dona-de-casa-mestranda.

Sou grata ao meu marido, Paulo Cezario, que incentivou-me desde o início desta trajetória acadêmica reconhecendo a importância deste Mestrado para meu crescimento profissional.

Sou grata as Professoras Isola Marques Teani e a Maria Luísa de Campos Orlando, que de forma tão gentil dividiram suas experiências como sendo as professoras que participaram da Educação Infantil desde o seu início neste município e que tanto contribuíram para o desenvolvimento da minha pesquisa.

A Profa. Dra. Marta Regina Paulo da Silva e a Profa. Dra. Lígia Vercelli, pelas relevantes considerações a este trabalho e por integrar as bancas de qualificação e defesa.

Meus profundos agradecimentos a meu professor-orientador, Paulo Sérgio Garcia, mentor e responsável pelo meu ingresso à vida acadêmica, onde aprendi muito durante os dois anos de estudos, e aos meus colegas de turma, Fernando, Alex, Renata e Alessandra, parceiros de trabalhos, artigos e seminários e que se tornaram grandes amigos.

Às minhas amigas e companheiras de trabalho do Centro de Capacitação dos Profissionais da Educação, CECAPE, pelo incentivo e apoio durante esta etapa.

Agradeço à Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, e a Universidade São Caetano do Sul – USCS, que em parceria, concederam-me parte da Bolsa de Estudos para a realização deste Mestrado, e à Secretaria de Educação, a qual autorizou e incentivou minha pesquisa.

Agradeço a Deus pelo dom da vida, pela oportunidade de levantar todos os dias com saúde e ter a capacidade de encarar os desafios que surgem e ter a certeza que nunca estarei sozinha, pois confio em Sua promessa que está comigo todos os dias.

Tudo neste mundo tem o seu tempo;

Cada coisa tem a sua ocasião. [...]

Deus marcou o tempo certo para cada coisa. Ele nos deu o desejo de entender as coisas que já aconteceram e as que ainda vão acontecer, porém não nos deixa compreender completamente o que ele faz.

Então entendi que nesta vida tudo o que a pessoa pode fazer é procurar ser feliz e viver o melhor que puder.

Eclesiastes 3: 1, 11-12

RESUMO

São Caetano do Sul é um pequeno município situado na região do grande ABC Paulista, que tem se destacado no campo social e educacional. Neste segundo ponto, estudos têm analisado inúmeras questões sob várias perspectivas: os investimentos, a gestão escolar, o currículo, a sala de aula, o trabalho docente, entre outros. Todavia, ainda há muito espaço para estudos, sobretudo aqueles relacionados com a história da Educação Infantil da cidade, que no início era denominada de pré-escola. Existem apenas dois trabalhos nesta linha de pesquisa, que apresentam dados contraditórios. Neste sentido, este estudo analisou as primeiras diretrizes pedagógicas e de organização escolar da pré-escola da cidade de São Caetano do Sul. A partir da abordagem qualitativa, a pesquisa que envolveu a decodificação de documentos (Decretos, Leis, entre outros) e entrevistas com duas professoras que viveram o início deste processo. Os resultados revelaram que as primeiras três décadas trouxeram elementos relevantes para a organização escolar da Educação Infantil. Com bases iniciais externas, orientadas pelo Departamento de Educação Física e Esportes, foram estruturados aspectos importantes como o controle de matrícula e sua documentação, a frequência escolar, os horários das escolas, as formas de controle de segurança, a quantidade de alunos por turma, os períodos de férias e de recesso escolar. Depois com autonomia local, foram instituídas a forma de contratação da professora, a criação do Conselho de Seleção de Professores, a denominação de Escola Municipal de Educação Infantil, a exigência de seleção exclusiva para os cargos de professoras, a criação do quadro do magistério, do primeiro Regimento Interno Funcional e a elaboração de procedimentos para a seleção dos profissionais da educação. Em termos de organização pedagógica, foram criadas as competências das professoras recreacionistas e das jardineiras, a primeira rotina escolar, um objetivo pedagógico para toda a Educação Infantil, a Comissão de Planejamento e Normas Pedagógicas, o cargo de diretor de escola, entre outros. Os dados apresentados nesta presente pesquisa podem ser utilizados, pelo menos, em três perspectivas: pelas universidades locais no contexto da formação de professores, tanto inicial como continuada; pela secretaria de educação da cidade, que, neste contexto, pode criar mecanismos de divulgação da início da Educação Infantil; pela Fundação Pró-memória, para a criação de cursos, eventos e novos artigos sobre o tema.

Palavras-chave: História da Educação Infantil. Diretrizes pedagógicas. Organização escolar.

ABSTRACT

São Caetano do Sul is a county located in the region of the great ABC Paulista, which has stood out in the social and educational fields. In this second point, studies have analyzed many aspects from various perspectives: investments, school management, the curriculum, the everyday aspects in the classroom, the teacher's work, among others. However, there is still plenty of space for studies, especially ones related to the history of early childhood education in the city, which, at its beginning, was called preschool. There are only two papers in this line of research and they present conflicting data. In this sense, this study analyzed the first pedagogical guidelines and school organization of the pre-schools in the city of São Caetano do Sul. With a qualitative approach, the research involved the decoding of documents (Decrees, Laws, among others) and interviews with professionals who lived through the beginning of this process. The results revealed that the first three decades brought important elements to the school organization of Early Childhood Education. With initial external bases, guided by the Department of Physical Education and Sports, important aspects were structured as the control of enrollment and its documentation, school attendance, school schedules, forms of security control, the number of students per class, holiday periods and school breaks. Later, with local autonomy, the requirements for the hiring of teachers, the creation of the Teachers' Selection Council, the denomination of Municipal School of Early Childhood Education, the requirement of exclusive selection for teaching positions, the creation of the teaching profession, of the first Internal Functional Regulation and the elaboration of procedures for the selection of education professionals. In terms of pedagogical organization, the skills of recreational teachers and nursery teachers were created, the first school routine, a pedagogical objective for all Child Education, the Pedagogical Planning and Standards Commission, the position of school director, among others. The data presented in this present research can be used in at least three perspectives: local universities in the context of teacher training, both initial and continuing; by the education department of the city, which, in this context, can create mechanisms to publicize the beginning of Early Childhood Education; by the Pró-Memória Foundation, for the creation of courses, events and new articles on the theme.

Keywords: History of Education. Child education. Pedagogical guidelines. School organization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Notícia no jornal de 25/07/1959, inauguração dos parques José Mariano(localizado na Rua Flórida) e do Parque João Barile (localizado no Bairro Fundação).....	76
Figura 2	Notícia do Jornal De São Caetano, do dia 05/08/1958, referente à inauguração do primeiro parque infantil na cidade de SCS, em 27/07/1958, O Parque Infantil 1º de Maio.....	77
Figura 3	Notícia retirada do Jornal De São Caetano, de 04/03/1967, referente ao encerramento do Curso ministrado pelo DEFE, às recreacionistas dos Parques Infantis.....	116
Figura 4	- Informação retirada do Jornal São Caetano – Suplemento Especial – 04/1967	118

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1	Qualidade na educação: gastos <i>versus</i> resultados.	67
-----------	--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Relação Nominal dos prefeitos da Cidade de SCS.....	64
Quadro 2	Relação atual das escolas de Educação Infantil/2018	69
Quadro 3	Registro das escolas no livro “Jardim de Infância”.....	72
Quadro 4	Informações retiradas do Projeto – Era uma vez.....	74
Quadro 5	Comparação das datas de inauguração dos parques	78
Quadro 6	Decretos relacionados à organização administrativa e pedagógica.....	85
Quadro 7	Leis relacionadas à organização administrativa e pedagógica.....	88
Quadro 8	Escolas de Educação Infantil em 1968.....	101
Quadro 9	Síntese das três décadas das diretrizes para a organização administrativa da Pré-Escola	127
Quadro 10	Síntese das três décadas da organização pedagógica da Pré- Escola.....	135

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Características da cidade de SCSul	65
Tabela 2	Classes de consumo/distribuição de renda - 2014.....	65
Tabela 3	PIB de SCSul em 2016	66
Tabela 4	População de SCSul - 2016.....	66
Tabela 5	Quantidade de professores em 2016.....	67
Tabela 6	Quantidade de alunos por nível de ensino em 2016.....	68
Tabela 7	Número de matrículas- série histórica	70
Tabela 8	Número de alunos matriculados na E.I. de 2017 a 2018.....	70
Tabela 9	Quantidade de funcionários da cidade de SCSul	71

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

API	Auxiliar de primeira infância
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cecape	Centro de Capacitação dos Profissionais da Educação
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNE	Conselho Nacional de Educação
COPLANP	Comissão de Planejamento e Normas Pedagógicas
COSEPRO	Conselho de Seleção de Professores
CP	Coordenador Pedagógico
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
DEFE	Departamento de Educação Física e Esportes
DEPEC	Departamento de Educação e Cultura
DICA	Didática Informação Cultura e Arte
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EI	Educação Infantil
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
EMI	Escola Municipal Integrada
GIER	Gestão Inteligente da Educação Responsável
HTPC	Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano por município

Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Plano Nacional de Educação
PREMI	Pré-Escola Municipal Integrada
PROAUD	Professor Auxiliar Administrativo
RH	Recursos Humanos
Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SCS	São Caetano do Sul
Seade	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEEDUC	Secretaria de Educação e Cultura
UNIABC	Universidade do ABC
Unicef	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USCS	Universidade de São Caetano do Sul

SUMÁRIO

MEMORIAL.....	33
1 INTRODUÇÃO.....	37
1.1 Limitações do Estudo.....	43
2 EDUCAÇÃO INFANTIL: A ORIGEM	44
2.1 A trajetória da Educação Infantil no Brasil.....	46
2.1.1 A Legislação Brasileira e a Educação Infantil.....	53
3 A CIDADE DE SÃO CAETANO DO SUL: DO SURGIMENTO AOS DIAS ATUAIS.....	61
3.1 Os primeiros passos da Educação Infantil em SCSul.....	71
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	79
4.1 Fases do estudo.....	80
4.1.1 Primeira fase.....	80
4.1.2 Segunda fase.....	81
4.1.3 Terceira fase.....	83
5 RESULTADOS	85
5.1 O estudo documental	85
5.2 Decretos	92
5.2.1 Decreto n. 1047 de 09 de fevereiro de 1961	92
5.2.2 Decreto n. 2337 de 23 de fevereiro de 1965.....	98
5.2.3 Decreto n. 2562 de 20 de outubro de 1965	100
5.2.4 Decreto n. 3101 de 06 de maio de 1968	101
5.2.5 Decreto n. 4470 de 09 de dezembro de 1977	102
5.2.6 Decreto n. 4513 de 09 de março de 1978	108

5.2.7 Decreto n. 4679 de 17 de julho de 1979 e Decreto n. 4829 de 22/08/1980.....	109
5.2.8 Lei n. 2682 de 08 de outubro de 1981	110
5.2.9 Decreto n. 5028 de 29/12/1981	112
5.2.10 Decreto n. 5430 de 22/03/1985	113
5.4 Os dados das entrevistas	115
5.5 Tecendo a tessitura	121
5.5.1 O domínio administrativo.....	122
5.5.2 O domínio pedagógico.....	128
6 PRODUTO FINAL.....	136
6.1 Cronograma do plano de formação	137
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
REFERÊNCIAS.....	141
APÊNDICES.....	147
A – Entrevista para Gestores/ Diretores de escola.....	147
B – Termo de consentimento livre e esclarecido	149

MEMORIAL

Optei pelo magistério em 1981, época na qual ainda não sabia ao certo o que queria. Concluí o curso em 1984. Consegui uma vaga como professora eventual em uma escola do Estado em São Paulo, Escola Estadual Prof. Demonsthenes, esta foi minha única experiência como professora da rede estadual. Em 1986, ingressei na rede pública da cidade de São Caetano, rede esta de atuação e experiência como professora de Educação Infantil por 20 anos.

No início, me deparei com incertezas diante de como é ser professora. Ter concluído o curso de magistério, não parecia suficiente para compreender e exercer o papel de professora. Tinha como modelo os professores que passaram pela minha vida e o que havia estudado no curso de magistério, principalmente no quarto ano que foi a especialização em pré-escola. Não encontrava a princípio, um elo entre a teoria e a prática – *práxis* –, palavra tão difundida no curso do magistério.

Durante o primeiro ano de trabalho na rede de educação do município, exerci a função como professora substituta. Todos os dias, dirigia-me ao Departamento de Educação (DEPEC) da cidade, atualmente a Secretaria de Educação (SEEDUC), e de lá me dirigia para as escolas, quando necessário, para cobrir as licenças (faltas abonadas, licenças médicas, entre outros). Este período foi significativo, para a aquisição de experiência em gestão de pela Educação Infantil e com um número bem menor de escolas em relação à quantidade existente atualmente.

Após um ano, assumi como professora titular a minha primeira sala de aula na Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Maria D'Agostini, uma turma de crianças de 4 anos, classificada na época como alunos da fase I. Enfim, estava com minha classe e meus alunos, não tendo mais que realizar as atividades que as professoras, as quais substituí, deixavam prontas para que eu as aplicasse, agora essa responsabilidade era minha.

Assumir uma sala e ter em mãos a responsabilidade do aprendizado das crianças despertou em mim uma nova motivação, um novo sentido. Tive que retomar algumas leituras, mas agora com um sentido diferente, a teoria era testada e observada na prática. Havia a necessidade da compreensão do desenvolvimento infantil, de como se dá a aprendizagem da criança para saber planejar uma boa aula.

A relação da prática e teoria ganhou um novo sentido e eu começava, mesmo sem ter consciência, a desenvolver uma maturidade profissional.

Em 1998, retomei os estudos fazendo o curso de Pedagogia na Universidade do Grande ABC (UNIABC). Assim que concluí a graduação realizei a Pós-Graduação *Latu Sensu*, em Supervisão Escolar e depois de 2 anos iniciei uma segunda Pós-graduação em Direito Educacional.

Ser aluna do curso de Pedagogia e professora de Educação Infantil, concomitantemente, redimensionou o meu olhar, tornando-me autocrítica, mais questionadora e não me deixando levar por modismos pedagógicos, mas ter como objetivo a aprendizagem dos meus alunos, sem deixar de lado a ludicidade tão importante para as crianças desta idade.

Acredito que meu lado “moleca”, tão presente na minha infância, despertava dentro da sala de aula junto aos meus pequenos em uma busca de tornar os momentos na escola mais atrativos, motivando-os a retornar todos os dias.

O Departamento de Educação desenvolveu várias ações para a formação dos professores da rede, dentre eles, destaco a assessoria pedagógica dos formadores da Escola da Vila, em 1998, que era coordenado pela Professora Zélia Cavalcante e posteriormente, pela Professora Ana Claudia Rocha, que contribuiu consideravelmente para o desenvolvimento de um novo “fazer” pedagógico, por meio de projetos, jogos e um novo olhar para o trabalho com a leitura na Educação Infantil, além de promover a reflexão na relação ensino-aprendizagem.

Decorridos cinco anos, a partir de 2003, continuou com a assessoria para os professores de Educação Infantil, mas com um novo nome “Projeto Didática, Informação, Cultura e Arte (DICA), tendo como responsáveis as formadoras Ana Claudia que já fazia parte e a inclusão da professora Mariana Breim. Este programa de assessoria permaneceu até 2012 e se estendeu à formação dos professores do Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano). Esta ação formativa teve uma influência importante e contribuiu significativamente em minha formação profissional.

Após 20 anos atuando como professora de Educação Infantil e com a municipalização do Ensino Fundamental, na cidade de São Caetano em 2007, fui convidada a exercer a função de coordenadora pedagógica em uma das escolas que fora municipalizada.

Encarar este desafio em uma escola de Ensino Fundamental, um segmento diferente, pessoas com as quais nunca tivera contato e me tornar “chefe”, sem ter

participado de uma formação em gestão de pessoas e ainda com um agravante, ser coordenador pedagógico sem ter tido um como referência, pois na Educação Infantil, até aquele momento, não existia esta função, tirou-me literalmente da zona de conforto.

Como foi difícil essa passagem: de uma sala de aula da educação infantil, para ser coordenadora pedagógica (CP) de uma escola de Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano. Quantos sentimentos envolvidos diante do novo: imaturidade, medo, insegurança, entre outros, de fato um mundo diferente do meu dia a dia com as crianças. Ao mesmo tempo, foi a mola propulsora que despertou o interesse por tentar algo novo, diferente do que já conhecia, então assumi a função de CP.

Desenvolver esta função exigiu novos estudos, leituras, observação, orientações de meus superiores e novas formações. Investi na minha autoformação e realizei o curso de extensão pedagógica, voltada ao coordenador pedagógico com foco na formação de educadores, no Instituto Vera Cruz. Tive a oportunidade de participar do Congresso de Educação, em Buenos Aires, com foco na alfabetização em 2009.

Exerci a função de CP por sete anos. Em 2013 foi-me oferecido o cargo de Assistente de Direção, o qual não me causou tanta estranheza, pois como CP, participava da mesma equipe gestora da escola, e isto deu-me uma certa segurança ao assumir esta função, onde permaneci por dois anos.

Em 2015, fui encaminhada ao Centro de Formação de Profissionais da Educação (CECAPE), para atuar como formadora pedagógica da rede de educação do mesmo município, onde trabalho atualmente.

Meu trabalho consiste na formação em serviço dos professores e coordenadores das escolas, por meio de, entre outras coisas, do uso do Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) formativo, aulas em parceria, observação e reflexão de aula. É um trabalho de grande responsabilidade, exige dedicação e uma busca constante de formação e novas estratégias.

Realizo este trabalho junto a uma equipe de professoras competentes e sob a gestão, capacidade e maestria do professor Dr. Paulo Sérgio, diretor do CECAPE, que de certa forma, foi o mentor pela minha opção em ingressar no Mestrado Profissional.

A oportunidade do Mestrado e a opção por pesquisar a “História da Educação Infantil” no município onde nasci, estudei, moro e trabalho, me motiva e causa um sentimento de pertencimento, pois vivenciei parte desta história

Assim, é esse o momento em que me encontro, na realização de uma pesquisa de uma história que resultou o presente e que terá contribuições para o futuro.

1 INTRODUÇÃO

A história é caracterizada como uma ciência e, nesta perspectiva, ela estuda, entre outras coisas, a vida dos homens ao longo do tempo. Trata-se de analisar as realizações de homens e mulheres, em um movimento de preservação de fatos, ideias, memórias e aprendizagem, pois se pode aprender com o passado e compreender melhor o mundo atual.

Neste contexto, a transformação e permanência fazem parte do estudo da história, e identificá-las é reconhecer a complexidade da sua essência, que inclui uma dupla dimensão: a espacial e a temporal.

Assim, o conhecimento histórico auxilia na compreensão do homem e do mundo, pois a história é realizada pelos indivíduos (homens, mulheres, crianças, pobres, governantes, dominados) em períodos de guerra ou paz. Trata-se de um movimento que pode servir de alerta à raça humana que atua e transforma o mundo.

O estudo da história nos permite identificar e analisar o que os homens foram e realizaram. Tal situação auxilia, entre outras coisas, na compreensão do que podemos ser, realizar e deixar para as próximas gerações.

Os estudos históricos estão presentes em várias disciplinas e áreas. No primeiro caso, a história, por exemplo, da biologia ou a história da física. No segundo, a história do ensino ou da educação. Dentro desta categoria, e de forma mais particular, existem estudos relativos à educação infantil (EI) no mundo, em geral, e no Brasil, em particular.

A história da educação infantil encontra-se entrelaçada com o percurso e a ascensão das mulheres na sociedade. Isto pode ser explicado ao observar que, historicamente, o cuidado com as crianças, desde o início foi da incumbência feminina.

Com o marco da industrialização, potencializou-se a presença feminina no mercado de trabalho, induzindo as famílias europeias a se adequarem a essa nova realidade, sobretudo em relação à educação das crianças, que era de responsabilidade exclusiva da família.

Rizzo (2003) sinalizou que, com este novo cenário, surgiram outros arranjos de serviços para o atendimento das crianças, sendo esses oferecidos por mulheres da comunidade, que não estavam trabalhando nas fábricas. O trabalho realizado por

essas mulheres junto às crianças era, sobretudo, de desenvolvimento de bons hábitos de comportamento e de internalização de regras morais.

De acordo com a mesma autora, com este novo tipo de serviço cresceram os riscos de maus tratos às crianças, pois essas costumavam ser atendidas em grande número somente por uma mulher. A ausência de comida e higiene colaborava com o aumento dos castigos, muitas vezes físicos – tentativa de controlar e manter as crianças quietas. Esses maus tratos passaram a ser comuns, forçando muitas pessoas a acolher as crianças que ficavam nas ruas.

Neste contexto, começaram a surgir as primeiras instituições visando cuidar e proteger as crianças para que as mães pudessem trabalhar. Essas entidades possuíam um caráter assistencialista atrelado à guarda, à higiene, à alimentação e aos cuidados físicos das crianças.

No Brasil, a história da educação infantil ainda é recente, mas ela também foi influenciada pelo aparecimento da indústria, que contribuiu para a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

A entrada das mulheres no mercado agravou ainda mais a questão do abandono das crianças e fez surgir instituições, como a Casa dos Expostos ou Roda dos Excluídos, mediadas pela igreja católica para acolher as crianças órfãs, aquelas originadas de gravidez indesejada, os filhos de mulheres solteiras, entre outras.

Com a extinção dessas instituições, que, para Negrão (2004), ofereciam uma educação disciplinadora e moralizadora, sustentadas por órgãos assistencialistas e da saúde, começaram a crescer o número de orfanatos, de entidades religiosas e filantrópicas, creches e jardins da infância no país para atender as crianças.

Apenas no final do século XIX, o Estado brasileiro assumiu a função de cuidar da educação das crianças, visando investir no futuro da nação. Todavia, esse atendimento ocorria sobre as classes mais pobres, que eram assistidas com projetos assentados nas premissas de carência e deficiência. As crianças das classes ricas eram atendidas nos jardins da infância, a partir de ideias mais atreladas à criatividade (KRAMER, 1995).

A legislação brasileira em relação à EI avançou bastante, sobretudo nas últimas décadas. Primeiro com o Código de Menores do Brasil (Decreto nº 17943-A, de 12 de outubro de 1927), sendo a primeira legislação unicamente voltada para crianças e adolescentes e, mais recentemente, com dois grandes marcos: a

Constituição Federal de 1988 (CF/1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8069, de 13 de junho de 1990, que enfatiza o direito da criança à educação.

Neste contexto, outros marcos foram: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de dezembro de 1996, os subsídios para credenciamento e o funcionamento das instituições de educação infantil (BRASIL, 1998b), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998a), as Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), a Lei nº 10172/2001, o Plano Nacional de Educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, de 2010, a Emenda Constitucional nº 59/2009, de 11 de novembro de 2009, e a Lei 12796/2013. Todavia, existem ainda muitos desafios para serem consolidados em relação ao direito da criança a uma escola de qualidade.

A história da educação infantil na cidade de São Caetano do Sul também é recente. Somente com a emancipação, ocorrida em 1948, é que começou esse movimento histórico com a criação da escola Primeiro de Maio, que iniciou a EI na cidade.

Em termos de história da educação infantil no município de São Caetano do Sul, pode-se encontrar duas grandes referências. A primeira é o livro intitulado Jardins de Infância, publicado em 2004 pela Fundação Pró-Memória.

Esta publicação, lançada na gestão do então prefeito Luiz Olinto Tortorello apresenta, em geral, informações do início da história da EI em São Caetano, traz elementos sobre os patronos das unidades escolares, um conjunto de fotos antigas de eventos, de professores, de alunos e de diretoras das escolas. Esse documento apresenta também algumas particularidades reveladas a partir de entrevistas com as diretoras das escolas.

A segunda grande referência histórica da educação infantil de São Caetano do Sul é o projeto Era uma Vez. Este trabalho busca recuperar a história da EI a partir da utilização de exposições fotográficas, de vídeos e de relatos e entrevistas de profissionais (diretoras e professoras) e da comunidade (pais de alunos).

No entanto, essas duas referências, o livro e o projeto, apresentam algumas informações contraditórias em várias questões. Por exemplo, há diferenças entre as

datas de inauguração de algumas escolas, nomes de diretoras, entre outras particularidades.

Essas referências históricas trazem poucas informações sobre as primeiras diretrizes de organização escolar e pedagógicas assumidas pelas escolas e pelas professoras para o atendimento das crianças e das famílias. Também os trabalhos não apresentam indicações de atuação para as professoras, para as gestoras e para os funcionários.

Exatamente nessas lacunas se insere o problema desta pesquisa: quais foram as primeiras diretrizes pedagógicas e de organização escolar da pré-escola da cidade de São Caetano do Sul?

O objetivo geral do trabalho está atrelado à questão de analisar as primeiras diretrizes pedagógicas e de organização escolar da pré-escola da cidade de São Caetano do Sul.

Como objetivos específicos buscou-se, inicialmente, realizar uma análise na literatura especializada sobre a história da pré-escola no Brasil e em São Caetano do Sul, identificar e analisar os documentos (leis, decretos, pareceres, publicações em jornais) que trouxeram as primeiras diretrizes pedagógicas e de organização escolar da pré-escola no início da EI no município; analisar a percepção de profissionais, especialistas em educação, diretoras e professoras, que viveram e participaram do início da educação infantil na cidade de São Caetano do Sul, sobre as primeiras diretrizes pedagógicas e de organização da pré-escola.

Para tanto, este estudo está elaborado em três partes a partir do segundo capítulo.

O segundo capítulo apresenta uma pesquisa bibliográfica da história da educação infantil na Europa e o seu início no Brasil. Este capítulo está dividido em três tópicos: educação infantil: o início; a trajetória da educação infantil no Brasil; a legislação brasileira e a educação infantil.

No primeiro tópico, a pesquisa discorre sobre o começo da EI na Europa, que se deu por volta do século XIX, com o surgimento do capitalismo e o advento da Revolução Industrial e a maneira com que esses acontecimentos alteraram o cenário familiar da época devido à inserção da mulher no mercado de trabalho, interferindo e modificando a forma da família cuidar dos filhos.

Nesta parte, é retratado o despontar de outras formas de serviços de atendimento às crianças, desde os informais (mulheres que não trabalhavam nas

indústrias, mas eram pagas para cuidar dos filhos das operárias) até o aparecimento dos serviços formais (instituições de caráter filantrópico) e a criação de instituições como creches de caráter inicialmente assistencialista que demonstraram interesse pedagógico.

O segundo tópico refere-se à história da EI no Brasil no início do século XX, quando a estruturação do capitalismo, o crescimento urbano e a carência de mão de obra fizeram com que as mulheres começassem a ocupar os espaços no mercado de trabalho e como este fato alterou a convivência familiar e emergiu a necessidade de deixar os filhos aos cuidados de outros. Neste contexto, para assistir a essas mulheres que trabalham fora, surgem as primeiras creches e orfanatos de cunho assistencialista.

Ainda no mesmo tópico, a pesquisa discorre sobre fatos que marcaram a história da EI, como a existência da Roda dos Excluídos, onde as crianças eram abandonadas e assumidas por instituições assistencialistas; a criação da especialidade médica a pediatria; o surgimento das instituições destinadas a cuidar das crianças criadas pelo poder público e o conhecimento como uma ação discriminatória, pois as crianças de classe social privilegiada tinham acesso a uma educação melhor do que as crianças da classe menos favorecida.

No último tópico, foram levantadas as leis que regularizaram todo o trabalho do Estado, no âmbito da legislação, reconhecendo a criança como um ser com direitos.

O terceiro capítulo traz como tema de pesquisa a história da cidade de São Caetano do Sul: do início aos dias atuais, a partir de sua colonização na primeira metade do século XVII, quando o bandeirante Fernão Dias Paes Leme doou terras aos frades beneditinos, que iniciaram a fazenda São Caetano. A seguir, descreve-se a chegada dos italianos em 1877, revelando o cenário de sua emancipação político-administrativa, consolidada em 24 de outubro de 1948.

Após a emancipação, em 1948, o município começou a tratar das eleições para eleger seus prefeitos. Este capítulo discorre sobre uma breve biografia de cada um dos gestores que administraram a cidade de 1949 até o ano vigente da pesquisa, 2018.

São destacadas algumas características demográficas e educacionais do município. No primeiro caso, estão entre elas o fato de a cidade possuir o maior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) nas avaliações de 2000 e

2010, e a maior renda média *per capita* (R\$ 2.349) da região do Grande ABC Paulista. No segundo, são apresentados os dados da realidade da educação, alguns deles veiculados pelo Observatório do Grande ABC Paulista nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017.

O último tópico deste capítulo trata da pesquisa da EI na cidade de São Caetano do Sul, que teve início 11 anos após a emancipação da cidade. Para o desenvolvimento deste tópico, a pesquisa foi embasada em dois trabalhos realizados pela Fundação Pró-Memória, o livro intitulado Jardins de Infância, publicado em 2004, e o projeto Era uma vez, realizado em 2008. A partir deste material, as dez primeiras escolas de EI criadas no município foram relacionadas por ordem de inauguração.

O quarto capítulo deste presente estudo traz a metodologia adotada. Apresenta-se os objetivos e indica-se a abordagem metodológica que se utiliza no trabalho (pesquisa qualitativa).

O estudo está dividido em duas fases. Na primeira, são identificadas e analisadas as leis, decretos, pareceres, resoluções e publicações do município, disponíveis na Fundação Pró-Memória, na Secretaria de Educação da cidade e no site da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul. Os documentos coletados serão desde o início da EI em São Caetano do Sul, os quais sejam possíveis identificar e analisar as primeiras diretrizes pedagógicas e de organização escolar oriundas da Secretaria de Educação para as escolas e para as professoras.

Esta fase será realizada com o auxílio da pesquisa documental como abordagem metodológica, na qual o documento é uma fonte valiosa de compreensão da história. Nesta apreciação dos documentos, será utilizada a análise de conteúdo (BARDIN, 1977), a fim de capturar os sentidos e os significados, explícitos ou ocultos, nos textos.

Na segunda fase do estudo são realizadas entrevistas semiestruturadas, elaboradas a partir das análises realizadas nos documentos interpretados (leis, decretos, pareceres, resoluções e publicações em jornais do município), com algumas personalidades que viveram a primeira década da EI na cidade de São Caetano do Sul. Os dados são analisados com a utilização da teoria fundamentada.

1.1 Limitações do estudo

Este presente estudo apresenta limitações que não reduzem o valor da investigação realizada. Todavia, expressando-as, é possível garantir maior validade e rigorosidade ao processo de pesquisa desenvolvido.

Entre as limitações encontra-se o número de professoras que participaram da presente pesquisa – duas profissionais que viveram o início da história da Educação Infantil de São Caetano do Sul, nas funções de professoras, diretoras de escolas e assumiram cargos na Diretoria/ Secretaria trabalhando na assessoria pedagógica.

Outra questão relaciona-se ao fato de existir pouca legislação, e algumas com lacunas, impossibilitando análises mais pormenorizadas. Soma-se a isso o fato de que não foram encontradas atas de discussão e de construção desses documentos, limitando também as apreciações realizadas.

Mesmo com tais limitações, resultados robustos trouxeram dados empíricos das primeiras três décadas de organização escolar e pedagógica da educação infantil. Tais elementos podem ser utilizados pelas universidades locais no contexto da formação de professores, tanto inicial como continuada, pela Secretaria de Educação da cidade, para divulgar a história do início da educação infantil, e pela Fundação Pró-Memória para a criação de cursos, eventos e novos artigos sobre o tema.

2 EDUCAÇÃO INFANTIL: O INÍCIO

A Europa, entre o final do século XIX e início do século XX, passou por importantes mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais devido, sobretudo, à Revolução Industrial que impactou todo este período.

Tal situação foi originada em virtude de as fábricas iniciarem a substituição das ferramentas mais artesanais por máquinas e, ao mesmo tempo, começarem a substituir a força humana pela força motriz. Essas mudanças repercutiram em toda sociedade da época.

A Revolução Industrial influenciou, entre inúmeras questões, o modo de vida das pessoas da classe operária, pois possibilitou a entrada, cada vez maior, de mulheres no mercado de trabalho, interferindo e modificando a forma da família cuidar e educar seus filhos. A estrutura das famílias europeias teve de se adequar à nova realidade da época, principalmente em relação à educação das crianças, que até então era de sua responsabilidade exclusiva.

O crescimento industrial aumentou, consideravelmente, a participação dos pais (pai e mãe) nos trabalhos dentro das fábricas e, diante desses acontecimentos, surgiram outras formas de arranjos mais formais de serviços de atendimento às crianças. Esses serviços eram organizados por mulheres da comunidade que não tinham uma proposta instrucional formal, ou seja, não possuíam um contrato ou registro de trabalho. Elas realizavam atividades relacionadas ao desenvolvimento de bons hábitos de comportamento e de internalização de regras morais (RIZZO, 2003):

Criou-se uma nova oferta de emprego para as mulheres, mas aumentaram os riscos de maus tratos às crianças, reunidas em maior número, aos cuidados de uma única, pobre e desesperada mulher. Tudo isso, aliada a pouca comida e higiene, gerou um quadro caótico de confusão, que terminou no aumento de castigos e muita pancadaria, a fim de tornar as crianças mais sossegadas e passivas. Mas isso gerou violência e mortalidade infantil (RIZZO, 2003, p. 31).

Neste contexto, gradativamente, surgiram outras formas de atendimento de crianças fora do cenário familiar. Tais acolhimentos eram realizados em instituições de caráter filantrópico com objetivo de organizar as condições para o desenvolvimento infantil. Creches e jardins de infância começaram a realizar programas cujo enfoque era a guarda, a higiene, a alimentação e os cuidados físicos das crianças.

Kuhlmann (1998) ressalta que, apesar das instituições no início terem uma preocupação de caráter mais assistencialista e de custódia, elas apresentaram também interesse quanto às questões pedagógicas.

O autor relata, também, que nas organizações sociais que atendiam a pré-escola para o público de baixa renda a concepção de educação estava mais atrelada à submissão:

O que cabe avaliar e analisar é que, no processo histórico de constituição das instituições pré-escolares destinadas à infância pobre, o assistencialismo, ele mesmo, foi configurado como uma proposta educacional específica para esse setor social, dirigida para a submissão não só das famílias, mas também das crianças das classes populares. Ou seja, a educação não seria necessariamente sinônimo de emancipação. O fato dessas instituições carregarem em suas estruturas a destinação a uma parcela social, a pobreza, já representa uma concepção educacional (KUHLMANN, 1998, p. 166).

Este autor indica como exemplo a Escola de Principiantes, criada pelo pastor Oberlin, na França, em meados da década de 1790, destinada ao atendimento de crianças de dois a seis anos de idade. Esta instituição atendia crianças pobres e/ou órfãs, além de acolher os filhos dos trabalhadores das fábricas que ficavam nas ruas durante o horário de trabalho dos pais. As crianças maiores aprendiam matemática, ciências, canto, trabalhos manuais como tricô e costura e outras atividades, já as crianças menores brincavam umas com as outras da mesma faixa etária.

Segundo Kuhlmann (2001), as instituições tinham como objetivo primordial retirar das ruas as crianças em situação de risco e livrá-las dos perigos a que estavam expostas. Depois disto, proporcionar a elas o desenvolvimento da inteligência e dos bons costumes, entre outros objetivos.

O jardim de infância, todavia, foi criado como uma instituição exclusivamente pedagógica, que desde a sua origem tinha também preocupação com os cuidados físicos das crianças. Em Blankenburgo, na Alemanha, por volta de 1840, foi criado o primeiro jardim de infância por Froebel, pedagogo alemão que, além de educar e cuidar das crianças, dedicava-se também a transformar a estrutura familiar, de modo que as famílias pudessem cuidar melhor de seus filhos.

A partir da segunda metade do século XIX, o quadro das instituições destinadas à primeira infância na Europa e nos Estados Unidos era formado basicamente por creches e jardins de infância, mas existiam também as salas de

asilo e as escolas maternais, ao lado de outras modalidades educacionais (primário, secundário e superior), que foram absorvidas como modelos em diferentes países.

Kuhlmann (2001) indicou que as creches, as salas de asilo, as escolas maternais e os jardins de infância foram instituições de educação infantil diferenciadas pela origem e pela faixa etária do público a que se destinavam.

No Brasil, o cuidado com a primeira infância, no início foi assistencialista, diferente do que aconteceu nos países europeus e norte-americanos, que tinham também como objetivo o caráter pedagógico. A trajetória da educação infantil teve diferentes nuances, de acordo com as particularidades do contexto brasileiro.

2.1 A trajetória da educação infantil no Brasil

O Brasil passou por mudanças significativas de ordem econômica, política, cultural e social no final do século XIX e início do século XX, marcados pela abolição dos escravos e pela Revolução Industrial.

O aparecimento da indústria e o crescimento populacional aumentaram a procura por empregos, principalmente nas indústrias, o que contribuiu para a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Tal inserção motivou, em 1899, a inauguração da primeira creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado, no Rio de Janeiro, para atender aos filhos das trabalhadoras das fábricas.

Com a crescente integração das mulheres pobres no mercado de trabalho, e decorrente deste fato, a renda de muitas famílias passou a depender da figura feminina. Como implicação desta alteração social, no Brasil, a família tradicional começa a sofrer transformações em meados do século XX.

A inclusão das mulheres no mercado de trabalho agravou a condição de abandono das crianças, o que já acontecia desde o período colonial, quando crianças desprovidas de um lar e filhos de mães solteiras eram abandonadas, devido ao preconceito e à pressão social daquela época.

Muitas crianças não desejadas, em meados do século XVIII, no Brasil, eram deixadas em uma instituição denominada de Casa dos Expostos ou Roda dos Excluídos, também conhecida como roda dos enjeitados. Segundo Marcílio (1997), esta instituição teve início em Portugal e nos demais países da Europa intermediada pela igreja católica. O objetivo era acolher as crianças que eram fruto de gravidez

indesejada, órfãos, aquelas nascidas de uniões ilegítimas e filhos de mulheres solteiras.

Segundo a mesma autora, essa tradição chegou ao Brasil no ano de 1726. Na cidade de Salvador, na Bahia, foi criada a primeira Roda dos Expostos, junto à Santa Casa de Misericórdia. Outra instituição, no período do Império, foi criada por iniciativa de Romão de Mattos Duarte¹, na cidade do Rio de Janeiro. Aos poucos, essas instituições se espalharam por outras partes do país. Elas estiveram presentes na sociedade brasileira para atender as crianças abandonadas até o período da República.

Rizzo (2003) indica que as crianças abandonadas, muitas vezes, eram provenientes da união entre escravos ou entre escravas e senhores, de famílias de condições precárias e de mães solteiras ou filhas e filhos de mulheres da corte. Neste último caso, essas tentavam esconder as crianças para não perder a honra, uma situação que poderia envergonhar a família. Nessa época, não se tinha um conceito bem definido sobre as especificidades da criança, a mesma era “[...] concebida como um objeto descartável, sem valor intrínseco de ser humano” (RIZZO, 2003, p. 37).

Segundo Kuhlmann Jr. (2011), até 1874, a Casa dos Expostos e a Roda dos Excluídos eram as únicas instituições que prestavam atendimento às crianças abandonadas.

Até então, apenas crianças pequenas sem família eram atendidas em instituições. As Casas de Expostos recebiam os bebês abandonados nas “rodas” – cilindros de madeira que permitiam o anonimato de quem ali deixasse a criança – para depois encaminhá-los a amas que os criariam até a idade de ingressarem em internatos (KUHLMANN JR., 2011, p. 473).

Negrão (2004) menciona que essas instituições eram vinculadas às entidades religiosas e que tinham como objetivo atender aos filhos da população de baixa renda, na tentativa de minimizar as sequelas advindas da pobreza. Elas ofereciam uma educação disciplinadora e moralizadora, sustentadas por órgãos assistencialistas e da saúde.

O espírito de compaixão mesclado ao sentimento de caridade levou a programas de assistencialismo e, posteriormente, de filantropia voltada para a criança desvalida, confinada em instituições fechadas, com destaque na formação profissional, para que se isolassem os problemas advindos dos que viviam desprotegidos, no sentido de que não cometessem atos que pudessem pôr em risco a sociedade circundante (NEGRÃO, 2004, p. 33).

¹ Romão de Mattos Duarte, comerciante que, em 1738, criou a Casa da Roda, no próprio Hospital Geral da Santa Casa, atualmente tem a denominação de Educandário Romão de Mattos Duarte.

Marcílio (1997) relata que as crianças deixadas na Roda dos Expostos, muitas vezes, chegavam em estado crítico, com peso inferior para a faixa etária e com doenças degenerativas. Neste contexto, elas recebiam cuidados médicos, ficavam sob a responsabilidade de uma ama seca ou eram entregues para adoção.

As crianças destinadas para adoção não tinham direitos assegurados por lei, como acesso aos bens ou herança da família adotiva. Neste contexto, aquelas que não fossem adotadas, permaneciam sob os cuidados das amas secas até aos 7 anos e depois eram encaminhadas como aprendizes em outras instituições.

No caso dos meninos, esses tinham a possibilidade de aprender os ofícios de sapateiro, ferreiro ou lavrador e poderiam seguir para serem marinheiros ou trabalhar com arsenais de guerra.

As meninas tinham outro destino. Elas, em geral, iam trabalhar como empregadas domésticas em casas de família. Existiam instituições com o objetivo de educá-las para os serviços domésticos e para o casamento. Negrão (2004) afirma que essas órfãs desvalidas “representavam o adestramento à subserviência e à oligarquia, acobertada pelo manto da misericórdia, almejava serviçais instruídas e bem treinadas” (NEGRÃO, 2004, p. 37). A mesma autora indica que, após os sete anos, as meninas que não encontrassem amparo, um lar para serem acolhidas, ficavam pelas ruas, e tal situação causava preocupações à elite da época.

Apesar de movimentos contrários a essa instituição, Casa dos Excluídos, por parte de um segmento mais nobre da sociedade, foi somente no século XX, já em meados de 1950, que o Brasil efetivamente a extinguiu, sendo o último país a acabar com o sistema de roda dos enjeitados (MARCÍLIO, 1997).

Segundo Rizzo (2003), a extinção da Casa dos Excluídos deu lugar, aos poucos, aos orfanatos, que tinham objetivo de atender as crianças abandonadas. Além dos orfanatos, de entidades religiosas e filantrópicas, começaram a surgir creches no país, as quais, naquele momento, todavia, não contavam com subsídios do poder público. Esse crescimento ocorreu no período da abolição da escravatura no Brasil, no final do século XIX e no início da República, em um período de aumento da migração de pessoas para as grandes cidades, o que acentuou os índices de mortalidade infantil, de desnutrição generalizada e o número de acidentes domésticos.

Didonet (2001) relata que a partir desses problemas sociais (mortalidade infantil, desnutrição, entre outros), foi que a criança começou a ser vista pela sociedade com um sentimento filantrópico, caritativo e assistencial. Segundo o autor:

Enquanto para as famílias mais abastadas pagavam uma babá, as pobres se viam na contingência de deixar os filhos sozinhos ou colocá-los numa instituição que deles cuidasse. Para os filhos das mulheres trabalhadoras, a creche tinha que ser de tempo integral; para os filhos de operárias de baixa renda, tinha que ser gratuita ou cobrar muito pouco; ou para cuidar da criança enquanto a mãe estava trabalhando fora de casa, tinha que zelar pela saúde, ensinar hábitos de higiene e alimentar a criança. A educação permanecia assunto de família. Essa origem determinou a associação creche, criança pobre e o caráter assistencial da creche (DIDONET, 2001, p. 13).

A criação das creches e dos jardins de infância no Brasil, que aconteceu no final do século XIX e no início dos primeiros anos do século XX, apresentava diferentes tendências. A jurídico-policial, que trazia ideias de defender a infância moralmente abandonada, a médico-higienista, que buscavam reduzir a mortalidade infantil, e a religiosa. De acordo com Kuhlmann Jr (1998), cada instituição tinha as suas razões para a implantação de creches, asilos e jardins de infância.

Somente no final do século XIX, no Brasil, foi que o Estado assumiu a função de cuidar da educação das crianças, de suprir, dentro de suas possibilidades, a falta dos cuidados familiares e, desta forma, investir no futuro da nação a partir da ideia de maiores investimentos nas crianças.

Rizzini (1997) sinalizou, no período entre 1874 e 1889, que o aparecimento da especialidade médica de pediatria estava atrelado a essa nova mentalidade em torno da criança como futuro da nação. Neste contexto, a atuação dos profissionais dessa especialidade médica junto às famílias poderia melhorar os cuidados com a saúde e a higiene das crianças.

Em 1899, no Rio de Janeiro, foi criado o Instituto de Proteção à Infância, pelo médico Arthur Moncorvo Filho². A instituição objetivava o atendimento de mães pobres grávidas e a assistência aos recém-nascidos por meio da distribuição de leite, da realização de consultas para as lactantes, do auxílio à higiene e da

² Moncorvo Filho foi um médico higienista que teve o início de carreira na década de 1880. Foi um defensor da organização de serviços na assistência infantil e criticava o descaso do governo em relação à pobreza no setor urbano. A classificação aqui apresentada está explicada no livro História da proteção à infância no Brasil, 1500-1922. Rio de Janeiro, Emp. Graphica Ed. 1926.

vacinação das crianças. Esta entidade foi considerada uma das mais relevantes pela expansão de seus serviços em várias partes do Brasil.

No mesmo ano, também foi criado o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, que precedeu, em 1919, à criação do Departamento da Criança, que visava a fiscalização das instituições de atendimento à criança (KUHLMANN Jr., 1998).

Nas últimas décadas do século XIX, Pardal (2005) faz menção às primeiras ideias efetivas sobre a creche no Brasil. A palavra *creche* teve sua origem na França, em 1844, quando foi implantada a primeira instituição.

No Brasil, este local foi tido como “uma sociedade beneficente estabelecida entre pessoas caridosas que desejam concorrer e fundar uma creche para crianças pobres de menos de dois anos, cujas mães trabalham fora do seu domicílio e tenham uma boa conduta” (PARDAL, 2005, p. 61). Tratava-se de uma entidade com o intuito de atender apenas as crianças das famílias pobres e aumentar a mão de obra feminina disponível.

Quanto ao funcionamento das creches, Pardal (2005) sinalizou que, naquela época, o horário variava das 5h30 às 20h30, de segunda até sábado, com exceção dos dias de festa. Neste contexto, as mães tinham o direito de amamentar seus filhos duas vezes ao dia, sendo as demais mamadas feitas com mamadeiras ou com as amas³ da escola.

Na segunda metade do século XIX, ocorreu a expansão em âmbito internacional das instituições de EI, com as novas ideias educacionais baseadas nas teorias de Froebel, que chegaram ao Brasil e foram recebidas com grande entusiasmo.

Por volta deste mesmo período, de 1877 a 1880, ocorreu o surgimento dos primeiros jardins de infância no Brasil, em São Paulo na Escola Americana, atualmente o Instituto Mackenzie, e no Rio de Janeiro no Colégio Menezes Vieira, sendo ambos dedicados às famílias de alto poder aquisitivo. Estas escolas eram influenciadas pela corrente europeia de uma educação froebeliana, as quais tinham um programa pedagógico para desenvolvimento das crianças.

A alta sociedade da época buscava diferenciar as pré-escolas de iniciativa privada dos asilos e das creches das classes pobres. Essa diferenciação de uma educação para as classes ricas e outra para os pobres, que ainda está presente na

³ Ama de leite era a mulher que amamentava crianças alheias. Neste caso, quando a mãe natural estava impossibilitada de realizar a amamentação.

educação brasileira nos dias atuais, naquela época se atrelava a partir das propostas pedagógicas que seguiam as diretrizes baseadas nas ideias de Froebel, em uma proposta mais pedagógica, que visava o desenvolvimento da aprendizagem, para as crianças pequenas da alta sociedade, enquanto para as classes menos favorecidas era oferecida uma educação compensatória e assistencialista, onde as creches tinham objetivos ligados à prestação de assistência para as crianças pobres (0 a 2 anos), cujas mães atuavam no mercado de trabalho. Ao saírem das creches, essas crianças ingressavam nas salas de asilo, onde permaneciam sendo assistidas até os 7 anos. Tal situação não se constituía como um direito, mas sim como uma caridade dos filantropos, sendo uma forma de reforçar o poder das classes mais abastadas.

No entanto, Kuhlmann (2001) cita que havia uma relação, nos jardins da infância, entre o assistencialismo e o educacional:

Os estudos que atribuem aos Jardins de Infância uma dimensão educacional e não assistencial, como outras instituições de educação infantil, deixam de levar em conta as evidências históricas que mostram uma estreita relação entre ambos os aspectos: a que a assistência é que passou, no final do século XIX, a privilegiar políticas de atendimento à infância em instituições educacionais e o Jardim de Infância foi uma delas, assim como as creches e escolas maternas (KUHLMANN, 2001, p. 26).

Ainda nas primeiras décadas no século XX, paralelamente ao crescimento das fábricas, com a inserção da mão de obra feminina e com a chegada dos imigrantes europeus no Brasil, a organização dos movimentos operários começou a pressionar e reivindicar melhores condições de trabalho e a criação de instituições de educação. Neste contexto, de acordo com Oliveira (1992):

Os donos das fábricas por seu lado, procurando diminuir a força dos movimentos operários, foram concedendo certos benefícios sociais e propondo novas formas de disciplinar seus trabalhadores. Eles buscavam o controle do comportamento dos operários, dentro e fora da fábrica. Para tanto, vão sendo criadas vilas operárias, clubes esportivos e também creches e escolas maternas para os filhos dos operários. O fato dos filhos das operárias estarem sendo atendidos em creches, escolas maternas e jardim de infância, montadas pelas fábricas, passou a ser reconhecido por alguns empresários como vantajoso, pois mais satisfeitas, as mães operárias produziam melhor (OLIVEIRA, 1992, p. 180).

Além dessas conquistas dos operários (vilas, clubes, creches), a pressão resultou no aumento do número de instituições mantidas e criadas pelo poder

público, passando a ser reivindicadas como um direito de todas as mulheres trabalhadoras.

Kramer (1995) comenta que, naquela época, o discurso do poder público pressionado passa a defender as crianças das classes menos favorecidas utilizando as premissas do enfoque de privação cultural⁴. A ideia de que as crianças oriundas das classes sociais dominadas são consideradas “[...] carentes, deficientes e inferiores na medida em que não correspondem ao padrão estabelecido; faltaria a essas crianças privadas culturalmente, determinados atributos ou conteúdos que deveriam ser nelas inculcidos” (KRAMER, 1995, p. 24).

Por esse motivo e a fim de superar as deficiências de saúde e nutrição, assim como as deficiências escolares, eram oferecidas diferentes propostas no sentido de compensar tais carências. Nessa perspectiva, a pré-escola funcionaria, segundo a autora, como uma forma de realizar a mudança social, uma vez que possibilitaria a democratização das oportunidades educacionais.

Por outro lado, neste mesmo contexto, as crianças das camadas mais ricas da população eram atendidas pelas escolas particulares. Tais instituições possuíam uma proposta de cunho pedagógico, com ênfase na socialização e na preparação para o ensino regular.

Assim, as crianças de classes mais pobres eram assistidas com propostas de trabalho baseadas nas premissas de carência e deficiência. Já aquelas oriundas das classes ricas recebiam uma educação privilegiada nos jardins da infância, que tinha como premissas a criatividade e a sociabilidade infantil (KRAMER, 1995).

Para Bastos (2017) no jardim de infância que atendia crianças de 4 a 6 anos, as professoras que atuavam eram chamadas de jardineiras. Tratava-se de um local onde essas professoras tinham de desenvolver atividades infantis para que as plantas - as crianças - crescessem e desabrochassem de acordo com as ideias da proposta de Friedrich Fröebel (VENZKE; FELIPE, 2015).

Bastos (2017) indica que o jardim de infância é uma extensão do lar e para que a professora jardineira possa atrair as crianças para o jardim ela tem de ser delicada e calma e o jardim tem de estar arrumado, ornamentado para ser um

⁴ A teoria da privação cultural surgiu e se desenvolveu nos Estados Unidos, durante a década de 1960, chegando no Brasil nos meados de 1970. Ela considerava que, por motivos sociais, políticos e culturais, alguém poderia ser impedido de aceder às entidades educativas. Ou então, quando uma criança entrava no sistema escolar com conhecimentos, capacidades e atitudes que a impediam ou dificultavam a aprendizagem, isso geraria um déficit cumulativo que também poderia gerar exclusão social.

ambiente agradável, para o desenvolvimento do hábito da ordem, entre outras coisas.

Koire (1961) indica, em seu artigo Requisitos para uma Professora de Jardim de Infância, que a professora jardineira tinha de ter vários predicados. Entre eles, ter paciência, alguns conhecimentos médicos e de educação, ser psicóloga, artista, saber olhar para a criança como criança, entre outros. Todavia, Bastos e Colla (2004) indicaram que algumas dessas qualidades apresentadas estabeleciam o perfil de um profissional ideal, que não refletia a professora que realmente atuava. Neste particular, ele funcionava mais como uma imagem a ser alcançada, que trazia consigo normas e valores de conduta profissional.

Sintetizando, de acordo com Oliveira (2007), o caminho trilhado na construção da EI no Brasil nos leva a reconhecer que as concepções de infância e de desenvolvimento da criança, e o papel da família, da comunidade, da instituição educacional e dos órgãos governamentais na educação de meninos e meninas, são construções históricas que orientam ações diversas por parte do poder público e da iniciativa privada conforme a camada social da população atendida.

2.1.1 A legislação brasileira e a educação infantil

Até o final dos anos 1970, a legislação em relação à educação infantil tinha avançado pouco. Destaca-se que, no decorrer da história, houve a preponderância de uma postura mais assistencialista.

O Código de Menores do Brasil (Decreto nº 17943-A, de 12 de outubro de 1927), conhecido também por Código Mello Mattos, foi a primeira legislação unicamente voltada para crianças e adolescentes, gerada por discussões e preocupações acerca da criminalidade juvenil. Diante dessa legalidade, a tutela de crianças abandonadas e órfãs passa a ser responsabilidade do Estado. Segundo Pereira (1998): “A concepção que permeia tal legislação é a tutela e a coerção, entendida como reeducação, e os menores passam a ser definidos, em razão de sua condição socioeconômica e de atitude, ou seja, delinquentes e abandonados” (PEREIRA, 1998, p 46).

Em 20 de novembro de 1959, durante a Assembleia Geral das Nações Unidas, um grande número de países aprovou a Declaração dos Direitos da Criança, que foi adaptada da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O Código de Menores passa por alterações em 1979, onde o Estado passa a ter o direito de intervir sobre a família. A destituição do pátrio poder em decorrência do abandono autorizava o Estado a se responsabilizar pelas crianças e jovens, submetendo-os ao regime de internato até a maioridade.

Para a sociedade da época essa era uma maneira assistencial de guarda e proteção, a partir de uma concepção de controle e vigilância, pois a mesma considerava esses menores um fator de risco.

Com o aumento expressivo da mulher no mercado de trabalho, houve a necessidade de sua regulamentação e a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, onde vigora a: “a obrigatoriedade de creches no país, obrigatoriedade essa, restrita às empresas privadas que empreguem mão de obra feminina em idade fértil, e extensiva apenas a seus filhos até 6 meses de idade” (ROSEMBERG, 1989, p. 94). Esta foi a maneira do Estado transferir a responsabilidade de assistência à infância e implantação de creches para atender a classe menos favorecida para as empresas.

Em 1970, há o aumento de evasão e repetência nas escolas do primeiro grau e surge a teoria da privação cultural, onde são atribuídas às famílias pobres a responsabilidade do caos social, sem considerar o contexto, segundo a análise crítica de Kramer (1982):

Assim compreendida, a educação compensatória deveria corrigir supostas defasagens que provocariam o fracasso das crianças. Por esse motivo, o discurso da privação cultural encontra-se presente, também, nas justificativas oficiais quanto a falência da escola de 1º grau: a evasão e a repetência são explicadas como resultados da “falta de cultura” e de hábitos das crianças, ou seja, elas são culpabilizadas pelo fracasso (KRAMER, 1982, p. 54).

Pela falta de políticas públicas, não eram oferecidas às famílias de baixa renda as mesmas condições de acesso e permanência nas instituições de educação. Essas desigualdades geraram a criação de movimentos a favor de criação de creches conjuntamente às lutas por melhores condições de trabalho feminino.

Em 1979, esses movimentos ganharam expressividade e passaram a reivindicar, além do acesso à escola, também uma educação de qualidade, criando uma ruptura com o modelo assistencialista, passando a compreender a educação como direito à cidadania. Segundo Soares (1994), esses movimentos:

[...] lutaram contra o aumento do custo de vida, demandaram escolas adequadas, centros de saúde, água corrente, transportes, eletrificação, moradia, legalização de terrenos e outras necessidades de infraestrutura urbana, exigiram condições adequadas para cuidar de sua família, educar suas crianças (SOARES, 1994, p. 16).

Já a partir da década de 1990, o caráter educativo ganha força por meio de dois grandes marcos: a Constituição Federal de 1988 (CF/1988), que traz a responsabilidade do Estado de garantir creches e pré-escolas para as crianças com idade de zero a seis anos, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990, que enfatiza o direito da criança à educação.

Segundo Bittar (2003), o esforço coletivo dos diversos segmentos visava assegurar, na Constituição, “[...] os princípios e as obrigações do Estado com as crianças” (BITTAR, 2003, p. 30). A pressão dos movimentos da população civil e do poder público na Assembleia Constituinte possibilitou a inclusão da creche e da pré-escola no sistema educativo. Tal situação foi garantida na CF/1988, em seu artigo 208, no inciso IV que indica que “[...] o dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de oferta de creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade” (BRASIL, 1988). Foi a partir deste marco jurídico que a criança de 0 a 6 anos foi concebida como um sujeito de direito.

Em 1990, foi aprovado o ECA, que, ao regulamentar o art. 227 da Constituição Federal, inseriu as crianças no mundo dos direitos humanos. De acordo com o seu artigo 3º, a criança e o adolescente devem ter assegurados os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana para que seja possível, desse modo, ter acesso às oportunidades de “[...] desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade” (BRASIL, 1994a).

Segundo Ferreira (2000), essa lei é mais do que um simples instrumento jurídico, porque:

Inseriu as crianças e adolescentes no mundo dos direitos humanos. O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) estabeleceu um sistema de elaboração e fiscalização de políticas públicas voltadas para a infância, tentando com isso impedir desmandos, desvios de verbas e violações dos direitos das crianças. Serviu ainda com base para construção de uma nova forma de olhar a criança: uma criança com direito de ser criança. Direito ao afeto, direito de brincar, direito de querer, direito de não querer, direito de conhecer, direito de sonhar. Isso quer dizer que são atores do próprio desenvolvimento (FERREIRA, 2000, p. 184).

Após a aprovação do ECA, no período de 1994 a 1996 também foram publicados pelo Ministério da Educação (MEC) outros documentos importantes. Entre eles está a Política Nacional de Educação Infantil, instituída em 1994, que estabeleceu as diretrizes pedagógicas e de recursos humanos. Tal documento objetivou, entre outras metas, expandir a oferta de vagas e promover a melhoria da qualidade de atendimento nesse nível de ensino. Esse documento também garantiu melhores possibilidades de organização do trabalho dos professores no interior das escolas.

Além dessas leis e políticas (CF/1988, Estatuto da Criança e do Adolescente, Política Nacional de Educação Infantil), destaca-se em 1996 a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96), que tratou, entre muitos temas, dos níveis escolares, e inseriu a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, com a finalidade de promover o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Inicialmente, a LDBEN/96 garantia a EI para a criança até os seis anos, mas, em fevereiro de 2006, a Lei nº 11.274⁵, dispôs sobre a duração de nove anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade. A educação infantil tornou-se, então, um ciclo de cinco anos de formação contínua e parte integrante da educação básica brasileira. A LDBEN/96 destaca no artigo 29:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 2013, s/p).

A LDBEN/96 estabeleceu também que a educação é um dever da família e do Estado, que será efetivada mediante a garantia de atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a cinco anos (BRASIL, 1996).

Nos artigos 11, 12 e 13 desta legislação, indica-se como responsabilidade dos municípios a oferta de educação infantil em creches e pré-escolas, além de atuarem na elaboração e na execução da proposta pedagógica, assim como na administração do pessoal e dos recursos financeiros para tal. Neste contexto, os docentes devem participar da elaboração da proposta pedagógica dos

⁵ Altera a redação dos art. 29, 30, 32 e 87 da LDBEN, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 anos de idade.

estabelecimentos de ensino. O artigo 18 estabeleceu que a EI deve ser mantida pelo poder público municipal.

A LDBEN/96, no seu artigo 19, realiza uma classificação administrativa das instituições como públicas ou privadas. As primeiras, criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo poder público e as segundas mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Ainda os artigos 29 e 30 da LDBEN/96 trazem a EI como a primeira etapa da educação básica, com o objetivo de desenvolver de forma integral a criança de até cinco anos nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Ela deve ser oferecida em creches ou entidades equivalentes para crianças de até três anos, e nas pré-escolas para as crianças de 4 a 5 anos.

Para a LDBEN/96, a criança é um ser integral e específico. Neste contexto, o Ministério da Educação (MEC) também entende que é fundamental o tratamento dos vários aspectos da criança como dimensões do desenvolvimento, e que esses não podem ser tratados como áreas separadas, o que “[...] evidencia a necessidade de se considerar a criança como um todo, para promover seu desenvolvimento integral e sua inserção na esfera pública” (BRASIL, 2006, p. 10).

Em consonância com a legislação, o Ministério da Educação publicou, em 1998, dois anos após a aprovação da LDBEN/96, o documento Subsídios para Credenciamento e o Funcionamento das Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 1998b), que contribuiu significativamente para a formulação de diretrizes e normas na educação da criança pequena em todo o país.

Foi lançado, também em 1998, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998a), outro documento que tinha como objetivo contribuir para a implementação das práticas educativas de qualidade nos Centros de Educação Infantil. Neste sentido, o documento trouxe que:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros, em uma atitude de aceitação, respeito e confiança, e o acesso pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (BRASIL, 1998a, p. 23).

Ainda nos anos de 1998 e 1999, o Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovou as Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), que tiveram como objetivo direcionar, de modo obrigatório, os

encaminhamentos de ordem pedagógica deste nível de ensino aos sistemas municipais e estaduais de educação; e as Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, que também contribuíram para a melhoria de ambos os níveis de ensino ao discutir a relevância de uma formação profissional qualificada para esses profissionais.

Barreto (1998) ressalta que, apesar do avanço da legislação referente ao reconhecimento da criança à educação nos seus primeiros anos de vida, é importante considerar os desafios ainda existentes para efetivar esse direito, que podem ser resumidos em duas importantes questões: a questão de acesso e a de qualidade do atendimento. A autora enfatiza que mesmo tendo havido, nas últimas décadas, uma significativa expansão do atendimento, a entrada da criança na creche ainda deixa a desejar, em especial porque as crianças de famílias de baixa renda estão tendo menores oportunidades do que as de nível socioeconômico mais elevado. De acordo com a autora:

As instituições de educação infantil no Brasil, devido à forma como se expandiu, sem os investimentos técnicos e financeiros necessários, apresenta ainda, padrões bastante aquém dos desejáveis [...] a insuficiência e inadequação de espaços físicos, equipamentos e materiais pedagógicos; a não incorporação da dimensão educativa nos objetivos da creche; a separação entre as funções de cuidar e educar, a inexistência de currículos, ou propostas pedagógicas são alguns problemas a enfrentar (BARRETO, 1988, p. 25).

Buscando avançar no atendimento e na qualidade da EI, no ano de 2001, foi aprovada a Lei nº 10 172/2001, o Plano Nacional de Educação, que teve por objetivo principal estabelecer as metas para todos os níveis de ensino, E cuja vigência se estendeu até o ano de 2010. Um dos objetivos desse documento era reduzir as desigualdades sociais e regionais no que diz respeito à entrada e à permanência da criança e do adolescente no ensino público, princípio que se aplica à educação infantil, visto ser a desigualdade de acesso bastante significativa nas classes menos favorecidas (BARRETO, 2003).

Em 2010, o MEC aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, um documento que reúne a Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, que objetiva indicar as orientações curriculares nacionais a serem observadas na organização de propostas pedagógicas na educação infantil.

O documento trouxe também a concepção da EI, os princípios, a concepção da proposta pedagógica e seus objetivos, indicando também a questão da organização do tempo, do espaço e do uso dos materiais na escola. Além disso, uma discussão sobre a proposta pedagógica e a diversidade estava incluída.

Em relação à criança, o documento trouxe que ela era um:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (DCNEI, 2010, p. 12).

Em relação ao currículo, o documento sinalizou que se tratava de:

Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (DCNEI, 2010, p. 12).

A concepção da EI, contida no documento indicou que a matrícula seria obrigatória para as crianças que completassem 4 ou 5 anos até o dia 31 de março do ano em que ela ocorresse. Quanto à frequência, ela não era pré-requisito para a matrícula no ensino fundamental.

O documento trouxe que a educação infantil, tida como tempo parcial, é aquela em que a jornada é, no mínimo, de quatro horas diárias. No modelo de tempo integral, a duração é igual ou superior a sete horas diárias. Neste contexto, a proposta pedagógica da escola necessita incidir sobre princípios éticos, políticos e estéticos.

A proposta indica também que se deve flexibilizar as atividades e as rotinas e, desta forma, respeitar as diferenças entre as crianças e valorizar os saberes de cada uma delas. As rotinas escolares têm um papel relevante quando criam padrões de horário e de atividades para as crianças realizarem. Elas também auxiliam as crianças na organização do mundo interno a partir das trocas com o meio e com a sociedade. Porém, a flexibilização da rotina é importante, pois atua na normatização da subjetividade dos pequenos (BARBOSA, 2006).

Por fim, foram aprovadas a Emenda Constitucional nº 59/2009, de 11 de novembro de 2009, e a Lei nº 12.796/2013. No primeiro caso, a Emenda, entre muitas coisas, ampliou a obrigatoriedade do ensino. O período de educação compulsória passou a ser composto dos 4 aos 17 anos. Tal legislação indicou que a

pré-escola, que atende alunos de quatro e cinco anos, seria parte do ensino obrigatório no Brasil.

No segundo caso, com a implantação da Lei nº 12.796/2013, que alterou a LDB 9394/96, a matrícula das crianças na pré-escola passou a ser obrigatória e dever dos pais ou responsáveis efetuar a inscrição das crianças na educação básica a partir dos quatros anos de idade (art. 6). A partir da instituição desta Lei, o artigo 31 definiu que a educação infantil passa a ter carga horária anual de 800 horas, distribuída em 200 dias letivos, com controle e exigência de, no mínimo, 60% de frequência.

No final de 2018, foi promulgada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), 22 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2017) um documento normativo que define uma organização gradativa de aprendizagens indispensáveis que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da educação básica, de forma a terem assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade o Plano Nacional de Educação (PNE).

Este documento, a BNCC, é uma declaração que reconhece a Educação Infantil como um período fundamental que determina os direitos de aprendizagem para as crianças de 0 a 5 anos. Reconhece que a EI é uma etapa fundamental da educação básica, importante para a construção da identidade e da subjetividade da criança (BRASIL, 2017).

3 A CIDADE DE SÃO CAETANO DO SUL: DO INÍCIO AOS DIAS ATUAIS

O município de São Caetano do Sul teve início em 1553, quando o explorador português João Ramalho⁶ fundou a Vila de Santo André. Era uma área habitada por fazendeiros, tropeiros e carreiros que trabalhavam no transporte de mercadorias entre o porto e o planalto paulista. Algumas das fazendas eram propriedades de bandeirantes que exploravam o território brasileiro em busca de riquezas naturais.

Em 1631, o capitão Duarte Machado doou aos padres beneditinos o sítio que possuía no Tijucuçu. No ano de 1671, Fernão Dias Paes Leme, conhecido como O Caçador de Esmeraldas, comprou em leilão um sítio e fez a doação do mesmo para os padres locais e, desta forma, foi formada a Fazenda São Caetano. Nesta área, além de pequenas plantações para o cultivo de feijão, arroz e mandioca, os padres possuíam uma olaria para fazer tijolos, lajotas e telhas, que eram utilizados na construção do Mosteiro de São Bento, no centro de São Paulo. Em 1868, foi inaugurada a estrada de ferro inglesa São Paulo Railway Company⁷ e a antiga Fazenda São Caetano iniciou um novo período.

Com a intenção de diminuir os efeitos da evasão da mão-de-obra agrícola, o governo imperial adquiriu as terras da Fazenda São Caetano para instalar um dos núcleos coloniais, com o objetivo de incentivar a imigração europeia. O núcleo da Fazenda São Caetano foi o primeiro a ser inaugurado.

Em 29 de junho de 1877, algumas famílias de imigrantes saíram da Europa, do porto de Gênova, com destino ao Brasil. O primeiro grupo de italianos, integrado por 28 famílias, chegou ao núcleo colonial em 28 de julho de 1877, data que ficou registrada como o dia da fundação do município.

O governo imperial, à época, propôs aos colonos fornecer-lhes alimentação por dois anos em troca da produção, o que abriu novas perspectivas para o núcleo. Dedicaram-se, num primeiro momento, ao trabalho agrícola e ao cultivo das videiras.

⁶ João Ramalho Maldonado foi um explorador português, vivendo parte de sua vida entre índios tupiniquins. Depois de sua chegada ao Brasil (1515), foi chefe de uma aldeia. Fundou a dinastia de mamelucos e foi também chamado de patriarca dos bandeirantes.

⁷ Estrada de ferro inglesa São Paulo Railway Company foi a primeira ferrovia de São Paulo, ligando o planalto paulista ao litoral.

O interesse dos trabalhadores foi logo despertado pela várzea compreendida entre os rios Tamanduateí e Meninos, local rico em argila. Neste período, começaram a aparecer os primeiros estabelecimentos que se dedicaram a fabricação de telhas, tijolos e louças, seguindo a tradição dos antigos monges beneditinos. Em 1758, surgiu a notícia inicial da existência de olarias na região, mas foi no ano de 1793 que se instalou a primeira indústria de telhas e tijolos em grande escala.

No ano de 1895, surgiu a necessidade de material, telhas e tijolos, para a construção do Museu do Ipiranga. Neste contexto, a olaria do Sr. Giuseppe Ferrari forneceu todo o material necessário para a grande obra.

Em 1889, efetuou-se o recenseamento local, tendo-se verificado a existência de 322 pessoas, distribuídas em 92 lotes de terra, além de muitos outros imigrantes que aguardavam no barracão da sede da fazenda, esperando a distribuição de novos lotes para serem cultivados. Isso indica a enorme atividade existente em São Caetano, que progredia com rapidez e, em 1896, já se tornava um dos grandes centros produtores da província de São Paulo.

A história político-administrativa da cidade São Caetano esteve atrelada, em parte, ao seu desenvolvimento econômico. Em 1901, a área pertencente ao município de São Paulo foi vinculada ao município de São Bernardo do Campo.

Em 1905, São Caetano foi indicado como Distrito Fiscal (criado em 1901), e com seu crescimento tornou-se, em pouco tempo, um dos grandes centros produtores da província de São Paulo. A fixação das primeiras indústrias coincidiu com a ascensão a Distrito de Paz, em 1916.

Em 1924, Dom Duarte Leopoldo e Silva (arcebispo de São Paulo) entregava ao núcleo de São Caetano a primeira igreja e o primeiro padre. A vila foi se transformando aos poucos, todavia, ainda vinculada ao município de São Bernardo do Campo naquele momento.

A primeira indicação pela autonomia da cidade ocorreu em 1928. Ela foi comandada pelo engenheiro Armando de Arruda Pereira. Neste período, foi criado o Jornal São Caetano, que tinha o intuito de divulgar a ideia emancipacionista, convocando os moradores do distrito para votarem em seus próprios candidatos a vereador e para juiz de paz nas eleições daquele ano. No entanto, os resultados não

foram os esperados. Em 15 de janeiro de 1929, o coronel Saladino Cardoso Franco foi reeleito prefeito da cidade de São Bernardo. Neste contexto, São Caetano continuaria a ser um de seus distritos.

Na década de 1940, começaram a ocorrer os primeiros sinais de emancipação, empolgando os moradores que buscavam pela segunda vez obter a autonomia. O Jornal de São Caetano e a Sociedade Amigos de São Caetano lideraram o movimento em 1947. A Assembleia Legislativa do Estado havia recebido um abaixo-assinado com 5.197 assinaturas solicitando a realização de um plebiscito. Tal situação foi atendida e ocorreu uma consulta popular em 24 de outubro de 1948. Foram apurados 8.463 votos a favor da autonomia de São Caetano e 1.029 contra.

Em 24 de dezembro daquele ano, o governador do Estado de São Paulo, Adhemar de Barros, ratificou a decisão dos sancaetanenses, homologando a criação do município de São Caetano do Sul, efetivada em 1º de janeiro de 1949. Um feito histórico para a cidade, que passava então para a categoria de município.

A primeira eleição para os cargos públicos, no mês de março seguinte, escolheu Ângelo Raphael Pellegrino como primeiro prefeito e constituiu a primeira Câmara de Vereadores. A posse dos Poderes Executivo e Legislativo aconteceu no dia 3 de abril de 1949. Em 30 de dezembro de 1953, foi criada a Comarca, instalada no dia 3 de abril de 1955.

São Caetano progrediu com rapidez, tornando-se, em pouco tempo, um dos grandes centros produtores da província de São Paulo. O trabalho agrícola predominou nos primeiros anos, a partir da cultura de videiras. Posteriormente, despertou o interesse pela exploração das terras argilosas, resultando o aparecimento de diversas olarias e, depois, o aparecimento da indústria cerâmica. Quando foi elevado à categoria de município, em 1948, foi acrescida a partícula “do Sul”, para diferenciá-lo do município São Caetano, no estado de Pernambuco.

São Caetano do Sul, dos dias de sua emancipação até os atuais (2019), teve vários prefeitos. O Quadro 1 apresenta esses políticos que comandaram o crescimento da cidade que é hoje o maior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) do Brasil:

Quadro 1 – Relação nominal dos prefeitos da cidade de São Caetano do Sul

Nome	Início do mandato	Fim do mandato	Observações
Ângelo Raphael Pellegrino	03/04/1949	03/04/1953	Prefeito nomeado por eleição
Anacleto Campanella	04/04/1953	03/04/1957	Prefeito nomeado por eleição
Oswaldo Samuel Massei	04/04/1957	03/04/1961	Prefeito nomeado por eleição
Anacleto Campanella	04/04/1961	03/04/1965	Prefeito nomeado por eleição
Hermógenes Walter Braidó	04/04/1965	03/04/1969	Prefeito nomeado por eleição
Oswaldo Samuel Massei	04/04/1969	31/01/1973	Prefeito nomeado por eleição
Hermógenes Walter Braidó	01/02/1973	31/01/1977	Prefeito nomeado por eleição
Raimundo da Cunha Leite	01/02/1977	15/05/1982	Prefeito nomeado por eleição
João Dal'Mas	15/05/1982	31/12/1983	Vice-prefeito assumiu como prefeito após renúncia do titular
Hermógenes Walter Braidó	01/01/1983	31/12/1988	Prefeito nomeado por eleição
Luiz Olinto Tortorello	01/01/1989	31/12/1992	Prefeito nomeado por eleição
Antônio José Dall'Anese	01/01/1993	31/12/1996	Prefeito nomeado por eleição
Luiz Olinto Tortorello	01/01/1997	31/12/2000	Prefeito nomeado por eleição
Luiz Olinto Tortorello	01/01/2001	17/12/2004	Prefeito reeleito por eleição
Silvio Torres	17/12/2004	31/12/2004	Vice-prefeito assumiu como prefeito após o falecimento do titular
José Auricchio Júnior	01/01/2005	31/12/2008	Prefeito nomeado por eleição
José Auricchio Júnior	01/01/2009	31/12/2012	Prefeito nomeado por eleição
Paulo Pinheiro	01/01/2013	31/12/2016	Prefeito nomeado por eleição
José Auricchio Júnior	01/01/2017	<i>Atual</i>	Prefeito nomeado por eleição

Fonte: Elaboração da autora (2019)

Todos esses prefeitos contribuíram, em maior ou menor grau, com a construção da cidade de São Caetano do Sul ao longo dos anos. Nos dias atuais, 2019, trata-se do município brasileiro que possui o maior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 2000 e 2010, índice elaborado e utilizado pela Organização das

Nações Unidas para medir o grau de desenvolvimento econômico e de qualidade de vida (educação e longevidade) oferecida à população.

São Caetano do Sul está situado na região do Grande ABCDMR, ou região do ABC Paulista, como é também conhecida a área formada por sete cidades (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra), e com Produto Interno Bruto (PIB) industrial de aproximadamente R\$ 27 bilhões (GARCIA et al, 2016, p. 593). A Tabela 01 revela algumas características da cidade de São Caetano:

Tabela 1 – Características da cidade São Caetano

Município	População	Área territorial em Km²	Habitantes por Km²	Posição do PIB	IDH-M 2010
São Caetano do Sul	156.362	15,33	10.199,73	48 ^a	0,862 (1 ^o)

Fonte: Adaptado de Garcia e Prearo (2016, p. 55).

Neste contexto, como pode ser visto na tabela, a cidade de São Caetano possui uma área territorial de 15,33 Km² e é a menor de todas as cidades que compõem esta região.

Na cidade, as classes de consumo são formadas, predominantemente, pelas classes A e B (8,3 + 60,8 = 69,1%), enquanto que, no outro extremo, a população pertencente às classes D/E eram de apenas 1,5%, menor taxa entre as cidades da região (USCS, 2014).

A renda familiar na cidade é alta (três vezes maior que a da cidade de Rio Grande da Serra, e quase o dobro da média da região do Grande ABC). A Tabela 2 revela e sintetiza os dados de renda do município:

Tabela 2 - Classes de consumo / Distribuição de Renda – 2014

Município	Classe A	Classe B	Classe C	Classe D/E	Renda familiar (R\$)
São Caetano do Sul	8,3	60,8	29,4	1,5	2.349

Fonte: (GARCIA; PREARO, 2016, p. 133).

A Tabela 3 demonstra como é a distribuição do PIB de São Caetano e indica que o setor de serviços era onde se situava a maior concentração do PIB, o que revela uma característica marcante do município de São Caetano do Sul.

Tabela 3 – PIB de SCS em 2016

Setor	Valor	%
Indústria	R\$ 3.905.207,62	25,51
Serviços	R\$ 6.451.956,02	42,15
Administração e serviços públicos	R\$ 913.183,01	5,97
Impostos	R\$ 4.035.900,46	26,37

Fonte: Censo 2016

A Tabela 4 resume a distribuição etária da cidade, demonstrando que a idade da população é representada por quase um quinto de pessoas idosas, com idade igual ou superior a 60 anos.

Tabela 4 – População de SCS em 2016

Faixa etária	Quantidade	%
De 0 a 14 anos	22.879	15,33
De 15 a 59 anos	98.012	65,66
60 anos ou mais	28.372	19,01

Fonte: IBGE (2016).

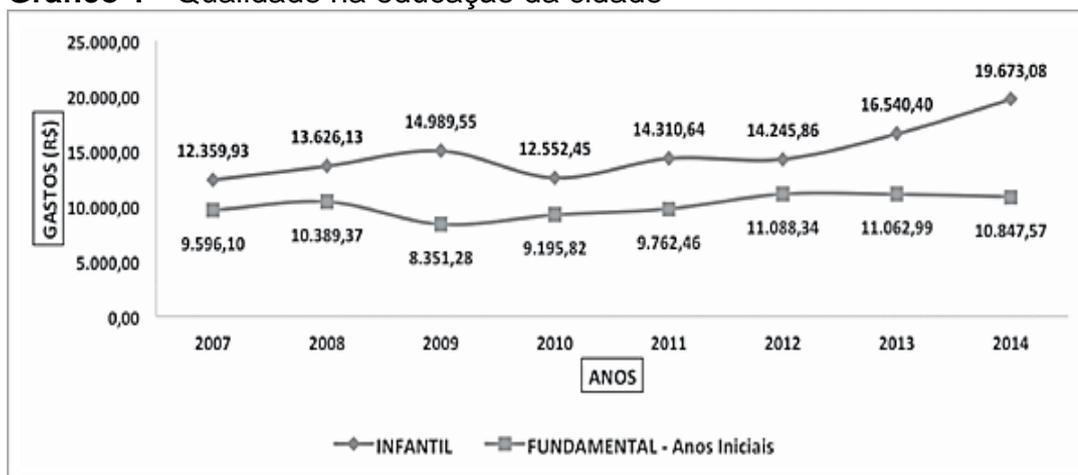
No ano de 2000, São Caetano do Sul estava entre os 60 municípios com o maior Índice de Desenvolvimento Infantil, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Em relação à educação, São Caetano apresenta dados relevantes. A cidade recebeu o selo de Cidade Livre do Analfabetismo, que foi atribuído a 64 cidades brasileiras em reconhecimento ao baixo índice de pessoas analfabetas – no caso de SCS, apenas 2,99% da população (SEADE, 2000). Em 2006, o prêmio de Município Livre do Analfabetismo veio do Ministério da Educação, pois reduziu ainda mais esse índice, quase zerando o número de analfabetos (SEADE, 2007).

O Censo Escolar de 2016 indica que São Caetano, na esfera municipal, possui um público de, aproximadamente, 20 mil alunos na idade escolar, se considerada a população de 0 a 19 anos. Deste total, mais de 7 mil crianças estão

entre os 5 e 9 anos, idade adequada para o ensino fundamental. Os meninos desta faixa etária são representados por 51,51%, um pouco a mais da metade.

A cidade realiza altos investimentos na área da educação. O Gráfico 1 revela uma análise dos gastos públicos *per capita* em educação nos níveis da educação infantil e do ensino fundamental entre os anos de 2007 e 2014.

Gráfico 1 - Qualidade na educação da cidade



Fonte: (GARCIA; PREARO, 2016, p. 28).

Verifica-se que a cidade ampliou seus gastos *per capita* com educação. Em 2007, o valor era de \$9.596,10 e, em 2014, \$10.847,57 – um crescimento de quase 15%.

O município é responsável, no campo educacional, por três níveis: A educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. O sistema de ensino possui também uma escola de educação profissional técnica, uma de educação de jovens e adultos e também uma escola de idiomas. A cidade tem ainda um centro digital e um Centro de Capacitação dos Profissionais da Educação (CECAPE).

Quanto à quantidade de professores, a Tabela 5 sintetiza os resultados.

Tabela 5 – Quantidade de professores em 2016

Nível	Quantidade	%
Infantil	640	30,44
Fundamental	1.260	59,94
Médio	202	9,6

Fonte: Censo 2016

No ensino fundamental, verifica-se a maior concentração de profissionais da educação, seguidos pelos de educação infantil e do ensino médio, com o menor número de professores.

Com relação à distribuição dos alunos quanto aos níveis de ensino, a Tabela 6 revela dos dados:

Tabela 6 – Quantidade de alunos por nível de ensino

Nível	Quantidade	%
Infantil	3.263	10,61
Fundamental	19.422	63,16
Médio	8.064	26,22

Fonte: Censo Escolar, 2016

Na EI de São Caetano existiam, em 2016, 3.263 crianças matriculadas em 43 escolas, com 640 professores dentro do sistema de ensino. A educação infantil apresenta uma divisão, incluindo berçário e grupos, assim estabelecida:

- 0 a 1 ano – berçário e G1 (grupo 1);
- 2 anos – G2 (grupo 2);
- 3 anos – G3 (grupo 3);
- 4 anos – G4 (grupo 4);
- 5 anos – G5 (grupo 5);

As EMIs – Escolas Municipais Integrais – atendem às crianças nas faixas etárias entre 0 a 3 anos de idade no período integral, das 8h às 16h45, com uma flexibilidade de horário, das 7h às 18h, para atender aos pais que necessitam de ajustes em relação aos horários de entrada e saída das crianças devido à jornada de trabalho, comprovada por meio da apresentação de documentos.

As EMEIs – Escolas Municipais de Educação Infantil – atendem aos alunos na faixa etária de 4 a 5 anos no período integral, com o mesmo horário de funcionamento das creches e EMIs – Escola Municipal Integrada – e também nos horários regulares, das 8h às 11h45 para o período da manhã, e das 13h às 16h45 para o período da tarde.

O Quadro 2 mostra as EMEIs, EMIs e creches que atendem a educação infantil no município:

Quadro 2 – Relação atual das escolas de Educação Infantil/2018

EMEI 1º de Maio.	EMEI Rosa Perrella
EMEI Abelardo Galdino Pinto	EMEI Professora Telma
EMEI Antônio de Oliveira	EMI Alfredo Rodrigues
EMEI Castorina Faria Lima	EMI Alice Pina Bernardes
EMEI Emílio Carlos	EMI Ângela Massei
EMEI Fernando Piva	EMI Antônia Capovilla Tortorello
EMEI Fortunato Ricci	EMI Candinha Massei Fedato
EMEI Francisco Falzarano	EMI Claudio Musumeci
EMEI Helena Musumeci	EMI Fernando Pessoa
EMEI Profa. Inês dos Ramos	EMI Gastão Vidigal Neto
EMEI Irineu da Silva	EMI Josefa da Cunha Leite
EMEI Jacob João Lorenzini	EMI Josefina Cipre Russo
EMEI João Barile	EMI Maria DAgostini
EMEI José Corona	EMI Maria Panarielo Leandrini
EMEI José Ferrari	EMI Maria Simonetti Thomé
EMEI Luiz José Giorgetti	EMI Marily Chinaglia Bonaparte
EMEI Marilene de Oliveira Larocca	EMI Matheus Constantino
EMEI Octávio Tegão	EMI Thereza Coan Fiorotti
EMEI Orlando Moretto	*Creche Lar Samaritano da Mãe Operária
EMEI Pedro José Lorenzini	*Creche Oswaldo Cruz
EMEI Romeu Fiorelli	*Creche Zilda Natel
EMEI José Auricchio	
* creches conveniadas ao município, sendo duas mantidas por instituições religiosas e uma por associação beneficente.	

Fonte: Elaboração da autora (2018).

Quanto ao número de matrículas, realizadas na EI entre os anos de 2008 a 2015, a Tabela 7 mostra os dados:

Tabela 7 – Número de matrículas – série histórica

Nível	Anos								
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Creche	2.177	2.981	3.301	3.310	3.579	3.653	3.685	3.627	2.880
Pré-escola	3.529	2.681	3.043	3.046	3.077	3.127	3.252	3.263	2.325
Total de alunos	5.706	5.662	6.344	6.356	6.656	6.780	6.937	6.890	5.205

Fonte: Censos Educacionais dos respectivos anos.

Ao longo desses anos, pode-se evidenciar o crescimento constante de matrículas na educação infantil de 2008 a 2014, apresentando queda em 2015 e 2016. Os dados mostram também a elevada procura pela escola de período integral (creche) em 2009 e nos anos subsequentes.

A partir dos dados fornecidos pela a Secretaria de Educação (SEEDUC) da cidade, compilados por meio do Sistema GIER – Gestão Inteligente da Educação Responsável, a quantidade de alunos da rede municipal em 2017 e 2018 está distribuída conforme a Tabela 8.

Tabela 8 – Número de alunos matriculados na EI em 2017 e 2018*

Faixa etária	Berçário menor	Berçário maior	G1	G2	G3	G4	G5	Total
Quantidade de alunos – 2017	373	334	385	1.192	1.283	1.359	1.342	6.268
Quantidade de alunos - 2018*	227	292	398	1.035	1.343	1.357	1.415	6.067

Fonte: SEEDUC, 2018.

* Os dados são referentes ao mês 03/2018 (ano vigente da pesquisa) e poderão ser alterados.

O número de alunos matriculados na educação infantil em relação ao ano de 2016 para 2017 apresentou um aumento de 20,42%, mas para o ano vigente desta pesquisa (2018), houve uma diminuição de 3,2% até o mês de março.

A rede municipal de educação de SCS possui profissionais diversos para atender às necessidades e especificidades das EMEIs, EMIs e creches da cidade, conforme pode-se conferir na Tabela 9:

Tabela 9 – Quantidade de funcionário da cidade de SCS

Funcionários	Quantidade
Diretores	43
Professores	481
PROAUD – Professor Auxiliar Adm.	43
APIs – Auxiliar de 1ª infância	840

Fonte: SEEDUC/ Sistema GIER – 2017

Quanto à infraestrutura das escolas, Garcia, Garrido e Marconi (2016) indicaram que a cidade possui infraestrutura escolar adequada, com todas as escolas possuindo internet de alta velocidade.

Sintetizando, nesta parte do trabalho, foi apresentada um pouco da história do início da cidade de São Caetano do Sul, incidindo sobre seu processo de emancipação. Foram apresentados também dados mais atuais que revelaram algumas características sociodemográficas do município e alguns indicadores relacionados à educação, em geral, e à educação infantil, em particular. Trata-se de ampliar a compreensão sobre o fenômeno estudado nesta dissertação.

3.1 Os primeiros passos da educação infantil em São Caetano do Sul

Com a emancipação da cidade ocorrendo em 1948, a história da educação infantil na cidade de São Caetano do Sul é ainda recente. A primeira pré-escola criada foi o Parque Infantil Primeiro de Maio, em 1958, hoje conhecida como Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) 1º de Maio.

Há, hoje em dia, duas grandes referências em termos da história de EI em São Caetano do Sul: o livro intitulado Jardins de Infância, que foi publicado em 2004 pela Fundação Pró-Memória, e o projeto denominado Era uma Vez, também produzido pela mesma Fundação. Esta entidade foi criada em 1991 com o objetivo de conhecer, preservar e valorizar o passado histórico da cidade de São Caetano do Sul.

O livro Jardins de Infância traz, em geral, informações referentes ao início da história da educação infantil em São Caetano, e foi publicado durante a gestão do então prefeito Luiz Olinto Tortorello, que governou a cidade por três mandatos.

Neste livro, o registro da história revela 39 escolas, sendo 25 Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs), 09 Escolas Municipais Integradas (EMIs), 01 PREMI – Pré-Escola Municipal Integrada e 3 creches. Neste material, estão presentes elementos sobre as datas de fundação das escolas e informações sobre

os patronos das unidades escolares. Após a edição deste livro, em 2004, o município inaugurou mais 5 escolas, atingindo, atualmente, o total de 44 escolas que atendem as crianças na idade de 0 a 5 anos.

O livro apresenta também fotografias antigas das escolas, dos professores, dos alunos, de eventos escolares (festas), entre outros. O texto revela ainda algumas informações e particularidades das escolas a partir de entrevistas que foram realizadas com as diretoras das unidades escolares. Trata-se, de fato, de um documento que traz um pouco da história da EI municipal.

O Quadro 3 apresenta, de acordo com o livro Jardim da Infância, as datas de inauguração das escolas de Educação Infantil criadas no município, em ordem cronológica. As escolas passaram a ser chamadas de Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) a partir do Decreto nº 4470, de 09 de dezembro de 1977. Aquelas criadas antes deste decreto eram denominadas como parque infantil. As Escolas Municipais Integradas (EMI) foram criadas a partir de 1985:

Quadro 3 – Registro das escolas no livro Jardins de Infância

	Escolas de Educação Infantil	Data de inauguração conforme o livro Jardins de Infância
1	EMEI 1º de Maio	1958*
2	EMEI João Barile	09/10/1959
3	EMEI Francisco Falzarano	1960*
4	EMEI Emílio Carlos	1964*
5	EMEI José Corona	1966*
6	EMEI Irineu da Silva	05/1966*
7	EMEI Antônio de Oliveira	07/1966*
8	EMEI Otávio Tegão	10/1966*
9	EMEI Castorina Faria Lima	1967*
10	EMEI Orlando Moreto	16/06/1967
11	EMEI Luiz José Giorgete	28/06/1967
12	EMEI Ângela Alibrandi Massei	1968*
13	EMEI Pedro José Lorenzini	01/1968*

14	EMEI Fortunato Ricci	01/1968*
15	EMEI Fernando Piva	01/1968*
16	EMEI José Ferrari	05/04/1968
17	EMI Maria Simonetti Thomé	30/06/1968
18	EMEI Romeu Fiorelli	07/1968*
19	EMEI Rosa Perrella	11/08/1968
20	EMEI José Mariano Garcia Junior	27/07/1969
21	EMEI Profa. Inês dos Ramos	05/04/1970
22	Premi Maria D'Agostini	24/07/1971
23	Creche Lar Samaritano da Mãe Operária	1974*
24	EMEI Helena Musumeci	1975*
25	EMEI Abelardo Galdino Pinto	01/05/1975
26	Creche Zilda Natel	13/05/1975
27	EMEI Alfredo Rodrigues	14/08/1976
28	Creche Oswaldo Cruz	07/07/1983
29	EMI Marily Chinaglia Bonaparte	1984*
30	EMI Thereza Coan Fiorotti	1988*
31	EMI Fernando Pessoa	1988*
32	EMI Alice Pina Bernardes	1988*
33	EMI Candinha Massei Fedato	1989*
34	EMI Gastão Vidigal	10/1989*
35	EMI Maria Panarielo Leandrini	09/1989*
36	EMI Antônia Capovilla Tortorello	16/12/1992
37	EMEI Marilene de Oliveira Larocca	09/04/2000
38	EMI Matheus Constantino	18/05/2000
39	EMEI Jacob João Lorenzini	16/06/2000
*As datas apresentadas na fonte consultada não estão completas.		

Fonte: Elaboração da autora (2018).

O projeto Era uma Vez teve o objetivo de recuperar a história da educação infantil municipal da cidade por meio de exposições fotográficas que foram organizadas até o ano de 2008, onde foram registradas, entre outras coisas, a

trajetória das dez primeiras EMEIs inauguradas na cidade (porém, as datas encontradas nos bancos de dados do projeto diferem das que estão presentes no livro Jardim de Infância). As dez escolas participantes foram: Primeiro de Maio, João Barile, José Mariano Garcia Júnior, Irineu da Silva, Francisco Falzarano, Emílio Carlos, José Corona, Antônio de Oliveira, Octávio Tegão e Orlando Moretto.

O Quadro 04 indica as datas de inauguração destas escolas de acordo com este projeto:

Quadro 4 – Informações retiradas do projeto Era uma Vez

Escolas de Educação Infantil	Data de inauguração
EMEI 1º de Maio	27/07/1958
EMEI José Mariano	25/07/1959
EMEI João Barile	25/07/1959
EMEI Irineu da Silva	18/03/1961
EMEI Francisco Falzarano	1961*
EMEI Emílio Carlos	04/04/1964
EMEI Antônio de Oliveira	31/07/1966
EMEI José Corona	30/07/1966
EMEI Otávio Tegão	16/10/1966
EMEI Orlando Moreto	16/06/1967
*As datas apresentadas na fonte consultada não estão completas.	

Fonte: Elaboração da autora (2018).

No Quadro 04 verifica-se, também, que a maioria das escolas municipais de educação infantil foi criada nos anos de 1966 e 1968. Analisando as duas referências, constata-se que a maioria das unidades de ensino, considerando as dez primeiras escolas do município, foram inauguradas no ano de 1966.

A busca e exposição de fotos das escolas culminou na elaboração de um *folder* no qual também foram relatadas breves histórias sobre essas escolas e os eventos registrados nas imagens. Também foi realizado um vídeo com entrevistas

de funcionários das escolas, e uma mostra virtual publicada no site da Fundação Pró-Memória (www.fpm.org.br).

Em 2013, este projeto foi retomado com uma nova forma e proposta. Seu nome foi alterado para Era uma Vez uma Escola..., e a primeira escola contemplada neste novo formato foi a EMEI Luiz José Giorgetti. A partir daí, além da exposição das fotos, também havia a produção de vídeos com entrevistas de funcionários das instituições de EI, publicados no canal do *YouTube* da Fundação Pró-Memória. O projeto foi encerrado em 2016.

Os projetos Jardins de Infância e Era uma vez, que registraram uma parte da história da EI na cidade de São Caetano do Sul, trazem algumas informações conflituosas em relação, por exemplo, às datas de inauguração das escolas. A escola João Barile, por exemplo, no livro Jardim da Infância consta o seu início em 09/10/1959, mas nos dados do projeto Era uma Vez consta a data de 25/08/1959.

Pode-se constatar que a maioria dos registros referentes às datas de inauguração das escolas estão incompletos – alguns deles apresentam somente ano, outros o mês e o ano e outros ainda o dia, o mês e o ano. As informações advindas do projeto Era uma Vez, em relação às datas, apresentam dados mais completos, a ponto de observar-se que, no Quadro 4, somente na data de inauguração da EMEI Francisco Falzarano não consta o dia e o mês, enquanto quase todas as escolas possuíam o dia, o mês e o ano de inauguração registrados.

Embora tragam contribuições significativas, os dados encontrados nos dois trabalhos sobre a história da EI na cidade de São Caetano do Sul revelam diferenças, também, na ordem de criação das primeiras dez escolas. No Quadro 3, segundo o livro, o parque José Mariano aparece como sendo a 12^a escola a ser criada, enquanto no material do projeto (Quadro 4), ela aparece como a segunda escola criada no município.

A figura 1 constata a data de inauguração, em 25 de julho de 1959 dos parques infantis José Mariano apresentado neste período como Recanto Infantil da Vila Barcelona e também do parque infantil João Barile identificado nesta mesma notícia como parque infantil do Bairro Fundação, que confere com os dados apresentados no Quadro 4, referente as datas de inaugurações dos parques do

Projeto Era uma Vez e que entra em desacordo com as datas apresentadas no Quadro 3.

Figura 1 – Notícia no jornal de 25/07/1959, inauguração dos parques José Mariano(localizado na Rua Flórida) e do Parque João Barile (localizado no Bairro Fundação)

São Caetano do Sul, 25 de julho de 1959

PROGRAMA OFICIAL DOS FESTEJOS COMEMORATIVOS DO 82.º ANIVERSÁRIO DE SÃO CAETANO DO SUL

Julho - 25 - Sábado

16.00 hrs. — Inauguração do Recanto Infantil de Vila Barcelona. — Local: Rua Flórida.

16.30 hrs. — Inauguração do conjunto (fonte e chafariz) em homenagem à Criança. — Local: Praça Frei Caneca.

17.00 hrs. — Inauguração do Parque Infantil do Bairro da Fundação. — Local: Praça Maria Pia Matarazzo.

20.00 hrs. — Sessão solene na Câmara Municipal.

20.45 hrs. — Chegada do fogo simbólico à Praça Hermelino Matarazzo.

21.00 hrs. — Saída da Grande prova pedestre "Fundação" — Percursos: - Praça Hermelino Matarazzo, ruas Rio Branco, Perrella, Viaduto dos Autonomistas, Manoel Coelho, Baraldi, Amazonas, João Pessoa, Av. C. Francisco Matarazzo, Cons. Antonio Prado, Viad. dos Autonomistas, Perrella, Rio Branco, 28 de Julho

Julho - 26 - Domingo

8.30 hrs. — Solene Missa Campal. — Local: Praça Hermelino Matarazzo.

9.30 hrs. — Homenagem aos Fundadores da Cidade — Local: Praça Hermelino Matarazzo — Em seguida.

21.00 hrs. — Voleibol Masculino, Seleção de São Caetano x Seleção de Santo André. — Local: Quadra de S. Caetano E. C. — R. Perrella.

Julho - 28 - Terça-feira

18.00 hrs. — Inauguração do "Lar Menino Jesus". — Local: Av. Senador Roberto Simonsen.

19.00 hrs. — Projeção de filmes no Jardim 1º de Maio, sobre as realizações da atual Administração Municipal.

20.00 hrs. — Grandioso concerto sinfônico pela Banda da Força Pública do Estado de São Paulo. — Local: Jardim 1º de Maio.

22.00 hrs. — Grande queima de fogos de artifícios. — Local: Jardim 1º de Maio.

Julho - 29 - Quarta-feira

20.00 hrs. — Voleibol Feminino, Seleção de São Caetano x C. A. Paulistano — Local: Quadra do General Motors E. C.

20.00 hrs. — Tênis de Mesa, E. C. Vila Bela x Reunião — Local: São Caetano E. C. (Salão).

21.00 hrs. — Bola no Cesto Masculino, Seleção de São Caetano x Seleção de Santo André. — Local: Quadra do General Motors E. C.

Julho - 30 - Quinta-feira

Legenda:

Julho - 25 - Sábado
16:00 hrs – Inauguração do Recanto Infantil da Vila Barcelona – Local: Rua Flórida.
[...]
17:00 – Inauguração do Parque Infantil do Bairro da Fundação – Local: Praça Maria Pia Matarazzo.

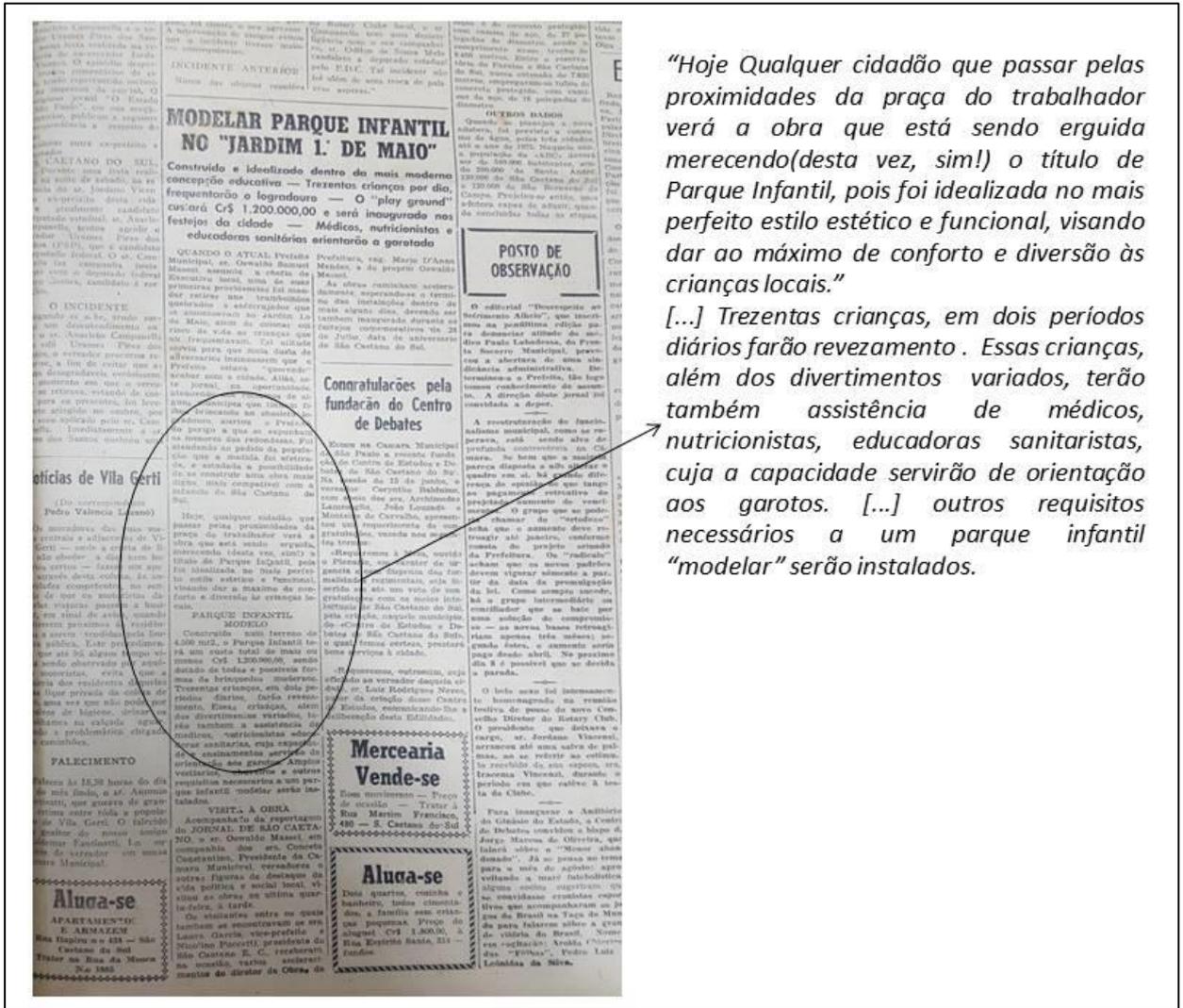
Acervo: Da Fundação Pró Memória de SCSul

Há também diferenças dentro do mesmo material. O livro, por exemplo, indica que o parque infantil 1º de Maio foi fundado em 1958. No entanto, no mesmo livro, na entrevista dada pela professora-diretora na época em que o livro foi editado, a data de fundação indicada é o ano de 1961.

Tais diferenças, entre materiais e no mesmo material, motivaram a busca pelos jornais da época, na Fundação Pró-Memória, a fim trazer novos elementos para o debate sobre essas divergências.

A seguir um fragmento da inauguração do parque 1º de Maio, que se constituiu em um evento importante para a cidade naquele período, pois tratava-se da primeira escola para crianças a partir de 4 anos:

Figura 02 - Notícia do Jornal De São Caetano, do dia 05/08/1958, referente à inauguração do primeiro parque infantil na cidade de SCS, em 27/07/1958, O Parque Infantil 1º de Maio.



Acervo: Da Fundação Pró Memória de SCSul

O Quadro 5 traz as dez escolas citadas no projeto Era uma Vez e que também aparecem no livro Jardins de Infância, todavia, com o acréscimo das datas encontradas nos jornais da época:

Quadro 5 – Comparação das datas de inauguração dos parques entre os projetos e dados retirados dos jornais da época

Escolas de Educação Infantil		Data de inauguração conforme o livro Jardins de Infância	Projeto Era uma Vez	Dados retirados dos jornais antigos do município da cidade de SCS
1	EMEI 1º de Maio	1958*	27/07/1958	27/07/1958
2	EMEI João Barile	09/10/1959	25/07/1959	25/07/1959
3	EMEI Francisco Falzarano	1960*	1961	
4	EMEI Emílio Carlos	1964*	04/04/1964	04/04/1964
5	EMEI José Corona	1966*	30/07/1966	30/07/1966
6	EMEI Irineu da Silva	05/1966*	18/03/1961	18/03/1961
7	EMEI Antônio de Oliveira	07/1966*	31/07/1966	30/01/1966
8	EMEI Otávio Tegão	10/1966*	16/10/1966	16/10/1966
9	EMEI Orlando Moreto	16/06/1967	16/07/1967	
10	EMEI José Mariano Garcia Junior	27/07/1969	25/07/1959	25/07/1959

Fonte: Elaboração da autora

Nota-se que existem várias informações conflituosas nas datas de inauguração advindas do livro, do projeto e dos dados retirados dos jornais antigos. Aquelas provenientes do projeto Era uma Vez são mais próximas das que foram encontradas nos jornais. Todavia, vale destacar que as referências encontradas nesses materiais não são baseadas nas leis, decretos.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A história da educação infantil da cidade de São Caetano do Sul tem sido pouco explorada por pesquisadores e estudiosos do campo da Educação. Alguns estudos já publicados a partir de documentos, projetos e livros (como, por exemplo, o livro Jardins de Infância e o projeto Era uma Vez) apresentam algumas lacunas que ainda não foram, de fato, conhecidas, e algumas divergências de informações entre os conhecimentos apresentados.

É sobre tais lacunas e divergências e sobre o fato de a educação infantil da cidade de São Caetano do Sul ter sido pouco explorada, que está posto o problema do presente estudo: Quais as primeiras diretrizes pedagógicas e de organização da pré-escola da cidade de São Caetano do Sul?

Para dar conta de tal problema, foram estabelecidos os seguintes objetivos:

Objetivo Geral:

Analisar as primeiras diretrizes pedagógicas e de organização escolar da pré-escola da cidade de São Caetano do Sul.

Objetivos específicos

- Analisar a literatura especializada sobre a história da pré-escola no Brasil e em São Caetano do Sul.
- Identificar e analisar os documentos (leis, decretos, pareceres, publicações em jornais) que trouxeram as primeiras diretrizes pedagógicas e de organização escolar da pré-Escola no início da EI no município.
- Analisar a percepção de profissionais, especialistas em educação, diretoras e professoras, que viveram e participaram do início da educação infantil na cidade de São Caetano do Sul, sobre as primeiras diretrizes pedagógicas e de organização escolar da pré-escola na cidade.

O problema de pesquisa foi tratado a partir da abordagem qualitativa. Este tipo de tratamento busca a compreensão da totalidade das relações sociais. O objeto de estudo se perfaz no ponto de partida da análise. Neste caso, estuda-se o

ambiente percorrido pelas pessoas, os documentos e textos escritos e analisam-se os significados e a forma como eles são construídos e compartilhados.

Para Flick (2004), a pesquisa qualitativa não busca a realização de testes de hipóteses, mas, sim, o desenvolvimento de teorias empíricas, considerando a perspectiva dos indivíduos envolvidos, entre outras coisas. Nesta pesquisa, pesquisador e entrevistado estão em constante relação e ambas as visões são importantes para o trabalho.

Para Neves (1996), a pesquisa qualitativa usa vários procedimentos que podem ser de cunho racional e intuitivo. Isso acontece para melhor compreender o fenômeno analisado. Os pesquisadores que utilizam essa metodologia buscam integrar o contexto, a opinião dos atores e os ambientes.

De acordo com Silveira e Códova (2009), a metodologia qualitativa apresenta:

[...] objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (SILVEIRA; CÓDOVA, 2009, p. 32).

Dentro desta presente pesquisa, de cunho qualitativo, foram realizadas três fases distintas, mas complementares. Tal situação buscou dar conta dos objetivos deste trabalho.

4.1 Fases do estudo

4.1.1 Primeira fase

Nesta primeira fase, foram analisados os temas relacionados à educação infantil, em geral, e à pré-escola, em particular, a partir de estudos situados em algumas bases de dados, tais como:

- Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, que reúne, em um só espaço de busca, teses e dissertações que já foram defendidas em todo o Brasil e por brasileiros no exterior.
- SCIELO – *Scientific Electronic Library Online* (Biblioteca Científica Eletrônica Online). Trata-se de uma base de dados voltada para a publicação de artigos

científicos, sobretudo desenvolvidos em países da América Latina e do Caribe.

- Periódicos Capes, que oferece acesso a textos e artigos de mais de 20 mil revistas nacionais e internacionais.
- Revistas e periódicos especializados na área.

Alguns dos estudos encontrados nesses mecanismos de busca e em outros locais se caracterizaram em referências utilizadas na discussão dos dados. Todavia, vale lembrar que, por se tratar de um estudo sobre a História, os achados, muitas vezes, não apresentam possibilidades de uma discussão profunda, já que são singulares.

4.1.2 Segunda fase

Nesta fase, do estudo foram identificadas e analisadas as leis, decretos, pareceres, resoluções e publicações em jornais do município, disponíveis na Fundação Pró-Memória (<http://www.fpm.org.br/>) e na Secretaria de Educação da cidade (<http://educacao.saocaetanodosul.sp.gov.br/>). Trata-se, portanto, de fontes primárias para análise.

Os documentos coletados para esta fase foram aqueles relacionados à pré-escola do município de São Caetano do Sul no período 1961 a 1985.

Tal recorte (1961 até 1985) se prendeu ao fato de que o primeiro documento, Decreto nº 1047, foi publicado em 1961, e que 1985 foi o ano da publicação do primeiro Regimento Interno Funcional das Escolas Municipais de Educação Infantil, um documento que regulou e normatizou questões que ainda estavam pendentes nos documentos anteriores em relação à organização escolar e pedagógica.

As análises dos documentos recaíram sobre as primeiras diretrizes e formas de organização pedagógica para as escolas de EI, para as professoras, entre outras questões.

Para a realização desta etapa, dentro a pesquisa qualitativa, foi usada a abordagem documental. Neste sentido, considera-se o documento escrito como

fonte valiosa para a compreensão das primeiras diretrizes e formas de organização pedagógica para as escolas de EI.

O uso de documentos em pesquisa traz uma riqueza de informações que possibilita a ampliação e o entendimento dos objetos, cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. Sobre tal situação, Cellard (2008) sinaliza que o documento escrito é uma fonte valiosa para o pesquisador, pois trata de algo “insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas” (CELLARD, 2008, p. 295).

O mesmo autor afirma também, em relação à análise de documentos, que “muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente” (ibid, p. 295).

Os documentos (leis, decretos, pareceres, resoluções e publicações de jornais do município), disponíveis na Fundação Pró-Memória e na Secretaria de Educação da cidade, foram analisados a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 1977; CHIZZOTTI, 2006), entre outras, com a utilização de códigos e descritores.

Na análise de conteúdo busca-se interpretar os significados temáticos ou lexicais de um documento ou de um texto. Chizzotti (2006) indica que o trabalho de análise de conteúdo relaciona-se, entre outras coisas, à frequência da citação de alguns assuntos, com ideias e palavras em um texto. Ao mesmo tempo, associa-se à interpretação, atribuição e emissão de juízos conferidos a um determinado assunto.

Para Bardin (1977), a mensagem caracteriza-se como o ponto inicial da análise de conteúdo e, neste sentido, ela apresenta múltiplas formas: verbal, gestual, silenciosa, figurativa, documental, entre outras. A autora cita também que as análises se configuram a partir de comparações contextuais, onde o pesquisador tem uma intencionalidade.

Neste cenário, pressupõe-se que um documento ou texto esteja impregnado de sentidos e significados, explícitos ou ocultos, que podem ser analisados pelo pesquisador a partir da interpretação da mensagem por meio de técnicas sistemáticas apropriadas.

4.1.3 Terceira fase

Nesta terceira fase do estudo foram elaboradas e desenvolvidas entrevistas semiestruturadas com algumas personalidades que viveram a primeira década da educação infantil na cidade de São Caetano do Sul.

Essas entrevistas semiestruturadas, com roteiro previamente formulado, foram, em parte, preparadas a partir das análises realizadas sobre os documentos interpretados (leis, decretos, pareceres, resoluções e publicações em jornais do município). Neste sentido, aqueles assuntos da segunda fase, que despertaram maior curiosidade da pesquisadora, alguns conflituosos, outros com lacunas evidentes, foram explorados com as pessoas entrevistadas.

Foram entrevistadas duas professoras, uma delas foi a primeira professora contratada pela Secretaria de Educação de São Caetano do Sul, em 1958, e que experienciou as primeiras décadas da EI na cidade, e a segunda professora iniciou na rede pública em 1968 e ainda atua no município, sendo, portanto, uma profissional que tem acompanhado diversos momentos e transformações na implantação da EI no município quase desde o início até os dias atuais. Tais entrevistas foram gravadas com o intuito de captar os detalhes das informações.

Foram coletados dados sobre o perfil das professoras e sobre a organização escolar e pedagógica da educação infantil na cidade de São Caetano do Sul. No primeiro caso, as informações foram atreladas aos dados de:

- Sexo;
- Idade;
- Local de residência;
- Estado civil;
- Formação inicial;
- Experiência no Magistério.

No segundo caso, sobre a organização escolar e pedagógica da educação infantil na cidade de São Caetano do Sul, foram coletadas informações sobre:

- Tempo de trabalho na Educação Infantil de São Caetano do Sul;
- Funções exercidas;
- Ano de entrada na Prefeitura;
- Escolas onde atuou;
- Tipo e proveniência das orientações iniciais;
- As funções do DEFE;
- Denominação das professoras;

- Principais atividades;
- Estrutura física dos parques;
- Número de crianças atendidas;
- Organização de planejamento e reuniões;
- Tipo de regime de trabalho que tinham.

As entrevistas realizadas ocorreram no ano de 2018. Elas foram fundamentais para a pesquisadora reunir dados no sentido de responder o problema desta presente pesquisa.

Para Duarte (2004), a entrevista é um valioso instrumento metodológico de pesquisa. Neste caso:

Entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Nesse caso, se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados (DUARTE, 2004, p. 215).

Para esta autora, as entrevistas têm de ser realizadas de modo adequado e rigoroso. Esta técnica não é uma ação simples e, desta forma, requer do pesquisador uma formação para desenvolvê-la. Para Duarte (2004) é necessário:

a) que o pesquisador tenha muito bem definidos os objetivos de sua pesquisa [...] b) que ele conheça, com alguma profundidade, o contexto em que pretende realizar sua investigação [...] c) a introjeção, pelo entrevistador, no roteiro da entrevista [...] d) segurança e autoconfiança; e) algum nível de informalidade, sem jamais perder de vista os objetivos que levaram a buscar aquele sujeito específico como fonte de material empírico para sua investigação (DUARTE, 2004, p. 216).

No processo de entrevista, para a autora, é fundamental ter objetivos previamente definidos, elaborar um roteiro para ser seguido e ter formação para realizar o procedimento.

Os dados desta fase foram averiguados a partir da análise de conteúdos com as indicações de Bardin (1977), Franco (2012) e Chizzotti, (2006). Neste sentido, as análises dos dados permitiram aproximações e interligações entre as informações, possibilitando um processo de criatividade e de inventividade da pesquisadora.

5. RESULTADOS

Os resultados são apresentados, inicialmente, a partir de uma análise documental realizada na primeira fase do estudo. Em seguida, são mostrados os dados advindos das entrevistas com as duas diretoras de escolas que viveram o início da educação infantil na cidade de São Caetano do Sul.

5.1 O estudo documental

Esta parte da presente pesquisa, pautada no estudo documental, apresenta algumas leis e decretos do município de São Caetano do Sul. Tais documentos revelam, entre outras questões, as primeiras diretrizes pedagógicas e de organização da pré-escola da cidade.

Os Quadros 6 e 7 mostram os primeiros decretos e leis elaboradas para atender a demanda da criação da EI neste município.

Quadro 6 – Decretos relacionados à organização administrativa e pedagógica da educação infantil

	Data	Decreto	Assunto	Prefeito
1	09/02/1961	1047	Dispõe sobre horário, fixa normas e atribuições para os parques infantis e respectivo pessoal, e dá outras providências	Osvaldo Samuel Massei
2	28/03/1961	1087	Alteração do artigo 3º do Decreto 1041	Osvaldo Samuel Massei
3	23/02/1965	2337	Dispõe sobre horário, fixa normas e atribuições para os parques infantis e respectivo pessoal, e dá outras providências	Anacleto Campanella
4	20/10/1965	2562	Dispõe sobre horário, fixa normas e atribuições para os parques infantis e respectivo pessoal, e dá outras providências	Hermógenes Walter Braido
5	06/05/1968	3101	Dispõe sobre horário, fixa normas e atribuições para os parques infantis e respectivo pessoal, e dá outras providências	Hermógenes Walter Braido

6	03/02/1970	3336	Altera a redação dos artigos 20 e 21 do Decreto 3101	Osvaldo Samuel Massei
7	16/07/1973	3776	Dá nova redação do artigo 21 do Decreto 3101	Hermógenes Walter Braido
8	09/12/1977	4470	Dispõe sobre as Escolas Municipais de Educação Infantil e dá outras providências	Raimundo da Cunha Leite
9	09/03/1978	4513	Institui a Comissão de Planejamento e Normas Pedagógicas do DEPEC e dá outras providências.	Raimundo da Cunha Leite
10	17/07/1979	4679	Adita 3 parágrafos ao artigo 26 do Decreto 4470	Raimundo da Cunha Leite
11	09/11/1979	4721	Altera o artigo 25 do Decreto 4470	Raimundo da Cunha Leite
12	22/08/1980	4829	Acresce um parágrafo ao artigo 26 e dá nova redação ao artigo 41 do Decreto 4470	Raimundo da Cunha Leite
13	29/12/1981	5028	Dispõe sobre as Escolas Municipais de Educação Infantil e dá outras providências	Raimundo da Cunha Leite
14	29/12/1981	5095	Altera o § 1º do artigo 25 do Decreto 5028	Dr. João Dal'Mas
15	22/03/1985	5430	Regimento Interno Funcional das Escolas Municipais de Educação Infantil	Hermógenes Walter Braido
16	23/07/1988	5929	Dispõe sobre as Escolas Municipais de Educação Infantil e dá outras providências	Hermógenes Walter Braido
17	14/12/1988	5993	Regimento Interno Funcional das Escolas Municipais de Educação Infantil e das Escolas Municipais Integradas	Hermógenes Walter Braido
18	06/12/1995	7416	Dá nova redação ao § do artigo 6º do Decreto 5929, que dispõe sobre as Escolas Municipais de Educação Infantil e dá outras providências.	Antônio José Dall'Anese

19	13/08/1996	7499	Aprova termo de cooperação técnica entre a Secretaria do Estado da Educação e o Município de São Caetano do Sul, para os fins que específica e dá outras providências.	Antônio José Dall'Anese
20	25/09/1996	7517	Dispõe sobre a autorização para instalação e funcionamento das escolas de Educação Infantil no município de São Caetano do Sul	Antônio José Dall'Anese
21	05/12/1996	7572	Regulamenta o Estatuto do Magistério Público Municipal, instituído pela Lei 2875, de 29/12/1986, alterada pela Lei 3475, de 1996, e dá outras providências.	Antônio José Dall'Anese
22	21/11/1997	7697	Dispõe sobre o atendimento à demanda escolar nas Escolas Municipais Integradas de Educação Infantil	Luiz Olinto Tortorello
23	04/12/2001	8380	Altera a redação de artigos, parágrafos e anexos do Decreto 7572, que regulamenta o Estatuto do Magistério Público Municipal e dá outras providências.	Luiz Olinto Tortorello
24	20/12/2001	8395	Aprova o regimento das Escolas de Educação Infantil Municipais de São Caetano do Sul	Luiz Olinto Tortorello
25	17/01/2002	8409	Acrescenta itens nos artigos que específica e, introduz § no artigo 19, do Decreto 8395.	Luiz Olinto Tortorello
26	25/03/2003	8648	Altera a redação do artigo 17 do Decreto 8380, que alterou a redação do artigo 17 do Decreto 7572, que regulamenta o Estatuto do Magistério Público Municipal e dá outras providências.	Luiz Olinto Tortorello
27	14/10/2003	9771	Acresce dispositivos ao quadro do Decreto 7572, que regulamentou o Estatuto do Magistério Público Municipal.	Luiz Olinto Tortorello

28	11/10/2005	9211	Altera a Redação do artigo 22, Incisos I e II do Regimento escolar das Escolas de Educação Infantil Municipais de São Caetano do Sul, aprovado pelo Decreto 8395, tendo em vista o dispositivo na Lei Federal nº 11.114, e dá outras providências.	José Auricchio Júnior
29	28/11/2007	9626	Altera a Redação do artigo 22 do Decreto 8395, alterado pelo Decreto 9211, do regimento das Escolas de Educação Infantil de São Caetano do Sul.	José Auricchio Júnior
30	14/10/2008	9778	Altera a Redação dos Incisos I e II e acrescenta o Inciso III no artigo 22 do Decreto 8395, alterado pelo Decreto 9626 do Regimento Escolar das Escolas de Educação Infantil Municipais de São Caetano do Sul.	José Auricchio Júnior

Fonte: Elaboração da autora (2018).

O Quadro 6 apresenta os Decretos que foram coletados para este estudo, com as datas de publicação, o assunto e o prefeito que comandava a cidade na época. O Decreto, 1047 de 09 de fevereiro de 1961, foi o primeiro documento orientador da Educação Infantil da cidade de São Caetano do Sul.

As Leis são apresentadas no Quadro 7:

Quadro 07 – Leis relacionados a organização administrativa e pedagógica da educação infantil

	Data	Leis	Assunto	Prefeito
1	08/10/1981	2682	Dispõe sobre o Ensino Público Municipal Pré-Escolar, EMEIS – respectivo Quadro de Magistério, suas funções, classificações, padrões de referências e dá outras providências.	Raimundo da Cunha Leite
2	04/12/1981	2696	Reclassifica cargos de professor e dá outras providências.	Raimundo da Cunha Leite
3	29/12/1986	2875	Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público Municipal e dá outras providências	Hermógenes Walter Braido

4	11/01/1989	2984	Institui gratificação funcional para as professoras, diretoras, coordenador pedagógico, orientadora pedagógica, psicólogas das EMEIS e EMIS na forma que especifica e dá outras providências – a gratificação será paga na base de 0,5% por ponto correspondente ao enquadramento anexo à Lei nº 2.875/86, incidente sobre o padrão de vencimento - proc. Nº 3528/86 - ver Lei nº 5.070 de 03/04/12	Luiz Olinto Tortorello
5	25/10/1989	3021	Institui a gratificação hora/atividade para as professoras e diretoras das EMEIS e EMIS e dá outras providências.	Luiz Olinto Tortorello
7	22/06/1992	3220	Dispõe sobre os proventos das professoras de EMEIS e EMIS, sob o regime estatutário, que exercem a função de diretora, nas condições que especifica, define remuneração, vencimentos, para todos os fins e efeitos de direito e dá outras providências – farão jus aos proventos correspondentes aos vencimentos que estiverem percebendo na ocasião da aposentadoria - proc. Nº 2762/92.	Luiz Olinto Tortorello
9	04/09/1996	3475	Altera a Lei nº 2.875/86, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público Municipal - objetivos da Rede Municipal de Educação - Quadro do Magistério - composição - campo de atuação - preenchimento dos empregos de docentes - requisitos p/empregos e funções de docentes - jornada de trabalho - remuneração - evolução funcional - promoção - classe de especialistas em educação - faltas abonadas - dos deveres e direitos - da remoção anexo requisitos p/preenchimento dos empregos e funções de docentes, especialistas e técnicos de educação e apoio e outros - hora atividade conf. Lei 3021/89 - equivalente 131 hs/aula ou 180hs/aula acrescido de 40hs/aula excedentes.	Antônio José Dall'Anese

10	22/10/1997	3578	Dispõe sobre a ampliação da jornada de trabalho do pessoal docente do Quadro do Magistério das Escolas Municipais de Educação, em caráter provisório e por tempo determinado. Amplia a jornada de trabalho até o limite da carga horária, mediante percepção de gratificação remuneratória com base no valor hora/aula.	Luiz Olinto Tortorello
11	12/02/1998	3620	Dispõe sobre a instituição do Programa de Aperfeiçoamento e Valorização do Profissional da Educação Escolar em efetivo exercício nas escolas públicas do Município de São Caetano do Sul - proc. Nº 3853/97	Luiz Olinto Tortorello
12	12/02/1998	3621	Prorroga as disposições da Lei nº 3.578, de 22/10/1997, que dispõe sobre a ampliação da jornada de trabalho do pessoal docente do Quadro do Magistério das Escolas Municipais de Educação, em caráter provisório e por tempo determinado - proc. Nº 6401/97	Luiz Olinto Tortorello
13	22/12/1998	3764	Altera o dispositivo que especifica da Lei nº 3.475 de 04/09/1996, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público Municipal e dá outras providências.	Luiz Olinto Tortorello
14	14/11/2003	4187	Aprova o Plano Municipal de Educação, com vigência até 2010 – proc. Nº 4959/03	Luiz Olinto Tortorello
15	14/11/2003	4748	Dispõe sobre a estrutura administrativa da divisão de formação profissional da Secretaria Municipal de Educação do Município de São Caetano do Sul - SEEDUC, cria os cargos em comissão e os empregos públicos que especifica e dá outras providências.	José Auricchio Júnior
17	05/10/2011	5027	Altera a denominação do Centro de Formação Profissional da Educação criado pelo Artigo 1º da Lei nº 4748 de 25/03/2009, que passa a denominar-se CECAPE - Centro de Capacitação dos Profissionais da Educação Dra. Zilda Arns; cria cargos em comissão que especifica e dá outras providências.	José Auricchio Júnior

19	31/10/2012	5101	Altera a carga horária dos empregos públicos de Auxiliar de Primeira Infância e Merendeiras de 33 para 36 hs. constantes do Quadro de Empregos Públicos da Prefeitura do Município de São Caetano do Sul.	José Auricchio Júnior
20	13/05/2015	5295	Institui o estímulo à conscientização da importância do aperfeiçoamento Profissional das Auxiliares de Primeira Infância (API) da Rede Municipal de Ensino de São Caetano do Sul, por meio de cursos de capacitação.	Paulo Nunes Pinheiro
21	18/06/2015	5316	Aprova o Plano Municipal de Educação e dá outras providências.	Paulo Nunes Pinheiro
22	26/06/2015	5323	Incentiva a utilização de Espaço Pedagógico com materiais não estruturados nas Escolas Municipais de Educação Infantil e dá outras providências.	Paulo Nunes Pinheiro
24	02/06/2016	5430	Institui o estímulo à implantação de Equipe Multiprofissional na Rede Municipal de Ensino Infantil do Município de São Caetano do Sul e dá outras providências.	Paulo Nunes Pinheiro
25	09/08/2016	5447	Institui o estímulo à prática de momentos musicais nos berçários das Escolas Municipais de São Caetano do Sul, as músicas deverão ser clássicas e de boa qualidade em som ambiente ou tocadas por aparelhos musicais.	Paulo Nunes Pinheiro

Fonte: Elaboração da autora (2018).

Dos dados coletados – 30 decretos (Quadro 06) e 25 leis (Quadro 07) referentes à estrutura organizacional e pedagógica da educação infantil da cidade de São Caetano do Sul – foram selecionados para análise aqueles que mais contribuíam com os objetivos deste estudo. São eles os Decretos: nº 1047; nº 2337; nº 2562; nº 3101; nº 4470; nº 4513; nº 4679; nº 5028; nº 5430 e a Lei 2682⁸.

No primeiro Decreto, nº 1047, de 9 de fevereiro de 1961, analisado a seguir, foi possível identificar as primeiras formas de organização e orientações

⁸ Resolveu-se deixar no corpo do texto todos os Decretos e Leis, apesar da utilização de alguns deles, para situar futuros trabalhos relacionados à história da Educação Infantil de São Caetano do Sul.

pedagógicas para as escolas de educação infantil da cidade de São Caetano do Sul, que já estavam em funcionamento. Tal decreto foi instituído pelo prefeito Osvaldo Samuel Massei.

5.2 Decretos e Lei

5.2.1 O Decreto nº 1047, de 9 de fevereiro de 1961

O Decreto nº 1047 instituiu as primeiras diretrizes para a educação infantil da cidade de São Caetano do Sul. Este foi um documento precursor e norteador⁹, e estava organizado em oito seções:

1. Fins e objetivos;
2. Horários;
3. Organização;
4. Admissão das crianças;
5. Período letivo e férias;
6. Pessoal;
7. Atribuições;
8. Disposições gerais.

No documento, os quatro primeiros artigos indicavam que:

Artigo 1º - A Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul criará Parques Infantis em áreas cujos índices demográficos permitam manter esse serviço social de recreação e técnico-pedagógico.

Artigo 2º - Fica desde já designado o Parque Infantil, localizado na Praça “1º de Maio”, como Parque Padrão, devendo, os demais, adotarem orientação paralela.

Artigo 3º - Nenhuma professora recreacionista será admitida no serviço público sem antes submeter-se a estágio não inferior de 15 (quinze) dias, no Parque Padrão.

Artigo 4º - Os fins e objetivos dos Parques Infantis são os de proporcionar à criança horas de lazer, através de sistema de recreio ativo e organizado. (SÃO CAETANO DO SUL, 1961, fls. 01)

Os artigos sinalizavam a criação de parques infantis em locais determinados (bairros) para atender as demandas de acesso à escola, para a admissão de profissionais habilitados, referindo-se às professoras como recreacionistas, com a exigência (artigo 3), para admissão dessas profissionais, do cumprimento do período de estágio de 15 dias.

⁹ Mas vale lembrar que já existiam escolas fundadas desde 1958.

O grupo de artigos, do 5 ao 9, referia-se à seção que tratava dos horários (horário funcional e de recreação) destinados à jornada de trabalho dos servidores.

Artigo 5º - Fica adotado para os Parques Infantis dois horários típicos, assim denominados:

- I. Horário de recreação e,
- II. Horário Funcional.

Artigo 6º O Horário de Recreação compreenderá período vigente em todos os Parques Infantil, destinado à guarda e recreação das crianças, assim divididos:

- I. Das 8:00 às 12:00 horas
- II. Das 13:00 às 17:00 horas

Artigo 7º - O horário Funcional é aquele que abrangerá o regime de horas normais de trabalho a que estão sujeitos os servidores em geral.

Parágrafo Único – A cobertura dessas atividades será objeto de escala de serviço, de afixação interna, assinada pelo Chefe de Seção de Educação e Cultura, respeitando o regime jurídico de trabalho a que está obrigado o servidor (SÃO CAETANO DO SUL, 1961, fls. 01)

Os horários foram categorizados em horário de recreação e horário funcional (artigo 5). No primeiro caso, descrito no artigo 6º, foi determinado à guarda e à recreação das crianças nos dois períodos, manhã e tarde. O uso da palavra “guarda”, neste artigo, sugere a preocupação com a segurança da criança no período em que estiver na escola.

É interessante notar que muitas questões para a organização administrativa ficavam sob a instrução do Departamento de Educação Física e Esportes (DEFE) do estado (artigo 10), pois não havia no município um departamento específico para tratar dos assuntos relacionados aos parques infantis.

Neste contexto, o DEFE indicava modelos de controle de matrícula (artigo 10) e também da frequência das crianças na escola (artigo 11):

Artigo 10 – Cada Parque Infantil manterá, obrigatoriamente, um livro de Matrícula, conforme modelo e instruções fixados pelo Departamento de Educação Física e Esportes e o Estado.

Parágrafo único – Para cada matrícula se confeccionarão duas fichas, para manuseio e controle, do Parque respectivo e da Seção da Educação e Cultura.

Artigo 11 Além dessa escrituração cada professora deverá possuir um livro de Chamada, idêntico ao utilizado nos Grupos Escolares do Estado (SÃO CAETANO DO SUL, 1961, fls. 02)

A Prefeitura de São Caetano, no início da implantação de seus parques infantis, não dispunha de um modelo próprio de gestão administrativa da educação e, sendo assim, buscava no estado (DEFE) um modelo das ações administrativas

que já eram desenvolvidas nos Grupos Escolares (Grupo Escolar Senador Fláquer, a mais antiga da cidade).

Os artigos subsequentes (12 ao 16), deste decreto referiam-se à importância de haver em cada escola um livro de ocorrências, onde deveriam ser registrados os casos que envolvessem agressões ou acidentes. Havia a recomendação para que a professora responsável pela turma realizasse o registro do ocorrido, assinando o termo juntamente com mais duas testemunhas.

Artigo 12 – Em cada Parque Infantil haverá um livro de Ocorrências, com termo de abertura assinado pelo Chefe de Secção de Educação e Cultura, a quem saberá, inclusive, o respectivo encerramento.

Artigo 13 – O Livro de Ocorrências é destinado, exclusivamente, no registro de agressões ou acidentes ocorridos entre as crianças que se encontram sob a guardada professora dentro do chamado Horário de Recreação.

Artigo 14 – Ocorrendo uma das hipóteses, agressão ou acidente, o evento deverá ser lavrado com todos os detalhes, no referido livro, assinado, necessariamente, pela professora responsável pelo grupo a que pertence o aluno, e mais duas testemunhas.

Artigo 15 – Havendo ferimento grave a criança será encaminhada à Diretoria de Saúde da Prefeitura, onde obterá o responsável pelo encaminhamento laudo médico assinado pelo facultativo que prestou o socorro.

Artigo 16 – O Laudo médico mencionado e mais uma cópia autêntica extraída do Livro de Ocorrências deverão ser encaminhadas ao Chefe de Secção de Educação e Cultura para fins de direito (SÃO CAETANO DO SUL, 1961, fls.03).

Quanto à seção Admissão das Crianças, tal parte se referia à quantidade de crianças por professora e à idade mínima para o ingresso na pré-escola, conforme descrito no artigo 17:

Artigo 17 – Cada Parque Infantil poderá matricular grupos de 40 a 50 crianças, para cada professora, com idade de três anos e meio até seis anos e meio, admitindo-se matrícula, ainda, aos que venham completar sete anos depois de junho do ano respectivo (SÃO CAETANO DO SUL, 1961, fls.03).

No artigo 18 do documento era especificada a documentação necessária que deveria ser apresentada no ato da matrícula para efetivá-la, como a certidão de nascimento, abreugrafia¹⁰, atestado médico para a comprovação de ausência de doença infectocontagiosa e duas fotos 3x4.

¹⁰ Abreugrafia era um método brasileiro rápido e barato de tirar pequenas chapas radiográficas dos pulmões, para facilitar o diagnóstico da tuberculose, doença mortal. O teste, que registra a imagem do tórax numa tela de raios X, espalhou-se pelo mundo.

A seção referente ao Período Letivo e Férias, abordado nos artigos de 19 a 23, referia-se ao período de férias dos professores e das crianças, indicando dois momentos no ano para o gozo de férias.

Artigo 20 – Os períodos de 16 de dezembro de um ano a 31 de janeiro do ano subsequente e mais o de 16 a 31 de julho de cada ano constituir-se-ão como férias regulares para professoras e crianças (SÃO CAETANO DO SUL, 1961, fls.04).

Os servidores que não faziam parte do quadro de professoras estavam sujeitos ao regime de férias estipulado na Lei nº 380, de 14 de novembro de 1953, e o período para gozo das férias era de 30 trinta dias no mês de janeiro:

Artigo 21 – Os demais servidores, não enquadrados na disciplina acima, em natureza de sua classe funcional, estarão sujeitos ao regime de férias estipulado na Lei 380 de 14 de novembro de 1953 (SÃO CAETANO DO SUL, 1961, fls.04).

A seção referente ao pessoal, atualmente conhecida como Recursos Humanos (RH), é tratada nos artigos de 24 a 35, e refere-se aos critérios e à organização administrativa do pessoal, como frequência, atrasos, faltas, licenças, horas extras de todos os funcionários que prestavam serviço no parque infantil.

No artigo 24, relacionado a essa seção, definiu-se uma professora encarregada para cada período de quatro horas, sendo uma para o período da manhã e outra para o da tarde. Essas professoras responderiam pela escola, mas sem deixar a regência nas salas de aula.

A seção denominada Pedagógicas traz que o profissional era enquadrado no chamado horário de recreação, conforme descrito no artigo 6º. Este horário era destinado somente às professoras, que cumpririam o período de trabalho de quatro horas. Os demais funcionários eram distribuídos em suas funções no horário funcional. Este destinava-se aos servidores com a jornada de trabalho de oito horas. Neste decreto, não se encontrou discriminada a função específica dos servidores que prestavam serviços nos parques infantis conforme os artigos 24 e 25:

Artigo 24 – Haverá em cada Parque Infantil, pelo menos, duas professoras, uma para cada período de quatro horas, enquadrados no chamado Horário de Recreação.

Artigo 25 – Os demais servidores ali designados serão distribuídos no chamado Horário Funcional, tantos quantos forem necessários para o zelo e funcionamento dos mesmos (SÃO CAETANO DO SUL, 1961, fls.05).

O controle de frequência dos professores e dos demais funcionários de outras funções era de responsabilidade do Chefe da Secção do Pessoal da Educação e Cultura, através do livro ponto (artigo 26).

Artigo 26 – Parágrafo Único- Chefe da Secção do Pessoal caberá a abertura e encerramento dos livros, os quais, quando completos, constituir-se-ão documentos exclusivos desse órgão (SÃO CAETANO DO SUL, 1961, fls.05).

As atribuições de competência dos servidores, neste contexto, foram descritas nos artigos 36 e 37 deste decreto. O artigo 36 foi dividido em nove incisos, relacionados a ações de ordem pedagógica referentes às professoras recreacionistas:

Artigo 36 – Compete as professoras de Recreação:

- I) manter, durante o ano letivo, as atividades recreativas das crianças de acordo com a orientação programada pelo Serviço de Recreação, do Departamento de Educação Física e Esportes do Estado;
 - II) adotar, sempre que for possível, as novas instruções contidas em apostilas, normalmente remetidas pelo D.E.F.E.;
 - III) fazer as anotações diariamente das atividades levadas a efeito;
 - IV) elaborar, anualmente, relatório dessas atividades e remeter à Secção de Educação e Cultura;
 - V) ministrar, com zelo, o plano elaborado de Recreação, mantendo, sempre, a DA, a par do respectivo desenvolvimento.
 - VI) transmitir as crianças princípios morais e hábitos sadios;
 - VII) desenvolver o seu espírito comunitário;
 - VIII) manter em dia a escrituração a seu cargo;
- cuidar da escrituração dos relatórios que deverão ser apresentados ao Departamento de Educação Física do Estado; (SÃO CAETANO DO SUL, 1961, fls.06).

Neste artigo, questões pedagógicas podem-se ser evidenciadas. As professoras seguiam as orientações que eram programadas pelo DEFE por meio de apostilas. Elas tinham que registrar diariamente as atividades realizadas com as crianças e preparar anualmente um relatório para a Secção de Educação e Cultura. Outra preocupação atrelava-se à questão de educar as crianças por meio de princípios morais e hábitos sadios e desenvolver um espírito comunitário.

Para os servidores que cumpriam o horário funcional, o artigo 36 trazia cinco incisos destinados às suas competências.

O que cabe aos servidores, artigo 37:

Artigo 37 – Compete aos demais servidores:

- I) – cumprir todas as determinações superiores;
- II) – tratar as crianças e pessoas que se apresentarem nos Parques, com urbanidade e paciência;
- III) – zelar pelo material entregue à sua guarda;

IV) – auxiliar seus superiores em atividades ligadas aos Parques;
 – manter em perfeito asseio todas as dependências dos Parques (SÃO CAETANO DO SUL, 1961, fls.07).

Ao final do Decreto, o último tópico referia-se às disposições gerais, dos artigos 38 ao 50, onde se encontram elencadas as orientações para as professoras e os servidores. Os artigos 38, 39, 40, 41, 47, 48 e 50 eram comuns a todos, e estavam relacionados com a segurança da criança e a organização hierárquica.

Artigo 38 – Nenhum servidor, de qualquer categoria, poderá tratar de assuntos ligados aos Parques Infantis, com pessoas estranhas, sem antes se comunicar com o Chefe da Secção de Educação e Cultura, o qual se incumbirá de levar ao conhecimento da autoridade regular.

Artigo 39 – Toda e qualquer irregularidade deverá ser comunicada a autoridade que de imediato estiver ao alcance do servidor.

Artigo 40 – Nenhuma criança poderá ser entregue a pessoa não devidamente autorizada, sob pretexto algum.

Artigo 41 – Ocorrendo fuga ou desaparecimento da criança o fato deverá ser imediatamente levado ao conhecimento do Gabinete do Prefeito.

Artigo 47 – Os parques Infantis trabalharão normalmente nos dias em que for decretado “ponto facultativo” no Estado.

Artigo 48 – Se decretado, pela Prefeitura, “ponto facultativo” para os Parques Infantis caberá à Secção de Educação e Cultura, determinar quais os servidores, sem distinção de categoria, que devam prestar (SÃO CAETANO DO SUL, 1961, fls.07 - 09).

Nos artigos acima, encontram-se evidências importantes em relação ao cuidado e à segurança das crianças em idade pré-escolar, tais como: o sigilo referente aos assuntos internos, a entrega dos menores somente ao seu responsável ou pessoa autorizada e, também, sobre a questão de que qualquer ocorrência relativa à segurança da criança deveria ser levada ao conhecimento do prefeito, pois os parques não respondiam a um departamento específico, mas à Secção de Educação e Cultura.

Os artigos 42, 43, 44, 45, 46 e 49 foram destinados especificamente às atribuições das professoras e estavam relacionados ao local para prestação de serviço e a organização hierárquica:

Artigo 42 – As professoras lotadas nos Parques Infantis, a juízo da administração, a qualquer tempo, poderão ser requisitadas para:

- I. reger classes de ensino primário e,
- II. promover festas cívicas e sessões comemorativas das grandes datas nacionais, estaduais e municipais.

Artigo 43 – A convocação prevista, na alínea I, do artigo 42, do presente decreto, isentará a professora de prestação de atividades de Recreação junto aos Parques Infantis, enquanto ela perdurar.

Artigo 44 – Toda e qualquer professora, efetiva ou extranumerária mensalista ou mesmo contratada, não possuidora de curso de Recreação,

somente poderá funcionar junto aos Parques Infantis sob a orientação e responsabilidade de colega devidamente autorizada.

Artigo 45 – Os Parques Infantis, enquanto não houver lei, terão como responsável, em cada período, a respectiva professora, podendo, entretanto, o Prefeito Municipal, designar, por portaria, quaisquer professoras para responder pelo expediente geral.

Artigo 46 – A professora designada para tal mister terá anotado no prontuário, como relevantes, essas atividades.

Artigo 49 – Caberá ao Chefe da Secção de educação e Cultura determinar dia, hora e local que, a juízo da Administração, julgue ela necessário uma reunião das professoras dos Parques Infantis a fim de tratar de estudar assuntos relacionados com os mesmos (SÃO CAETANO DO SUL, 1961, fls.08 - 09).

As professoras, em caso de necessidade, poderiam ser solicitadas para assumir salas em escolas do estado, pois o município não possuía, sob sua responsabilidade, escola do ensino primário (a partir da 1ª série – hoje segundo ano). As professoras também eram requeridas para providenciar festas para a comemoração de datas cívicas.

Entende-se no artigo 44 que, por não haver concurso público para a função de professora, as mesmas eram mensalistas ou coentradadas por tempo determinado e havia a exigência de formação em um curso de recreação para a atuação junto aos parques.

Em 28 de março de 1961, o Decreto nº 1.087, revogou a redação do artigo 3 do Decreto nº 1047, alterando o período de exigência de quinze dias de estágio, deixando à critério da repartição competente.

5.2.2 Decreto nº 2337, de 23 de fevereiro de 1965

Após sete anos da criação do primeiro parque infantil, em 1965, o município de São Caetano do Sul, sob a gestão do prefeito Sr. Anacleto Capanella, revoga o Decreto nº 1.047, de 1961, pelo o Decreto nº 2.337, de 23 de fevereiro de 1965, alterando alguns artigos referentes à organização escolar e pedagógica das escolas.

Na primeira seção, dos fins e objetivos, os quatros artigos que a compõem apresentam modificações e trocas de algumas terminologias. Neste contexto, parque infantil foi substituído por educação infantil e curso pré-primário (artigo 1); a nomenclatura professora recreacionista foi substituída por jardineira (artigo 3); houve a inserção de novos termos que demonstraram uma maior preocupação com o desenvolvimento das crianças para além da recreação (artigos 1, 2 e 4):

Artigo 1º - A Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, criará classes de Educação Infantil e Pré-Primárias, que funcionarão em áreas de Parques Infantis, cujos índices demográficos permitam manter esse serviço de ensino social pedagógico.

Artigo 2º - Fica fixado como classe de Educação Infantil e Pré-Primária Padrão, toda aquela que receber orientação fornecida pelo Serviço de Educação Pré-Primária.

Artigo 3º - Nenhuma Jardineira admitida ou nomeada isentar-se-á de um pequeno estágio no (Serviço de Educação) Pré-Primário na Rua Eugênio de Lima, caso não tenha curso de Especialização em Educação Pré-Primária.

Artigo- 4º Os fins e objetivos das classes de Educação Infantil são as de Socialização, desenvolvimento psíquico-somático, princípios morais, hábitos sadios (SÃO CAETANO DO SUL, 1965a, fls. 01).

No Decreto nº 1047, os primeiros artigos referiam-se com maior ênfase à recreação e ao período de lazer da criança nos momentos em que frequentavam os parques infantis. Com a revogação deste, pelo Decreto nº 2337, pôde-se identificar a presença de terminologias que demonstram uma atenção importante com o aspecto de desenvolvimento da criança no âmbito social, motor, cognitivo, moral e de higiene.

No artigo 3, a função de professora recreacionista foi substituída por jardineira, terminologia utilizada para referir-se à professora de educação infantil no início da década de 1960. Este decreto indicou, também, que a responsabilidade das orientações a serem seguidas pelas professoras admitidas seria do Serviço de Educação Pré-Primário e não mais do Departamento de Educação Física.

Na seção dos horários, no artigo 5, no inciso I do decreto em referência, foi inserida, junto ao horário de recreação, a palavra atividade, o que denota a preocupação com a aprendizagem da criança.

No artigo 6, nos incisos I e II da mesma seção, os horários de permanência das crianças na pré-escola foram alterados de quatro horas, para três horas e meia, passando a ser das 8h às 11h30, para o período da manhã, das 13h às 16h30, para o período da tarde.

Neste mesmo artigo (artigo 6), foi também acrescentada uma rotina a ser seguida pela professora, visando a garantia da distribuição das atividades pedagógicas no tempo de permanência diária da criança na escola:

Artigo 6º - Incisos I e II [...]

8:00 às 8:05 – Entrada – Acomodação – Chamada

8:05 às 8:35 – Atividade livre ou trabalho de livre escolha

8:35 às 8:50 – Atividade de desenvolvimento do pensamento e linguagem

8:50 às 9:10 – Atividade de expressão (espontânea)

9:10 às 9:25 – Preparo para o lanche

9:25 às 9:40 – Lanche
9:40 às 10:00 – Atividade ao ar livre
10:00 às 10:15 – Higiene da boca e das mãos
10:15 às 10:30 – Repouso
10:30 às 10:50 – Atividades musicais
10:50 às 11:10 – Atividades motoras e manuais (dirigidas)
11:10 às 11:30 – Preparo para a saída (SÃO CAETANO DO SUL, 1965a, fls. 01, 02).

Como pode ser visto, tratava-se de uma rotina para o período em que a criança estava na escola, que continha atividades de trabalho, de livre escolha, de alimentação, de descanso, entre outras

Outras alterações, entre os Decretos nº 1.047 e o nº 2337 ocorreram no que tange à quantidade de crianças, à idade máxima para ingresso na pré-escola e o número de alunos em sala de aula. Nestes dois últimos casos, a idade passou a se situar entre os 4 a 6 anos e meio e o limite de criança por turma passou a ser de 30 (Seção Da Admissão das Crianças, artigo 17).

Outra mudança observada atrelou-se à questão da substituição do termo funcionário para servente (artigo 35). Neste contexto, o funcionário passou a ter uma função específica dentro do ambiente da pré-escola, embora o artigo não traga elementos de tal especificidade, com atribuições concernentes ao local de trabalho e a esta função.

5.2.3 Decreto nº 2562, de 20 de outubro de 1965.

O Decreto nº 2.562, de 20 de outubro de 1965, apresentou poucas alterações em relação aos dois decretos já apresentados. No entanto, cabe elencar algumas mudanças observadas.

O parque infantil Emílio Carlos foi designado como parque padrão (artigo 2), ou seja, todos os demais parques da cidade de São Caetano deveriam adotar as mesmas orientações oferecidas e utilizadas nesta escola.

Neste contexto, o horário de funcionamento dos parques infantis voltou a ser como designado no Decreto nº 1.047, pelo período de 4 horas, alterando o artigo 5 do Decreto nº 2.337.

Outra mudança apresentada em relação aos dois decretos anteriores dizia respeito à quantidade de crianças por turma e à idade mínima para a inserção à pré-escola. No Decreto nº 1.047 determinava-se o número de 40 a 50 crianças por professora, sendo a faixa etária atendida a partir de três anos e meio a seis anos. No

Decreto nº 2.337, a quantidade de alunos por professora passou a ser de trinta alunos, com a idade matrícula de quatro a seis anos e meio. No Decreto em questão, permaneceu o grupo de trinta crianças por professora, e a idade mínima de três anos e meio a seis anos e meio, permitindo a matrícula de crianças que completariam sete anos depois de junho do respectivo ano.

Neste decreto, permaneceu também a função da professora responsável por período, com a possibilidade de designar, por portaria, uma única professora para responder pelos dois períodos, mas sem deixar a sala de aula, como pode ser visto no artigo 46:

Artigo 46 – Os Parques Infantis, enquanto não houver lei, terão como responsável, em cada período, a respectiva professora, podendo, entretanto, o Prefeito Municipal, designar, por portaria, professora para responder pelo expediente geral (SÃO CAETANO DO SUL, 1965b, fls. 9).

Os demais artigos dos decretos analisados não trouxeram mudanças substanciais em termos de organização dos aspectos administrativos ativos e pedagógicos.

5.2.4 Decreto nº 3101, de 6 de maio de 1968

Com o aumento quantitativo dos parques no município, após dez anos do surgimento do primeiro parque infantil, em 1958, o prefeito Hermógenes Walter Braido, em seu segundo mandato, revogou o Decreto nº 2562/1965 por outro (Decreto nº 3.101/1968). Neste período o município de São Caetano do Sul, passou a ter dezesseis parques infantis, conforme o Quadro 8:

Quadro 8 – Escolas de educação infantil em 1968

1	Parque Infantil 1º de Maio
2	Parque Infantil João Barili
3	Parque Infantil Francisco Falzarano
4	Parque Infantil Emílio Carlos
5	Parque Infantil Antônio de Oliveira
6	Parque Infantil Otávio Tegão
7	Parque Infantil Orlando Moretto
8	Parque Infantil Castorina Faria Lima
9	Parque Infantil Luiz José Giorgetti

10	Parque Infantil Fernando Piva
11	Parque Infantil Fortunato Ricci
12	Parque Infantil Ângela Alibrandi Massei
13	Parque Infantil Romeu Fiorelli
14	Parque Infantil Rosa Perrela
15	Parque Infantil José Ferrari
16	Parque Infantil Maria Simonetti Thomé
17	Parque Infantil Pedro José Lorenzini

Fonte: Elaboração da autora (2018).

As modificações neste Decreto ocorreram a partir da seção referente às atribuições, onde foi revogado o artigo 46 do Decreto nº 2.562 e, neste contexto, foram criadas as competências para as professoras encarregadas:

Artigo 35 – Às Professoras encarregadas compete:

I – disciplina, orientar e fiscalizar as atividades constantes do artigo 36;

II – responder pela ordem e disciplina dos parques sob sua orientação bem como, a atividade dos funcionários;

III – cuidar da escrituração dos relatórios, que deverão ser apresentados ao D.E.F.E.;

IV – manter em dia a escrituração a seu cargo;

V – elaborar, anualmente, relatório das atividades do Parque Infantil e remeter à Secção de Educação (SÃO CAETANO DO SUL, 1968, fls.06).

A partir deste decreto, cada parque infantil passou a ter uma professora responsável por período para responder pelas questões pedagógicas (inciso I), administrativas (incisos II e III) e pela prestação de contas das atividades realizadas no parque ao órgão responsável (inciso V), mas sem deixar as atribuições de sala de aula. Nos demais artigos não ocorreram alterações relevantes.

5.2.5 Decreto nº 4470, de 9 de dezembro de 1977

Em 1977, a partir do Decreto nº 4479, o parque infantil da cidade de São Caetano do Sul passou a ser denominado EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil.

Com o aumento das EMEIs na cidade, o Decreto nº 4470, de 9 de dezembro de 1977, apresentou várias alterações em relação aos anteriores, que tratavam da composição organizacional dos parques infantis, como eram chamados. Neste Decreto foram deliberados critérios específicos para o funcionamento das EMEIs.

Em seus artigos foram evidenciadas maiores preocupações com o desenvolvimento da criança na idade pré-escolar, definiu-se especificamente a responsabilidade do funcionário na função em que presta serviço nas escolas, e as normas administrativas para todas as instituições.

O artigo 4 do decreto em questão trouxe evidências importantes quanto ao objetivo pedagógico do município:

Artigo 4º - As Escolas Municipais de Educação Infantil têm por objetivo proporcionar à criança desenvolvimento das dimensões físicas, emocionais, intelectuais e sociais do aluno, de modo a possibilitar a integração harmônica de todos esses aspectos, no sentido de expressão, comunicação e auto direção consciente (SÃO CAETANO DO SUL, 1977, fls. 01).

Este artigo apresenta claramente o objetivo das escolas agora atrelado ao desenvolvimento integral das crianças a partir de uma preocupação efetiva com as questões físicas, emocionais, intelectuais, sociais, entre outras.

Na seção referente ao horário encontra-se mais uma evidência em relação à preocupação com a aprendizagem da criança. Neste contexto, a palavra recreação, outrora utilizada, foi substituída por atividade da pré-escola.

Foi inserido neste decreto a seção Dos Livros (Artigo 9), que se referia aos registros das ações realizadas na escola e também em relação aos documentos de ordem organizacional, que são:

- Livro de Matrícula;
- Chamada;
- Termo de visita para os funcionários do Departamento de Educação e Cultura e outro para as visitas em geral;
- Atas de reuniões pedagógicas;
- Registro de acidentes;
- Registro de ocorrências disciplinares.

A realização dos registros, assim como a questão de mantê-los atualizados, eram obrigatórias, por força deste decreto. Esta seção Dos Livros substituiu a seção Da Organização, presente nos decretos anteriores apresentados nesta pesquisa.

O artigo 11 aponta para a obrigatoriedade da professora em registrar as ações pedagógicas realizadas e que eram orientadas pela Comissão de Planejamento e Normas Pedagógicas. Os livros relacionados Termo de Visita e a Ata de Reuniões Pedagógicas foram priorizados nos artigos do 12 ao 14:

Artigo 12 – No livro do Termo de Visita do Departamento de Educação e Cultura, serão colocadas anotações apreciadoras sobre a real situação da Unidade Pré-Escolar.

Artigo 13 – O livro de Termo de Visita, em geral, registrará a presença de autoridades que visitarem as Unidades de Ensino Pré-Escolar.

Artigo 14 – Os livros de Atas de Reuniões Pedagógicas conterão soluções orientadoras para a melhor adequação Aluno-Atividades Pré-Escolares (SÃO CAETANO DO SUL, 1977, fls. 03).

Esses artigos (11, 12, 13 e 14) indicam o interesse do município em acompanhar as ações pedagógicas realizadas pelas professoras na escola, o que não era evidente nos primeiros documentos.

Nos decretos anteriores, na seção “Do Pessoal”, referiam-se apenas ao número de crianças por grupos, no decreto em questão, no artigo 26, além deste quesito foi determinado que em cada escola haveria uma professora encarregada, uma professora substituta e uma estagiária.

Artigo 26 – Em cada Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI), haverá uma Encarregada; às Professoras, estas para cada grupo de 30 (trinta) crianças, num período de 4 (quatro) horas, enquadradas no chamado horário de Atividades da Pré-Escola; uma eventual professora substituta, e uma Estagiária, esta selecionada nos termos da legislação em vigor (SÃO CAETANO DO SUL, 1977, fls. 06).

Neste documento foi deliberada a criação do Conselho de Seleção de Professores (COSEPRO) com a finalidade de promover as seleções para as funções de encarregadas e cargos de professores municipais para a pré-escola (artigo 27). Este conselho era constituído por cinco pessoas, designadas por portaria do prefeito municipal, com o propósito de elaboração do regulamento para a seleção de professoras e encarregadas.

Os artigos 28, 29, 30, 31 e 32 eram divididos em seções que tratavam dos regulamentos elaborados pelo COSEPRO, para a seleção das encarregadas, subencarregadas, professoras substitutas e estagiárias.

Nestes artigos, além da homologação do regulamento, havia algumas especificidades referentes a cada função, como:

- Nas alíneas A e B do parágrafo único do artigo 28 estão descritos os critérios para a função de encarregada, que se davam pela apresentação de títulos exigidos pela legislação da pré-escola e pelo período de docência por, no mínimo, três anos;

- A subencarregada era escolhida pela professora encarregada e com a condição de que esta escolha fosse homologada pelo diretor do DEPEC (artigo 29).

Segundo este decreto, as professoras e as substitutas teriam que apresentar os títulos exigidos pela legislação, assim como as encarregadas, conforme descrito no artigo 30 § 1º.

Na seção Das Professoras Substitutas, a partir do artigo 31, instituiu-se que cada EMEI teria à disposição uma professora substituta e uma estagiária, com a exigência de cursarem a, então, Escola de 2º Grau de Formação de Professor para Ensino Pré-Escolar. No § 1º estabeleceu-se que:

§1º - A Prefeitura Municipal organizará um Quadro de Professoras substitutas pelo regime C.L.T., na proporção de até 50% do total das escolas existentes e que serão escolhidas de acordo com o Regulamento elaborado pelo Conselho de Seleção de Professoras (COSEPRO). (SÃO CAETANO DO SUL, 1977, fls. 08).

A professora substituta não estaria vinculada à unidade de pré-escola e ocuparia uma vaga que estivesse disponível devido à falta de professora, independente do turno (manhã ou tarde), para atender a necessidade da escola. Para assumir a função de professora substituta era necessário ter completado um ano de estágio em pré-escola.

Os honorários das professoras substitutas eram constituídos do valor de setenta e cinco por cento sobre o recebimento das professoras titulares e, ao final de um ano, esta professora receberia um atestado de frequência, que seria convertido em pontos, seguindo um percentual de pontuação conforme regulamento elaborado pelo COSEPRO e estariam, automaticamente, inscritas nas seleções para professoras titulares (Artigo 31).

Neste decreto foram determinados dois horários de trabalho, sendo o horário de atividades da pré-escola, destinados às professoras (encarregada, sub encarregada, substituta e estagiária) e o horário funcional que era cumprido pelos demais funcionários que exerciam uma função na escola e não faziam parte do primeiro grupo.

Outra seção que compõe este decreto e não se encontra nas anteriores está relacionada ao planejamento. A seção Da Comissão de Planejamento e Normas

Pedagógicas (artigo 38) indica o interesse por parte da gestão da época em relação aos aspectos pedagógicos, conforme descrito no artigo:

Artigo 37 – O Diretor do Departamento de Educação e Cultura, por Portaria, instituirá, no início de cada ano, uma Comissão de Planejamento e Normas Pedagógicas, que será o Órgão Orientador do desempenho pedagógico das Professoras da Pré-Escola Municipal (SÃO CAETANO DO SUL, 1977, fls. 10).

Esta comissão teria que ser formada por três pessoas, sendo duas professoras encarregadas de uma unidade de ensino pré-escolar e uma orientadora do DEPEC.

No parágrafo 1º deste artigo foi relatado que, para esta função, seria atribuída uma certidão de desempenho para efeito de contagem de pontos. No parágrafo 2º, do mesmo artigo, foram descritos os requisitos necessários para esta função:

Artigo 38 - § 2º

- a) Serem portadoras de títulos de nível universitário, devidamente relacionado com a Pré-Escola;
 - b) Apresentarem comprovada experiência de magistério da Pré-Escola, como Professoras ou Encarregadas, permitindo, para atingirem o mínimo de anos, as somas dessas situações;
- De preferência serão escolhidas as Encarregadas que, nessa função ou como professoras, tenham exercido o magistério em áreas diferentes de nosso município (SÃO CAETANO DO SUL, 1977, fls. 10).

Ainda no mesmo artigo, no parágrafo 3º, definiu-se que se a professora encarregada aceitasse compor esta comissão, mas se isso trouxesse algum prejuízo a sua função docente, ela poderia solicitar sua desvinculação do processo.

No artigo 39, definiu-se que a duração da Comissão de Planejamento e Normas Pedagógicas ficaria a critério do Diretor do DEPEC, por intermédio da avaliação periódica dos trabalhos realizados.

A finalidade desta Comissão seria a de orientar as professoras quanto a sua prática pedagógica e, para tanto, no artigo 40 foram definidos os objetivos:

Artigo 40 – A Comissão de Planejamento e Normas Pedagógicas terá por objetivo:

- a) Analisar métodos e processos pedagógicos consentâneos às fases da idade de que se constituem as turmas;
- b) Orientar as professoras na utilização de métodos e processos aprovados;
- c) Analisar métodos e processos divergentes, e, aquilatar do seu valor pedagógico, homologá-los após conhecidos os resultados;

Analisar os planejamentos mensais, a serem utilizados nas Escolas Municipais de Educação Infantil. (SÃO CAETANO DO SUL, 1977, fls. 11).

O grupo de professoras que formava esta comissão tinha a responsabilidade de realizar a análise dos métodos pedagógicos que seriam adequados à faixa etária de crianças atendidas pelo município, além de preparar as professoras para a aplicação dos métodos homologados e de verificar mensalmente os planejamentos elaborados pelas unidades escolares. Tal situação aponta para uma perspectiva de desenvolvimento do processo pedagógico, envolvendo a formação do professor, análise dos materiais e avaliação do percurso.

No artigo 35 do Decreto nº 3101/1968 ficaram estabelecidas as competências para a professora encarregada, sendo que essa função era mais de caráter administrativo e com poucas inserções pedagógicas. Neste Decreto nº 4470/1977, na seção referente às atribuições, foram definidas as ações que competiam à encarregada com a inclusão de mais um inciso, que determina a responsabilidade da professora que assume esta função em “[...] ministrar aulas às professoras” (artigo 41 – inciso I), revelando maiores intervenções pedagógicas.

No primeiro Decreto, nº 1047, referente à organização dos parques infantis, as professoras tinham sido intituladas recreacionistas. No Decreto nº 2337 passaram a ser chamadas de jardineiras, e no Decreto nº 2562 voltaram a ser nomeadas de recreacionistas. Todavia, em 1977, com o Decreto nº 4470, foram reconhecidas como professoras de pré-escola.

A partir do artigo 44, se inicia a seção Do Regime Disciplinar do Pessoal em Geral, onde foram abordadas as penalidades no caso de descumprimento dos deveres e das normas de conduta dos servidores do corpo docente e do administrativo. Esta seção não estava presente nos decretos anteriores.

Foram consideradas sujeitas a penalidades atitudes como a falta de cumprimentos dos deveres e normas e também outras que não mostrassem cordialidade entre os funcionários, com as crianças e com a comunidade.

Artigo 44 – Pela falta de cumprimento de seus deveres funcionais e de Normas de Urbanidade, o corpo docente e administrativo estarão sujeitos a penalidades a serem aplicadas, nos termos dos princípios constantes do parágrafo único deste artigo. (SÃO CAETANO DO SUL, 1977, fls. 13).

Descrito no parágrafo único do artigo em questão, as penalidades seguiriam uma diretriz estabelecida. Em uma situação de indisciplina profissional ocorrida pela primeira vez, a funcionária receberia uma advertência ou aconselhamento feito pela

encarregada da unidade escolar por escrito no livro de ocorrências, e esta tomaria ciência. Em caso de reincidência do mesmo fato, todavia, a encarregada faria um novo registro no mesmo livro e encaminharia o fato ao DEPEC que, com base nos registros, iniciaria a apuração do ocorrido por meio de uma comissão de sindicância (artigo 44 § 1 e 2).

Em situação de o funcionário persistir na mesma infração ou em uma nova ocorrência, caberia ao diretor do DEPEC apurar os fatos e encaminhar o processo de sindicância à consideração do prefeito, para aplicação de medidas punitivas compatíveis com a gravidade dos fatos.

Para a apuração dos fatos, o diretor do DEPEC formaria uma comissão de sindicância constituída por três pessoas designadas por portaria, que fariam um relatório e, devidamente assinado pelos mesmos, este documento seria encaminhado para o departamento pessoal (artigo 45). O artigo 46 fez menção que os fatos punitivos do funcionário ocorridos em diferentes unidades escolares não teriam caráter acumulativo.

A seção referente às disposições gerais, a partir dos artigos 47 até o 56 deste decreto, não apresentaram alterações significativas em relação aos anteriores.

5.2.6 Decreto nº 4513, de 9 de março de 1978

Em 9 de março de 1978, pelo Decreto nº 4513 foi instituída a Comissão de Planejamento e Normas Pedagógicas (COPLANP) do DEPEC, sob a gestão do Dr. Raimundo da Cunha Leite, prefeito da cidade neste momento.

No artigo 3 deste decreto foi legitimada a importância desta delegação e instituída a necessidade de seus integrantes apresentarem formação universitária com especialização em pré-escola.

A finalidade e os objetivos da criação desta comissão mantiveram-se os mesmos descritos no Decreto nº 4470, todavia, foram retomados neste decreto com os propósitos de analisar os métodos e os processos pedagógicos considerando as fases das crianças e a importância de orientar as professoras para o trabalho pedagógico.

Entre os dois Decretos, 4470 e 4513, foram encontradas duas alterações:

- Os planejamentos passaram a ser analisados por uma comissão, bimestralmente, segundo o artigo 1 do Decreto nº 4513, e não mais mensalmente, como proposto no Decreto nº 4470;

- As funções dos membros da comissão apresentaram-se de maneira específica, como: as reuniões entre os membros aconteceriam com maior periodicidade (artigo 5); os membros seriam responsáveis pela deliberação dos planos bimestrais elaborados pelas EMEIs (artigo 6); eles teriam a responsabilidade de confeccionar o calendário anual, com as datas previstas para a confecção dos planos, data de entrega e devolução após análise (artigo 7); e tinham de fazer o acompanhamento das atividades realizadas nas escolas (artigo 8).

5.2.7 Decretos nº 4679, de 17 de julho de 1979, e nº 4829, de 22 de agosto de 1980

O Decreto nº 4679, de 17 de julho de 1979, e o Decreto nº 4828, de 22 de agosto de 1980, ambos se referem às alterações realizadas no artigo 26 do Decreto nº 4470, relacionado à seção Do Pessoal, sendo estas deliberações concernentes às professoras encarregadas.

A primeira alteração foi feita pelo Decreto nº 4679 e refere-se ao aditamento de três parágrafos, onde foram acrescentadas duas horas no horário de trabalho das professoras encarregadas. Essas profissionais continuariam com a regência de sala de aula, pelo período de quatro horas e teriam duas horas extras para os assuntos administrativos da unidade escolar.

A segunda alteração se deu por meio do Decreto nº 4829, que inseriu ao artigo 26 o sexto parágrafo, onde as professoras encarregadas passaram a ter a função de administrar a unidade escolar:

Artigo 26 - § 6º - As Encarregadas das Escolas Municipais de Educação Infantil obedecerão ao horário, na forma e períodos previstos, respectivamente, nos parágrafos 3º e 4º deste artigo, e não terão mais regência de classe, cumprindo somente atividades administrativas, que deverão ser fixadas por Portaria do Diretor de Educação e Cultura (SÃO CAETANO DO SUL, 1979).

A partir deste Decreto nº 4829 as professoras encarregadas passaram a responder administrativamente pela pré-escola e cumprir uma jornada de trabalho de seis horas. Este foi o último decreto antes da primeira lei referente à educação infantil criada no município de São Caetano do Sul.

5.2.8 Lei nº 2682, de 08 de outubro de 1981.

Após 20 anos da criação do primeiro decreto referente à educação infantil, em 1961, foi instituída a primeira Lei, nº 2682, de 8 de outubro de 1981. Tal legislação abordou, entre outras coisas, o quadro do magistério, suas funções e classificações, padrões de vencimentos, assim como questões de cargas horárias de trabalho.

No parágrafo único do artigo 1, esta lei determina, com base na Lei Federal 5692/71, as responsabilidades do município no que tange às crianças com idade inferior aos sete anos. Antes disso, apenas a partir dos sete anos o ensino era obrigatório.

No artigo 3, parágrafo 1º, da presente lei, estabeleceu-se a composição de funções de carreira do magistério:

Artigo 3º - O quadro do Magistério Público Municipal Pré-Escolar compõe-se de funções de carreira e isoladas:

§ 1º São as funções de carreira:

- a- Professor
- b- Dirigente de Pré-Escola
- c- Diretor de Pré-Escola
- d- Orientador Pedagógico;
- e- Psicólogo (SÃO CAETANO DO SUL, 1981, fls. 01).

As funções de orientador pedagógico e de psicólogo eram consideradas isoladas e, em caráter excepcional, poderiam ser designadas através de determinação do prefeito, caso não existissem candidatos no corpo docente com os requisitos exigidos (artigo 3 - § 2º).

No artigo 4 (incisos I e II), estabeleceu-se que a função para o quadro do magistério seria preenchida de duas formas: por ingresso e por acesso vertical. A primeira forma seria para a função inicial de professor substituto, através de seleção pública por títulos ou provas, e tinha como exigência a formação de 2º grau de habilitação do magistério, com especialização para pré-escola.

A segunda maneira, acesso vertical, se daria por meio de promoção automática de professor substituto para professor titular, considerando a ordem de classificação no ato do ingresso (artigo 4, Inciso II - a).

Ainda pelo acesso vertical, o professor titular poderia assumir as funções de dirigente ou diretor por meio de seleção de títulos ou provas, observando também a

classificação no ato de ingresso. Para atuar nos órgãos técnicos-pedagógicos, todavia, havia a exigência de experiência de três anos, no mínimo, de regência e avaliação de desempenho em uma unidade da pré-escola (Artigo 4º, Inciso II - b).

A seleção dos candidatos para as funções previstas nesta lei seria realizada mediante a nomeação de comissões, por meio de indicação feita pelo diretor do Departamento de Educação e Cultura e através de portarias designadas pelo prefeito.

Os artigos 6 e 7 fazem menção sobre a necessidade de formação superior com habilitação específica exigida pelas funções de diretor, dirigente, orientador pedagógico e psicólogo. Essas funções foram classificadas em níveis I, II e III, com requisitos específicos para cada nível:

Artigo 7º - [...]

I – Para o Nível I – estar fazendo a série de especialização do Curso de 2º grau na área da Pré-Escola e Contratação como estagiário na forma estabelecida na legislação vigente;

II – Para o Nível II – formação de 2º grau, com especialização na área da Pré-Escola;

III – Para ao Nível III – formação constante deste parágrafo e promoção prevista na letra “a”, do Inciso II, do artigo 4º desta Lei (SÃO CAETANO DO SUL, 1981, fls. 03).

Nesta lei, em seu artigo 8, definiu-se a presença de um diretor em escolas com um grupo de seis classes ou mais, e um dirigente para cada escola com um grupo com um número inferior a cinco classes.

No mesmo artigo, o primeiro parágrafo fez menção às funções de orientador pedagógico e de psicólogo, e estabeleceu-se que esses profissionais ficariam sediados no DEPEC, e que cada um iria prestar serviços a uma quantidade de até 15 unidades pré-escolares municipais.

Os artigos de 10 a 12 pertencentes a esta lei referiram-se à remoção, permuta e transferências; ao regime trabalhista para as funções do quadro do magistério; ao período de quatro anos para a adaptação às exigências contidas nesta lei.

O artigo 13 referiu-se exclusivamente às encarregadas das unidades escolares:

Artigo 13 – As Encarregadas, em exercício, nas Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIS), passarão para as funções de Diretor de Pré-Escola ou Dirigente de Pré-Escola, em Unidades de Ensino, após a obtenção da titulação exigida nos termos do Inciso I do Artigo 6º, observando-se, também, o disposto nas letras “a”, “b” do artigo 8º (SÃO CAETANO DO SUL, 1981, fls. 05).

No parágrafo único deste artigo foi apresentada uma ressalva em relação às encarregadas que não possuíam a titulação necessária para ocupar a função de diretora ou dirigente. Elas permaneceriam no cargo de encarregada e só passariam para a função de diretora ou dirigente após apresentarem as habilitações exigidas.

5.2.9 Decreto nº 5028, de 29 de dezembro de 1981

O Decreto nº 5028 foi criado fundamentado na Lei Municipal nº 2682 do mesmo ano, que normatizou a organização do quadro de magistério do município. Este decreto dispõe sobre a organização das unidades pré-escolares.

O decreto encontra-se dividido em oito capítulos e 32 artigos. Alguns artigos não apresentam alterações em relação aos decretos já analisados nesta pesquisa quanto ao que se refere aos horários, matrículas e comissões abordados nos capítulos II, III, IV (artigos 2 a 9).

Foi inserido neste decreto, a partir do capítulo V, o quadro do magistério pré-escolar, conforme descrito na Lei nº 2682/81 onde legitimou as funções de carreira dos profissionais como professor, dirigente de pré-escola, diretor de pré-escola, orientador pedagógico e psicólogo, que pertenciam e atendiam a este segmento, além da classificação por níveis, descritos na Lei nº 2682, artigo 7.

O mesmo capítulo abordou a classificação das funções integrantes do magistério, dividindo-as em níveis I, II e III. A seção I do capítulo em questão refere-se à professora de nível I ou estagiária, conforme o artigo 15:

Atualmente, serão promovidos chamamentos de Estagiárias nos termos da Lei 2161, de 24/05/1974, na proporção de 70% (setenta por cento) das Pré-Escolas existentes e cursando a 4ª série da Pré-Escola e que, após classificadas serão colocadas à disposição de cada Escola Municipal de Educação Infantil (SÃO CAETANO DO SUL, 1981, fls.05).

No artigo em questão definiu-se a quantidade de estagiárias a serem contratadas por ano e, nos parágrafos 1º e 2º, os vencimentos e a pontuação alcançada que estaria relacionada aos dias de estágios realizados, e que

colaborariam para atingir o próximo nível, o de professora substituta, como já estabelecido nos artigos 31 e 32 do Decreto nº 4470.

A professora de nível II, descrita na seção II do artigo 16 referia-se à professora substituta:

Artigo 16 – A Prefeitura Municipal continuará a manter o Quadro de Professor Substituto, com a denominação de Professor de Nível II, no Departamento de Educação e Cultura, na proporção de até 80%(oitenta por cento) do total das escolas existentes e que serão escolhidas pela Comissão de Seleção de Professores (COSEPRO), através de Seleção Pública por Títulos ou Provas e Títulos (SÃO CAETANO DO SUL, 1981, fls.06).

Este artigo é complementado por quatro parágrafos que definem critérios de organização. No primeiro estabeleceu-se que o total da contratação realizada seria dividida para atender aos dois períodos, manhã e tarde, do funcionamento das escolas. No segundo ficou determinado que esta professora estaria à disposição do DEPEC para atender às necessidades das escolas como professora eventual dentro do turno para o qual foi contratada. Os parágrafos seguintes, 3º e 4º, referiam-se à possibilidade de troca de período e os vencimentos desta profissional.

O artigo 17 refere-se à exigência estabelecida para exercer a função de professora de nível II, professora substituta, que se daria por meio de seleção pública por títulos ou provas e títulos e com formação de 2º grau com habilitação para a pré-escola. Para a função de professora de nível III, a seleção seria da mesma maneira que disposto para as professoras do nível II e a apresentação de formação em Pedagogia, com habilitação em Administração Escolar, para ocupar a função de diretora ou dirigente de pré-escola.

Os assuntos abordados nos capítulos VI ao VIII já tinham sido considerados na Lei Municipal nº 2682 e, neste sentido, não apresentaram diferenças para serem relatadas.

5.2.10 Decreto nº 5430, de 22 de março de 1985

O Decreto nº 5430, de 22 de março de 1985, institui o primeiro Regimento Interno Funcional das Escolas Municipais de Educação Infantil, elaborado no período em que o prefeito era o Sr. Hermógenes Walter Braidó.

Este documento está estruturado em sete capítulos e 47 artigos assim distribuídos:

- Capítulo I – Dos objetivos;
- Capítulo II – Da Escrituração Escolar;

- Capítulo III – Das Matrículas;
- Capítulo IV – Das Comissões;
- Capítulo V – Dos Recursos;
- Capítulo VI – Das Substituições Interinas;
- Capítulo VII – Do Regime Disciplinar.

Com o aumento quantitativo das EMElS no município, fez-se necessária a regulamentação do funcionamento interno destas instituições, conforme descrito no Artigo 2º:

Artigo 2º - As Escolas Municipais de Educação Infantil, para manter devidamente organizada sua escrituração escolar, deverão se ater às exigências constantes do Regimento Escolar (SÃO CAETANO DO SUL, 1985, fls. 01).

No capítulo II (artigos 2 e 3) instituiu-se a criação do livro para o registro de saída, onde todos os funcionários deveriam anotar o dia, o horário de saída e de retorno à unidade escolar.

Os artigos 4 e 5, descritos no capítulo III, normatizaram o ato da matrícula nas escolas, onde se definiu os documentos necessários e que somente após o deferimento da mesma o aluno poderia frequentar a escola.

A partir do capítulo IV, encontra-se todo o procedimento para a seleção de professores e de servidores para o corpo técnico pedagógico e administrativo mediante a constituição de uma comissão, denominada como COSEPRO, Comissão de Seleção de Professor. Esta comissão já havia sido constituída em 9 de dezembro de 1977, por meio do Decreto nº 4470, sendo regulamentada por esta Lei, como descrito no artigo 8 do mesmo capítulo:

A Comissão de Seleção de Professor (COSEPRO), sob a presidência do Assessor de Educação, será formada por:
I- Três representantes da Área Administrativa das Escolas Municipais de Educação Infantil, indicados pelo Diretor do Departamento de Educação e Cultura;
II- Um Vereador da Câmara Municipal, indicado pela edilidade local;
III- Um representante da Comissão Técnica Pedagógica (SÃO CAETANO DO SUL, 1985, fls. 02).

Os nomes para compor esta comissão eram indicados conforme consta no artigo 8, e encaminhado pelo diretor do DEPEC ao prefeito para que fossem designados por portaria.

Com o crescimento do número de escolas, ampliou-se a quantidade de professoras que prestavam serviços a estas unidades escolares, e desta forma, foram regulamentados os processos de permuta, de remoção e de transferências, conforme descrito no capítulo V, a partir do artigo 20.

Também foi normatizada a questão das substituições interinas, especificada no capítulo VI (artigo 39). Estas substituições destinavam-se apenas às funções de diretora de pré-escola.

O último capítulo referiu-se ao regime disciplinar onde foram abordadas: as faltas abonadas, que nesta época eram permitidas num total de 10 por ano, destinadas somente às diretoras e professoras nível II de pré-Escola; e as ações disciplinares em caso de falta de cumprimento de deveres por parte dos servidores.

5.4 Os dados das entrevistas

As duas professoras entrevistadas tiveram a oportunidade de vivenciar o início da educação infantil na cidade de São Caetano do Sul. Neste contexto, algumas questões que foram convergentes no processo de coleta de dados são apresentadas de forma conjunta, todavia, outras são reveladas de forma mais isolada, em relação aos dados advindos dos documentos.

A primeira entrevistada (PROFESSORA-01) foi professora, professora encarregada, diretora e atuou junto à Secretaria de Educação, junto ao Departamento de Educação Infantil e hoje ainda presta serviços na Secretaria. Ela entrou na Prefeitura em 22 de julho de 1968 e recentemente foi homenageada por completar 50 anos dedicados à educação do município e ainda fazer parte da educação infantil. Seus relatos indicaram que ela iniciou a carreira no parque José Ferrari, situado na rua Paraíba, juntamente com mais três professoras: Maristela, que atualmente é diretora da EMEI Emílio Carlos, e Lislene e Mairénice, que não fazem mais parte do quadro do magistério.

A segunda entrevistada (PROFESSORA-02) foi a primeira professora contratada da rede municipal de São Caetano do Sul. Iniciou suas atividades em 24 de outubro de 1958, onde trabalhou por 37 anos. Aposentada há 20 anos, encontra-se com 79 anos de idade e reside neste município. Sua carreira no magistério teve início no Sesi e, ao saber da inauguração do parque infantil Primeiro de Maio, procurou a seção responsável junto à prefeitura e participou do processo de seleção da época. Iniciou neste parque junto com a sua amiga Marli e com Lídia Rochelli.

A professora entrevistada também comentou que passou por todos os segmentos da educação infantil, iniciando como professora no parque infantil

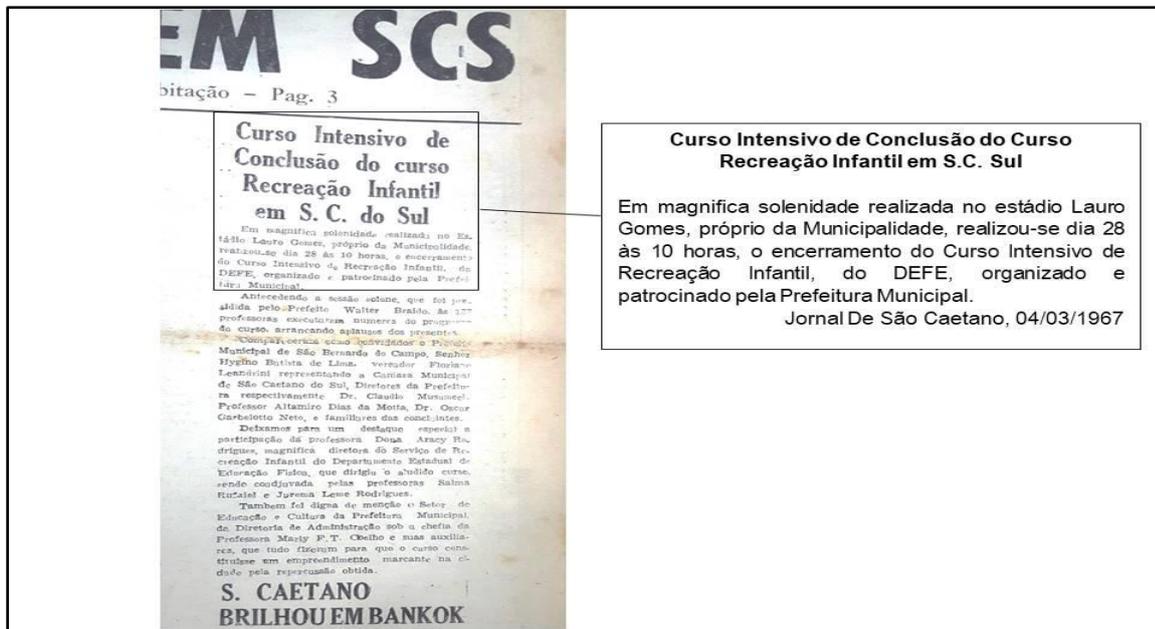
Primeiro de Maio, depois prestou serviço no prédio da prefeitura, voltou como professora no parque Emilio Carlos, tornou-se professora encarregada neste local, voltou a ser professora, posteriormente tornou-se diretora, fez parte da equipe técnico pedagógica na Diretoria de Ensino da cidade de SCSul. Foi diretora das EMEl's Gastão Vidigal e José Ferrari e aposentou-se.

Essas duas professoras entrevistadas relataram uma parte pequena das primeiras diretrizes pedagógicas e de organização escolar da pré-escola da cidade de São Caetano do Sul. Todavia, uma parte importante que descortina elementos relevantes da história inicial.

No início, muito antes do primeiro decreto, as diretrizes pedagógicas e de organização da pré-escola da cidade de São Caetano do Sul eram organizadas pelo Departamento de Educação Física do Estado, o DEFE. Este órgão orientava a seleção, o processo de entrevista e estágio obrigatório para as professoras que quisessem ingressar na rede.

Para exemplificar a valorização das orientações e das diretrizes pedagógicas do DEFE para as professoras recreacionistas, eram criados cursos intensivos para a formação docente, como demonstra a figura 3:

Figura 3 - Notícia retirada do Jornal De São Caetano, de 04/03/1967, referente ao encerramento do Curso ministrado pelo DEFE, às recreacionistas dos Parques Infantis.



Acervo: Da Fundação Pró Memória de SCSul

Além dessas questões, o DEFE era o órgão responsável pelo preparo e pela organização do planejamento a ser desenvolvido pelas professoras nos parques

infantis: “Eles planejavam e nós tínhamos que executar” (PROESSORA-02). Essa professora relatara que quando o genro do Braido (prefeito) passou a cuidar do setor da educação, os parques deixaram de responder para o DEFE.

As atividades realizadas nos parques seguiram, portanto, durante algum tempo, a orientação do DEFE e, neste contexto, eram desenvolvidas em forma de brincadeiras e jogos, denominados de jogos sensoriais, motores e psíquicos (PROFESSORA-01; PROFESSORA-02). Todavia, as orientações e atividades tinham que ser adaptadas, considerando a faixa etária das crianças, principalmente em relação aos menores.

Uma das professoras deu o seguinte exemplo, dizendo que o mesmo era muito utilizado na rede de ensino:

O jogo sensorial, por exemplo, era a brincadeira de “calçar as cadeiras”. Tínhamos uma caixa com vários pares de sapatos. A brincadeira consistia em que as crianças, com os olhos vendados, teriam que encontrar os pares de sapatos certos e calçar nos pés das cadeiras (PROFESSORA-02).

As primeiras orientações pedagógicas provenientes do DEFE estavam, segundo as professoras entrevistadas, associadas às brincadeiras e, ao mesmo tempo, à questão de responsabilizar-se, tomar conta e tratar bem das crianças. Eram mais atreladas ao cuidar e à segurança dos pequenos.

A professora 2 indicou que, neste período, entre 1958 e 1962, elas eram chamadas de professoras recreacionistas, devido ao processo de ensino da época ser justamente com base em jogos e brincadeiras, explorando os princípios básicos do movimento.

Uma das professoras indicou que, neste processo, aproveitava todas as chances possíveis para desenvolver junto às crianças as habilidades de ritmo, dança, canto, e todo esse trabalho era apresentado nas festinhas que desenvolviam nos parques: “Era tudo muito organizado, era recreativo e ao mesmo tempo pedagógico” (PROFESSORA-02).

Essa professora (PROFESSORA-02) sinalizou que junto com a recreação era desenvolvido o trabalho pedagógico: a música, a dança, o ritmo, o som, os sentidos, entre outras habilidades. Mas o foco estava, de acordo com ela, na recreação.

A outra profissional entrevistada (PROFESSORA- 01), aquela que entrou na rede em 1968, relatou que elas eram chamadas de jardineiras. Segundo ela, porque tinham de cuidar do jardim onde se encontravam as crianças: “éramos chamadas de jardineiras pois trabalhávamos no jardim da infância e cuidávamos das crianças, que eram as flores”.

Esta mesma profissional relatou que no trabalho havia uma rotina que as professoras tinham de seguir diariamente. Momentos de entrada, saída, almoço, descanso, sono, atividades, entre outras coisas.

As entrevistadas fizeram menção aos parques no início da educação infantil em São Caetano, quando esses atendiam as crianças de 4 a 6 anos de idade. Neste contexto, elas indicaram que nesses espaços não existiam salas de aula semelhantes aos dias de hoje. As escolas eram construídas em galpões e todas as crianças ficavam misturadas. A escola Primeiro de Maio, por exemplo:

Era um galpão enorme, sem divisão. No pátio havia um quiosque onde usávamos em dias de sol para realizar atividades com as crianças menores (4 anos), até porque os interesses eram diferentes, e os maiores ficavam no galpão (PROFESSORA-02).

Segundo esta mesma professora, esses parques atendiam 100 crianças no período de quatro horas, sendo esta quantidade dividida entre dois professores, totalizando 50 crianças por turma. A divisão acontecia por meio de uma lista onde constava a data de nascimento dos alunos e era organizada em ordem cronológica, do mais novo ao mais velho. Desta maneira, as primeiras 50 crianças ficavam com uma professora e as demais com a outra. Sendo assim as profissionais se responsabilizavam uma por alunos entre 4 e 5 anos e a outra por aqueles entre 5 e 6 anos. A figura 4 ilustra a quantidade de alunos atendidos:

Figura 4 - Informação retirada do Jornal São Caetano – Suplemento Especial – 04/1967



Esta mesma professora recordou, ainda, que nos dias de chuva onde a frequência dos alunos era normal, as professoras tinham de organizar as atividades no galpão.

Então, 100 crianças juntas no dia de chuva, num galpão com idades diferentes, tínhamos que colaborar uma com a outra. Organizávamos dentro do galpão, colocando as crianças menores juntas num espaço para brincarem de modelagem, em outro espaço do mesmo galpão os outros alunos realizavam uma atividade de desenho. E trocávamos as atividades como histórias, brincadeiras, nos rodiziávamos para dar conta. (PROFESSORA-02).

A Professora-02 explicou que o parque Emilio Carlos, quando foi inaugurado, foi a primeira escola dividida em salas de aula. Possuía duas salas de aula, mas tinha um grande galpão, uma diretoria com banheiro e uma sala de espera. Este local acabou se transformando em sede (escola padrão) para a formação das professoras e, neste espaço, tinham de realizar o estágio que era obrigatório.

Um fato interessante que ocorria no início da educação infantil no município de São Caetano é que não existiam férias coletivas, como acontece na atualidade, onde todas as escolas do município tiram férias no mês de janeiro. As férias aconteciam em um sistema de revezamento:

Quando uma de nós tirava férias a outra professora ficava com os 100 alunos. Diante disso, ninguém queria tirar férias primeiro, porque quando voltava do seu período de gozo de férias, teria que ficar com as duas turmas, e não tínhamos ajuda. 100 crianças não é pra qualquer um, viu! Porque a professora que saía de férias, depois do retorno da sua colega de trabalho, ficava esgotada (PROFESSORA-02).

As professoras entrevistadas fizeram referências ao atendimento de alunos de “inclusão”, indicando que esses não eram chamados desta forma, com esta nomenclatura. Trata-se de alunos que tinham problemas neurológicos, limitações, deficiências físicas e outras.

Uma das entrevistadas (PROFESSORA-02) disse que, nas reuniões que ocorriam entre as professoras, as encarregadas e os superiores (responsáveis pelo setor de Educação), aos sábados, eram colocados os problemas, entre outros, aqueles relacionados às crianças com deficiências e dificuldades pedagógicas.

Esta mesma professora disse que no início trabalhavam aos sábados com as crianças e depois conquistaram a oportunidade de dedicar-se, neste dia, à realização de planejamentos em reuniões com representantes da Educação.

Esta mesma professora apresentou duas questões, entre outras, que foram relevantes para educação infantil de São Caetano: a criação da CONPLANP, que, por suas especificações, representou um salto de qualidade para as escolas e para as professoras e, por consequência para as crianças; e a transformação da professora encarregada em diretora de escola, um contexto onde passou a existir uma pessoa específica para cuidar da escola, das professoras, das famílias e das crianças.

As professoras sinalizaram que, em 1977, durante a gestão do Sr. Raimundo da Cunha Leite, com o aumento das unidades de ensino da pré-escola, os parques infantis passaram a contar com a presença das estagiárias e também com as professoras substitutas, e a pré-escola passou a ser denominada Escola Municipal de Educação Infantil – EMEI.

A Professora-02 mencionou, sem precisão datas, que presume que foi neste período que se passou a exigir que as professoras apresentassem a formação em magistério com especialidade em pré-escola, e, mais tarde, para as professoras encarregadas, além desta formação, também a conclusão do curso superior. Todavia, a entrevistada esclarece que as professoras que já trabalhavam na rede e não possuíam as formações solicitadas, teriam um tempo para realizar as especializações e apresentarem os títulos.

As professoras indicaram que o horário das professoras encarregadas passou a ser de 6 horas, sendo, no início, distribuídas em 4 horas na sala de aula e mais duas horas para resolver assuntos administrativos das unidades escolares. Depois de um determinado tempo, as encarregadas não lecionavam mais e ficaram com a responsabilidade de responder administrativamente pela escola como diretoras.

Por fim, as duas professoras entrevistadas sinalizaram que o regime de trabalho das profissionais da Educação Infantil era estatutário e que depois de um tempo ele passou a ser celetista (CLT).

A Professora-02 indicou, com certo saudosismo que:

A educação infantil passou por vários momentos e foi se ajustando às necessidades da sociedade. Tudo que foi feito, foi melhorado e foi se transformando. A educação infantil de hoje, é resultado de uma ação dos professores junto à gestão pública, para atender aos anseios e as necessidades da sociedade deste município. A prefeitura, na minha época propiciou condições para que os professores pudessem progredir. Sou uma pessoa saudosa de tudo que eu participei na educação infantil por 37 anos. Dediquei os anos áureos da minha vida 17, 18 anos... tive meus filhos nesta época, eles participaram de toda essa trajetória... tenho sim algumas mágoas, mas as boas recordações são maiores ... Sinto muitas saudades! Fizemos um trabalho bonito!

5.5 Tecendo a tessitura (Discussão dos Resultados)

Os decretos analisados neste presente estudo revelaram algumas particularidades do início do processo de organização escolar e pedagógica das pré-escolas da cidade de São Caetano do Sul.

Os decretos (nº 1047; nº 2337; nº 2562; nº 3101; nº 4470; nº 4513; nº 4679; nº 5.428, nº 5430) e a Lei (nº 2682), assim como as duas entrevistas realizadas com as profissionais que viveram o início deste processo histórico, se constituíram em referências para a estruturação de uma parte da história da pré-escola (educação infantil) em termos administrativos (da organização escolar) e pedagógicos.

As análises deste estudo se assentaram, no início, sobre a criação das primeiras escolas do município (parque infantil 1º de Maio, em 1958; João Barile e José Mariano, em 1959; Irineu da Silva, em 1961). Esse processo tornou visível uma questão: a criação das escolas e sua organização escolar (processo de matrículas, frequência) estiveram sempre à frente das primeiras legislações.

Desta forma, a normatização, a organização escolar e pedagógica, de algumas instituições, sobretudo essas citadas no parágrafo anterior, ocorreram depois de alguns anos que elas já estavam instaladas e funcionando na cidade de São Caetano do Sul, com o Decreto nº 1047, de 1961.

O primeiro decreto, nº 1047, estabeleceu as primeiras diretrizes a partir da criação de objetivos, horários, norma para a admissão de profissionais, férias das crianças e as atribuições gerais do pessoal e das professoras que atuavam nas escolas. Em síntese, foram as primeiras deliberações sobre as questões administrativas, de organização escolar e pedagógicas.

Embora se compreenda que as questões administrativas (1) e pedagógicas (2) são inseparáveis, que as primeiras existem em função das segundas (PARO,

2016), neste texto, a separação acontece apenas com uma possibilidade didática para a melhor compreensão histórica dos fatos.

5.5.1 O domínio administrativo

No âmbito administrativo, na década de 1960, a ausência de critérios para a organização escolar fez com que as primeiras bases norteadoras se assentassem no Departamento de Educação Física e Esportes – DEFE – do estado, considerando que o município não dispunha de um setor ou um departamento específico para atender às demandas dos primeiros parques infantis e, desta maneira, as primeiras indicações, por exemplo, atreladas ao controle de matrícula e à frequência das crianças utilizaram modelos já estabelecidos pelos grupos escolares do estado. Em São Caetano já existia o grupo escolar Senador Flaquer, a escola mais antiga da cidade (quase 100 anos de existência).

Nessas primeiras diretrizes administrativas da década de 1960, os parques começaram a funcionar com horários instituídos como funcional e de recreação. No caso deste último, observam-se os primeiros indícios das primeiras preocupações com a segurança da criança no cotidiano escolar. Nesta questão, instaurou-se em cada parque (escola), um livro de ocorrências, onde os casos de agressões ou acidentes necessitavam ser registrados.

De fato, o cuidado e a segurança das crianças em idade pré-escolar eram preocupações visíveis nos documentos. Solicitava-se daqueles que atuavam nas escolas, por exemplo, o sigilo das questões internas (sobre a criança), o cuidado em relação à entrega da criança diretamente aos familiares ou responsáveis e, ainda, no caso de ocorrências graves, como o desaparecimento de um aluno, este fato deveria ser levado ao conhecimento do prefeito da cidade.

Esta situação, de cuidado e de segurança das crianças, foi também reportada pelas professoras entrevistadas, que indicaram a questão do tomar conta e ter responsabilidade com as crianças. Situação, segundo as professoras, assumida de forma séria pelas escolas da cidade.

Nesta mesma década, 1960, as primeiras diretrizes trouxeram referências para a realização da matrícula do aluno e para a questão da quantidade de alunos por turma. No primeiro caso, era indicado para famílias a documentação específica e própria daquele tempo: certidão de nascimento, abreugrafia/raio x, atestado médico para comprovar que a criança não possuía doenças infectocontagiosa e duas fotos

3x4. A exigência para apresentação destes documentos se fez notória em todos os cinco primeiros decretos (1047, 2337, 2562, 3101 e 4477), ocorrendo apenas a substituição da apresentação da abreugrafia pelo atestado de vacina contra a tuberculose. Esse quesito indica uma preocupação relevante com a saúde dos alunos em relação às doenças infectocontagiosas. A realização da matrícula ocorria a partir dos 4 anos completos até os 7 anos incompletos.

No segundo caso, a quantidade de alunos por professora, foi definido, inicialmente, que os grupos teriam de 40 a 50 crianças por turma, com idade de três anos e meio até seis anos e meio, conforme descrito no Decreto nº 1047/61, período este em que existiam apenas três escolas (parques) no município.

De fato, as profissionais entrevistadas indicaram que duas professoras atendiam 100 crianças em um período de quatro horas, 50 crianças por turma. Havia uma organização que já previa uma lista de presença com os nomes das crianças. Vale destacar que uma das professoras citou que este número era alto, mas possível de controlar e trabalhar.

A quantidade de alunos e a idade de início da criança na pré-escola foram assuntos abordados nos cinco primeiros decretos analisados nesta pesquisa. Com o aumento de alunos e também com a criação de outras escolas destinadas a este público, no ano em 1977, quando o município já tinha 27 escolas, o Decreto nº 4470 (do mesmo ano) estabeleceu a quantidade de 30 crianças por grupo para cada professora.

Na década de 1960 também foram definidas as primeiras orientações em relação aos períodos de férias e de recesso escolar. Foram instituídos dois ao longo do ano, que aconteciam nos meses de dezembro/janeiro e julho, com a variação de 75 a 90 dias, conforme definido em alguns decretos (nº 1047, nº 2337, nº 2562, nº 3101).

Nesta mesma década, em 1965, a denominação parque infantil, até então utilizada na rede de São Caetano do Sul, foi substituída por educação infantil e curso pré-primário.

Por fim, nesta década, as escolas tinham um controle externo que era de responsabilidade do chefe da Secção do Pessoal. Este profissional controlava a frequência dos profissionais (livro ponto), as férias escolares, as questões de ordem disciplinar, as indicações sobre as competência e atribuições dos funcionários e

professoras, entre outras questões. Depois, no período de 1965 a 1968, essas atividades passaram para o chefe de Secção de Educação e Cultura.

Sintetizando, das diretrizes administrativas, de organização escolar, da década de 1960, destacam-se algumas bases norteadoras advindas do Departamento de Educação Física e Esportes – DEFE; o estabelecimento do controle de matrícula, assim como da documentação necessária para sua realização; a determinação da frequência das crianças e dos horários das escolas (funcional e de recreação), a criação de formas de controle de segurança das crianças (livro de ocorrências); a indicação da quantidade de alunos por turma (40 a 50 crianças por turma) e dos períodos de férias e de recesso escolar; a instauração do controle externo à escola (de frequência, das férias escolares, das normas disciplinares, das competências e atribuições dos funcionários e professoras) exercido pelo chefe da Secção do Pessoal e, depois, pelo chefe da Seção de Educação e Cultura.

Na década de 1970, outras diretrizes administrativas organizaram ou reorganizaram o contexto escolar, trazendo mudanças para a etapa infantil. As aulas, neste contexto, que ocorriam de segunda a sábado, passaram, em 1977 (Decreto nº 4470), a ocorrer somente de segunda a sexta-feira. Ficou instituído que no sábado não haveria mais a presença de alunos, todavia, este dia passou a ser destinado aos trabalhos pedagógicos, como a realização de planejamento, discussões, análises e registros sobre alunos, além de outros assuntos ligados à vida escolar (questões de sala de aula).

Neste período, década de 1970, o controle externo que foi de responsabilidade, na década anterior, do chefe da Secção do Pessoal e depois do chefe de Seção de Educação e Cultura, passou a ser assumido pelo Departamento de Educação e Cultura (DEPEC), que então controlava a frequência, as indicações de férias escolares, as questões de ordem disciplinares, as organizações internas, as indicações sobre as competência e atribuições dos funcionários e professoras, entre outras questões.

Nesta mesma década ocorreram as primeiras diretrizes para a admissão das professoras. A ocupação da função não estava atrelada a nenhum tipo de concurso público, ela era assumida por contrato com prazo determinado, todavia, havia a exigência, para a admissão da professora, da participação em um curso de

formação e a realização de um estágio, com duração de quinze dias com as professoras recreacionistas (período de 1961 a 1976).

Todavia, nesta mesma década, em 1977, período em que foi criado o Conselho de Seleção de Professores – COSEPRO (Decreto nº 4470) e o parque passou a ser denominado de EMEI, criou-se também uma seleção exclusiva para os cargos de professoras (encarregadas, estagiárias, substitutas e professoras titulares) para a pré-escola.

Nesta questão da seleção das professoras, passaram a ser exigidos títulos relacionados à legislação da pré-escola da época. Todavia, para acessar o cargo de professora encarregada, aquela que exercia as funções de gestão escolar e de sala de aula, era exigido formação superior e experiência. Neste caso, ter no mínimo três anos de docência, tempo esse de atuação como professora de crianças na idade pré-escolar. Esta função, ainda, era decorrente de algum tipo de indicação, técnica ou política, do DEPEC.

No caso de admissão de estagiárias, a disposição das vagas seguia os termos da Lei 2161 de 24 de maio de 1974. As candidatas teriam de estar cursando a escola de 2º grau de formação de professor para ensino pré-escolar, comprovar a frequência e passar por uma seleção promovida pelo COSEPRO. Neste sentido, as aprovadas eram encaminhadas para uma unidade escolar de EI.

Havia, neste contexto, para as estagiárias admitidas, uma possibilidade de progredir na carreira, pois cada dia de estágio realizado na pré-escola era convertido em pontos que seriam contabilizados para que, depois de formadas, as futuras professoras pudessem dispor desta pontuação para o processo de seleção para a função de professora substituta.

No caso da professora substituta, a candidata teria de passar por uma seleção promovida pelo COSEPRO, apresentar os títulos exigidos pela legislação (escola de 2º grau de formação de professor para ensino pré-escolar) e, ao mesmo tempo, cumprir um ano de estágio na pré-escola.

Para assumir a função de professora titular, na pré-escola da cidade de São Caetano, era necessário cumprir todos os quesitos descritos, anteriormente, e realizar mais um período de regência em sala de aula.

Essas sinalizações, por meio desses decretos e lei (nº 4077, nº 4513, nº 4679, nº 4829, nº 5028 e Lei nº 2682), já da organização local (DEPEC), trouxeram evidências ressaltando a importância da formação e da experiência das professoras, duas questões que, de fato, são relevantes para a melhoria da educação, em geral, e da educação infantil, em particular. (GARCIA; BIZZO, 2014).

Sintetizando, na década de 1970 destacam-se as diretrizes que instituíram o dia do sábado para o planejamento e discussões pedagógicas; a contratação da professora realizada por contrato com prazo determinado, com a exigência da realização de um curso de formação e de um estágio; o controle externo à escola (de frequência, das férias escolares, das normas disciplinares, das competências e atribuições dos funcionários e professoras) realizado pelo Departamento de Educação e Cultura; a criação do Conselho de Seleção de Professores (COSEPRO); a denominação do parque de EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil; a exigência de seleção exclusiva para os cargos de professoras (encarregadas, estagiárias, substitutas, professoras titulares) para a pré-escola.

Na década de 1980, foi instituído o quadro do magistério (Lei nº 2682), trazendo as funções para professor, dirigente, diretor, orientador pedagógico e psicólogo. Tais profissionais passaram a integrar as EMEIs de São Caetano do Sul.

O mesmo quadro instituiu também as classificações dos profissionais da educação, assim como os padrões de vencimentos e as cargas horárias de trabalho. Tais aspectos foram relevantes para consolidar questões administrativas, de organização escolar.

Nesta mesma década, foi criado o primeiro regimento interno funcional das escolas municipais de educação infantil (Lei nº 5430/85), estabelecendo os objetivos, referências para a escrituração escolar, para as matrículas, criando a possibilidade da criação de comissões, estabelecendo o regime disciplinar, entre outras questões.

Este regimento trouxe também os procedimentos para a seleção de profissionais da educação (professores e gestores), revelando uma preocupação com a qualidade do profissional que atuaria nas EMEIs.

Sintetizando, na década de 1980 destacam-se, com diretrizes instituídas, a criação do quadro do magistério, trazendo as funções e as classificações dos

profissionais da educação, os padrões de vencimentos e as cargas horárias de trabalho; e o primeiro regimento interno funcional das escolas municipais de educação infantil, instituindo, entre outros dispositivos, os objetivos, os processos de escrituração escolar, de matrículas e os procedimentos para a seleção de profissionais da educação.

O Quadro 9, sintetiza três décadas de diretrizes para a organização da pré-escola:

Quadro 9 – Síntese de três décadas organização da Pré-Escola

Década de 1960	Década de 1970	Década de 1980
As orientações pedagógicas eram provenientes do DEFE	O sábado deixa de ser letivo e abre espaço para o planejamento e as discussões pedagógicas	O quadro do magistério é instituído
São criadas as primeiras definições sobre matrícula e sua documentação	O contrato foi instituído com a primeira forma de contratação da professora	É criado o cargo de diretor e de dirigente de escola
São criadas as primeiras definições sobre frequência	Foi criado o Conselho de Seleção de Professores (COSEPRO)	É instituído o primeiro regimento interno funcional das Escolas Municipais de Educação Infantil
São estabelecidas as primeiras definições sobre horários	O Parque passou a ser denominado de EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil	
São estabelecidas as primeiras definições sobre quantidade de alunos, períodos de férias	Foram instituídas exigências para a seleção de professoras (encarregadas, estagiárias, substitutas, professoras titulares)	
São estabelecidas as		

primeiras definições sobre as ocorrências escolares		
Instituído o controle externo à escola (de frequência, das férias escolares, das normas disciplinares, das competências e atribuições dos funcionários e professoras) exercido pelo chefe da Secção do Pessoal e, depois, pelo chefe de Secção de Educação e Cultura	O controle externo à escola (de frequência, das férias escolares, das normas disciplinares, das competências e atribuições dos funcionários e professoras) passar a ser exercido pelo Departamento Educação e Cultura	
O parque infantil passa a ser denominado de educação infantil e curso pré-primário		

Fonte: Elaboração da autora (2018).

5.5.2 O domínio pedagógico

No âmbito pedagógico, na década de 1960, surgiram as primeiras diretrizes advindas dos documentos legais que instituíram as competências das professoras denominadas de recreacionistas, uma posição que só poderia ser assumida por mulheres e com a exigência do cumprimento de um período de estágio de 15 dias.

As primeiras diretrizes desta década instituíram as competências das professoras recreacionistas, que estavam associadas à realização de atividades recreativas das crianças e a adoção de instruções contidas em apostilas que eram elaboradas pelo DEFE, à realização de registros e de relatórios das atividades para serem submetidos à Secção de Educação e Cultura e ao DEFE¹¹, ao cumprimento, com zelo, do plano de recreação, à transmissão as crianças de princípios morais e de hábitos sadios e ao desenvolvimento de um espírito comunitário.

¹¹ O Departamento de Educação Física e Esportes – DEFE – ,do estado, também orientou, além dos processos administrativos (matrícula, frequências dos alunos), as questões pedagógicas.

Essas indicações para o trabalho das professoras recreacionistas discorriam sobre atividades recreativas, cumprimento do plano anual, registros e relatórios, transmissão de princípios morais e hábitos sadios e o desenvolvimento de um espírito comunitário.

No trabalho de recreação eram utilizadas, entre outras coisas, brincadeiras como o jogo sensorial, já muito usado na rede de São Caetano, que buscava desenvolver os sentidos das crianças (PROFESSORA-02).

Embora este período seja mais marcado, nos textos legais, pelas questões atreladas ao brincar, ao cuidar e à segurança das crianças, de caráter recreativo, havia, ao mesmo tempo, preocupações sinalizadas pelas professoras com o pedagógico na busca do desenvolvimento habilidades de ritmo, dança, canto, entre outras (PROFESSORAS-01 e 02). Tal situação vai ao encontro do que indicou Kuhlmann (1998). Este autor ressaltou que, embora as instituições no começo tivessem maiores preocupações associadas a um caráter mais assistencialista e de custódia, elas também tinham interesse nas questões pedagógicas.

Todavia, é preciso destacar, neste processo, que tais preocupações com o pedagógico, neste período inicial da cidade de São Caetano, não se caracterizavam o centro do trabalho escolar com as crianças.

Neste período, meados da década de 1960, aparecem de forma mais visível e indicativa questões relacionadas à realização de uma educação com a utilização de princípios morais, de saúde e comunitários. Tais orientações foram muito possivelmente influenciadas pelo período de ditadura militar instituído no Brasil (1964-1985). Neste, o novo modelo educacional desenvolveu características de um sistema autoritário e domesticador (RIBEIRO, 2000). Os acordos entre o Brasil e os Estados Unidos (MEC-USAID, para assistência técnica e financeira) realizados para o sistema educacional brasileiro foram instituídos a partir da perspectiva ideológica de educação e desenvolvimento, educação e segurança e educação e comunidade (ARANHA, 1996). Neste cenário, os currículos de 1º e 2º graus foram marcados pela inclusão de disciplinas como educação moral e cívica, educação física, educação artística, programas de saúde, entre outras. Sociologia e filosofia foram extintas dos currículos, e história e geografia formaram a matéria de estudos sociais.

Também nesta mesma década, em 1965, ocorreram algumas mudanças importantes de nomenclaturas e de incumbências. A professora recreacionista passou a ser denominada de jardineira, indicando, neste contexto, o início de uma

preocupação, nos textos legais, para além da recreação, agora mais associada com desenvolvimento da criança no âmbito social, motor, cognitivo, moral e de higiene.

Nesse período histórico no Brasil, de acordo com Bastos (2017), a educação pré-primária se intitulava jardim de infância e atendia crianças de 4 a 6 anos. As professoras desse nível eram denominadas jardineiras.

Esta autora apresenta uma síntese de como os editores da Revista do Ensino (1952) caracterizavam o jardim de infância e a professora jardineira:

O Jardim de Infância deve ser um prolongamento do lar, e, para que a jardineira consiga atrair as crianças ao Jardim é preciso observar o seguinte: a jardineira deve ser agradável, cortês, delicada, calma e de aparência atraente; a sala do jardim deve ser ampla, clara, bem arrumada, bem limpa, ornamentada com vasos de flores ou plantas para dar ao ambiente uma impressão agradável e atraente; todos os objetos devem ter lugar apropriado, a fim de que desperte e desenvolva na criança o hábito da ordem e da arrumação; o material deve ser variado para que as atividades proporcionem às crianças eu desenvolvimento físico, intelectual, social e emocional; várias atividades podem ser desenvolvidas no Jardim – a música, o desenho, o modelado, o recorte, as artes representativas em geral, as dramatizações, as projeções luminosas, o teatro infantil. (BASTOS, 2017, p. 66).

Neste contexto, vale lembrar outras expectativas que eram esperadas na época desta professora. De acordo com Koire (1961), a professora jardineira tinha de:

Ter paciência, alguns conhecimentos médicos, ser formada em Educação, ser hábil transportadora de móveis, ser arrumada, ser boa dona de casa, ser razoável marceneira, ser psicóloga, ser “artista” (e pianista se possível). Deve ter também uma excelente visão (para ver os 4 cantos ao mesmo tempo), saber voar (ultrapassar com facilidade os muitos obstáculos espalhados pela sala), correr mais rápido do que uma lebre (para estar presente onde e quando for necessário), andar suavemente para passar tranquilidade, cantar e dançar com alegria e olhar para cada criança como uma criança e as crianças como um grupo (KOIRE, 1961, p. 34).

Bastos e Colla (2004) sinalizaram que algumas dessas qualidades (ter paciência, conhecimentos médicos, ser hábil transportadora de móveis, ser boa dona de casa, ser razoável marceneira, ser psicóloga, ser artista, ter uma excelente visão, saber voar, correr mais rápido do que uma lebre, andar suavemente, cantar e dançar e olhar para cada criança como uma criança e as crianças como um grupo) instituíam características de um profissional ideal. Todavia, de acordo com os autores, apesar de indicar este perfil (ideal), não refletia a professora que realmente

atuava, assumindo, neste caso, uma função de espelho na qual um tipo de imagem deveria ser buscada. Tal imagem incluía um conjunto de normas e de valores de conduta profissional, ou seja, formas de controle da profissão.

Essa professora jardineira na pré-escola da cidade de São Caetano do Sul, em meados dos anos 1960, passava a ter as primeiras atribuições, ainda que incipientes, nos textos legais, voltadas para as questões sociais, motoras e cognitivas com o objetivo de atuar, de forma mais ampla, no desenvolvimento das crianças. De fato, como sinalizou uma das entrevistadas (PROFESSORA- 01), as jardineiras tinham que cuidar do jardim onde as crianças floresciam.

Ainda na década de 1960, neste contexto da professora jardineira, foi instituída uma rotina escolar para as pré-escolas. Tal situação tinha o objetivo de garantir a distribuição das atividades pedagógicas em todo o período em que as crianças estivessem na escola.

Tal rotina indicava um conjunto de atividades que deveriam estar presentes para a formação criança. Essas eram atividades de acomodação e de chamada inicial, de tempo livre, de desenvolvimento do pensamento e da linguagem, de expressão, de preparação para o lanche, ao ar livre, de higiene e de repouso, de música, de habilidades motoras e manuais.

De fato, uma das entrevistadas (PROFESSORA-02) relatou que a rotina auxiliava no trabalho com as crianças na hora da alimentação, da higiene e do sono. Todavia, ela não relacionou tal atividade com o caráter pedagógico que, de acordo com Barbosa (2006), é um elemento estruturante da organização da escola e, ao mesmo tempo, de normatização da subjetividade das crianças.

As rotinas auxiliam no estabelecimento de um padrão de horário, de tempo e de ações a serem realizadas e na segurança para as crianças na escola, minimizando as angústias, sobretudo no início da escolarização. Elas também ajudam as crianças na organização do mundo interno, a partir de suas relações com o mundo externo. (BARBOSA, 2006). Todavia, a rotina, para as professoras entrevistadas neste estudo, foi reconhecida como um processo mais corriqueiro das atividades do que uma ação mais reflexiva e pedagógica.

Por fim, na década de 1960, mais precisamente em 1965, o parque infantil Emílio Carlos foi designado como parque padrão por sua estrutura, sendo a primeira

escola a ter duas salas de aula e outras instalações, diferente dos galpões que abrigavam as outras escolas. A partir desta designação, e com tal infraestrutura, o parque infantil Emílio Carlos passou a receber todas as professoras que ingressavam na rede de ensino para a realização de um estágio obrigatório e, ao mesmo tempo, de um curso que tinha a duração de 15 dias e que era promovido pelo DEFE.

De fato, como sinalizou uma das entrevistadas (PROFESSORA – 02), o Parque Infantil Emílio Carlos passou a ser uma espécie de sede para a formação das professoras que iniciariam na rede infantil.

Sintetizando as diretrizes pedagógicas da década de 1960, destacam-se: o estabelecimento das competências das professoras recreacionistas, mulheres que atuavam com recreação e estavam imbuídas de desenvolver nas crianças princípios morais e hábitos saudáveis e o desenvolvimento de um espírito comunitário; as orientações que advinham do DEFE, um órgão do estado de São Paulo; o surgimento da professora jardineira, que traz consigo o início de uma preocupação para além da recreação, agora mais associada com desenvolvimento da criança no âmbito social, motor, cognitivo, moral e de higiene; a criação de uma rotina escolar, com sentido mais rotineiro das atividades do que uma ação mais reflexiva e pedagógica; a designação do parque infantil Emílio Carlos como parque padrão, onde as professoras que ingressavam na rede de ensino realizavam um estágio obrigatório e um curso de formação promovido pelo DEFE.

A década de 1970 trouxe várias diretrizes pedagógicas. Destaca-se a questão do estabelecimento de um objetivo pedagógico para as escolas da cidade (Decreto nº 4470, artigo 4). De fato, o propósito da educação pré-escolar se tornou mais visível, indicando que as instituições deveriam proporcionar desenvolvimento integral para a criança nas dimensões física, emocional, intelectual e social, integrando todos esses aspectos no sentido de expressão, comunicação e autodireção consciente.

É preciso registrar, todavia, a partir das entrevistas realizadas, que este texto do decreto instituiu aquilo que já estava presente nos anseios e no trabalho de muitas escolas e professoras, indicando novamente que a legislação, em São

Caetano, parece sempre ter andado “a reboque” dos desejos e das práticas escolares.

Em outras orientações, ainda na mesma década (Decreto 4470, artigo 37), foi criada a Comissão de Planejamento e Normas Pedagógicas, sob a responsabilidade do DEPEC, com funções e responsabilidades, entre outras, de atuar no desempenho pedagógico das professoras de EI.

A CONPLANP tinha como finalidade também analisar os métodos e os processos pedagógicos, considerando a idade da criança, assim como avaliá-los e torná-los efetivos nas escolas. Era também de competência desta comissão elaborar o plano anual e avaliar os planejamentos mensais elaborados pelas escolas de educação infantil do município.

O grupo de professoras que formava esta comissão tinha também a responsabilidade de preparar as demais professoras para a aplicação dos métodos homologados e de verificar mensalmente os planejamentos elaborados pelas unidades escolares. Tal situação aponta para uma perspectiva de desenvolvimento do processo pedagógico, envolvendo a formação do professor, análise dos materiais e avaliação do percurso.

De fato, uma das professoras entrevistadas citou que a criação da CONPLANP, por suas especificações, representou um salto de qualidade para as escolas e para as professoras e, por consequência, para as crianças.

Por fim, nesta década, registra-se que, apesar da questão da seleção exclusiva para os cargos de professoras (encarregadas, estagiárias, substitutas, professoras titulares) se atrelar mais à situação de organização escolar, trata-se de uma circunstância que incide, diretamente, no pedagógico, pois passaram a ser exigidas formação superior e experiência para ingressar na rede de São Caetano.

Sintetizando as diretrizes pedagógicas da década de 1970, destacam-se a definição de um objetivo pedagógico visando o desenvolvimento integral das crianças; a criação da Comissão de Planejamento e Normas Pedagógicas, sob a responsabilidade criação DEPEC, para indicar todas referências pedagógicas para as escolas, incluindo o desempenho das professoras; e as exigências de formação superior e experiência para o ingresso na rede de ensino.

Na década de 1980, diretrizes relevantes passaram a fazer parte do contexto pré-escolar da cidade de São Caetano do Sul: a definição do quadro do magistério, a criação do cargo de diretor de escola e o primeiro regimento interno funcional das EMEIs.

Tais orientações já foram citadas no quadro de análise da organização escolar (administrativa). No entanto, elas atuaram também no campo pedagógico, pois trouxeram definições importantes para o contexto escolar e de sala de aula.

No caso da definição do quadro de magistério, após 20 anos da criação do primeiro decreto, em 1961, foi instituída a primeira Lei (nº 2682), estabelecendo as funções e classificações dos profissionais e as cargas horárias de trabalho. Esta legislação trouxe a composição de funções de carreira do magistério público pré-escolar (professor, dirigente de pré-escola, diretor de pré-escola, orientador pedagógico e psicólogo).

Trata-se de um documento importante para as questões pedagógicas, pois foram definidas as exigências de formação superior para a atuação desses profissionais nas escolas.

No caso das professoras encarregadas das escolas, as mesmas assumiram o cargo de diretora ou dirigente de educação infantil. Neste contexto, atribuições de gestão escolar ligadas às questões financeiras, de mobilização de pessoas, de organização de conflito e pedagógica, passaram a ser parte de um perfil profissional específico. Uma das profissionais entrevistadas (PROFESSORA-01) afirmou, de fato, que este foi dos pontos mais importantes para o desenvolvimento pedagógico escolar, pois agora havia uma pessoa específica para cuidar diretamente das professoras, de suas formações, do desenvolvimento escolar como um todo, dos eventos educacionais (festas) e pedagógicos, entre outras coisas.

Por fim, no caso da criação do primeiro Regimento Interno Funcional das Escolas Municipais de Educação Infantil (Lei nº 5430/85), já citado na questão da organização escolar (administrativa), destaca-se, no campo pedagógico, a definição de objetivos e de procedimentos para a seleção de profissionais da educação (professores, gestores), mostrando de forma mais clara uma preocupação com a qualidade do profissional que atuaria nas EMEIs.

O Quadro 10 sintetiza as três décadas de diretrizes pedagógicas da pré-escola:

Quadro 10 – síntese das três décadas de diretrizes pedagógicas da pré-escola

Década de 1960	Década de 1970	Década de 1980
As orientações pedagógicas eram provenientes do DEFE	É instituído um objetivo pedagógico para as escolas	O quadro do magistério é instituído
São instituídas as competências das professoras recreacionistas.	É criada a Comissão de Planejamento e Normas Pedagógicas	É criado o cargo de diretor e de dirigente de escola
O Parque Infantil passa a ser denominado de Educação Infantil e Curso Pré-Primário	Foram instituídas exigências para a seleção de professoras (encarregada, estagiárias, substitutas, professora titular)	É instituído o primeiro regimento interno funcional das Escolas Municipais de Educação Infantil: a definição de objetivos e de procedimentos para a seleção de profissionais da educação (professores, gestores).
“Surge” a professora jardineira		
É criada a primeira rotina escolar		
O parque infantil Emílio Carlos é designado Parque Padrão.		

Fonte: Elaboração da autora (2018).

6 PRODUTO FINAL

Frente às coletas e às análises dos documentos e das entrevistas deste estudo, a partir do agrupamento de elementos empíricos sobre as primeiras diretrizes pedagógicas e de organização escolar da pré-escola da cidade de São Caetano do Sul, elaborou-se o produto desta dissertação.

Trata-se de um livro que será elaborado a partir dos dados desta dissertação e enviado para a Fundação Pró-Memória¹² para ser parte do acervo da educação infantil da cidade. Esta entidade visa, entre outras coisas, salvaguardar a história e a memória de São Caetano do Sul, buscando o conhecimento, a preservação e a valorização do passado histórico.

O livro será elaborado em quatro etapas, descritas a seguir:

- Etapa 1 – reunião com a equipe da Fundação Pró-Memória para a apresentação do trabalho de pesquisa e discussão sobre as normas de elaboração do livro;

Etapa 2 – Elaboração propriamente dita do livro, de acordo com as normas da Fundação Pró-Memória;

- Etapa 3 – Lançamento do Livro na Fundação Pró-Memória.

¹² Esta entidade visa criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos e atividades voltadas à preservação, manutenção e divulgação do patrimônio local. Para isso, suas ações são desenvolvidas nas áreas museológica, arquivística, documental, artística, editorial, de pesquisa histórica e preservação do patrimônio, sempre com o intuito de oferecer ao maior número de pessoas a oportunidade de conhecer a história de São Caetano do Sul.

Atualmente, sua estrutura é formada pelo Museu Histórico Municipal, pelo Centro de Documentação Histórica e pela Pinacoteca Municipal. Em diversos espaços expositivos, como no Salão de Exposições, localizado no Espaço Verde Chico Mendes, no Espaço Cultural - Casa de Vidro e no Espaço do Forno, são realizadas exposições que divulgam o acervo iconográfico e documental da instituição. Na Casa de Vidro, a Fundação Pró-Memória instalou o Ateliê Pedagógico, para experimentações com gravura, desenho e outras técnicas, assim como para atividades integrantes das visitas monitoradas à Pinacoteca.

Sempre objetivando promover a reflexão, a experimentação e a aquisição do conhecimento, a Fundação Pró-Memória conta com mostras itinerantes, que podem ser realizadas em escolas, empresas e estabelecimentos comerciais. O trabalho de preservação do patrimônio cultural é realizado, principalmente, por meio de projetos e iniciativas que envolvam diretamente a população, com o propósito de informar e despertar nos cidadãos a consciência para a valorização do patrimônio da cidade e para a formação de sua identidade cultural, ou seja, sua capacidade de sentir-se pertencente a um grupo.

Ainda dentro desta premissa, a programação da Fundação Pró-Memória inclui também eventos como cursos, palestras, encontros e mesas-redondas, que reúnem pesquisadores, professores, críticos, artistas e instituições da área do patrimônio histórico, artístico e cultural.

6.1 Cronograma do plano de formação

O Cronograma 1 organiza as informações para a realização do livro:

Cronograma 1

Etapa do Livro	Período	Participantes	Tempo	Ação prevista
Etapa 1	Março de 2019	Equipe da Fundação Pró-Memória	2 h	Apresentar a pesquisa e discutir as normas para o livro
Etapa 2	Março de 2019	—	Dois meses	Elaboração propriamente dita do livro, de acordo com as normas da Fundação Pró-Memória.
Etapa 3	Julho de /2019	Autoridade e Convidados	4 h	Lançamento do Livro na Fundação Pró-Memória.

Fonte: Elaboração da autora (2018).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou as primeiras diretrizes pedagógicas e de organização escolar da pré-escola da cidade de São Caetano do Sul. Uma pesquisa que envolveu a decodificação de documentos (decretos, leis, entre outros) e entrevistas com profissionais que viveram o início deste processo.

As primeiras três décadas trouxeram elementos relevantes para a organização escolar da educação infantil de São Caetano do Sul. Com bases iniciais externas, orientadas pelo Departamento de Educação Física e Esportes, foram estruturados elementos importantes, como o controle de matrícula e sua documentação, a frequência escolar, os horários das escolas, as formas de controle de segurança, a quantidade de alunos por turma, os períodos de férias e de recesso escolar.

Depois, com autonomia local, muitas dessas questões citadas no parágrafo anterior foram alteradas (por exemplo, a quantidade de alunos por turma). Outras foram instituídas, como a forma de contratação de professoras, a criação do Conselho de Seleção de Professores, a denominação de Escola Municipal de Educação Infantil, a exigência de seleção exclusiva para os cargos de professoras, a criação do quadro do magistério, do primeiro Regimento Interno Funcional e a elaboração de procedimentos para a seleção dos profissionais da educação.

Em termos de organização pedagógica, as três primeiras décadas trouxeram importantes sinalizações que possibilitaram melhorar a EI da cidade de São Caetano do Sul. Surgiram as competências das professoras recreacionistas e das jardineiras, a criação da primeira rotina escolar, a designação do parque infantil Emílio Carlos como parque padrão, a definição de um objetivo pedagógico para toda a educação infantil da cidade, visando o desenvolvimento integral das crianças, a criação da Comissão de Planejamento e Normas Pedagógicas, a definição do quadro do magistério, a criação do cargo de diretor de escola e o primeiro Regimento Interno Funcional das Escolas Municipais de Educação Infantil.

O presente estudo trouxe à tona evidências e elementos empíricos importantes de organização escolar e pedagógicos, que possibilitaram conhecer um pouco do início da EI na cidade de São Caetano do Sul.

Pode-se afirmar, a partir dos documentos analisados, que, no início, as características administrativas eram mais fortes do que as pedagógicas, que foram ganhando relevância a partir das legislações e do trabalho realizado pelas escolas. Situação que pode ser explicada pela questão da falta de normatização e regulação das escolas e, ao mesmo tempo, pela ausência de teorias sólidas sobre crianças e bebês nas décadas de 1960 e 1970 no Brasil.

Em outras palavras, essa questão nos autoriza a dizer que a educação infantil na cidade de São Caetano do Sul teve uma trajetória inicial mais marcada pelo administrativo do que pelo pedagógico, que se instituiu, aos poucos e mais fortemente, na década de 1980.

Ao longo das análises realizadas, percebeu-se, também, que a legislação, em geral, era instituída com o intuito de consolidar questões importantes, todavia, tais situações, muitas vezes, já estavam presentes nas escolas.

Esta questão traz referências relevantes para os legisladores, pois há grande possibilidade que eventos, como o descrito acima, estejam ocorrendo nas escolas e necessitem ser consolidados a partir de decretos ou leis, o que demandaria estudos e aproximações mais frequentes do contexto da educação infantil. Este estudo, portanto, traz um indicativo relevante em relação às políticas públicas.

No presente estudo, percebeu-se, ainda, a presença das questões administrativas e pedagógicas em todas as legislações analisadas e também nos depoimentos das profissionais entrevistadas. Algumas questões apresentadas ampliam as discussões iniciais trazidas pelo projeto Era uma Vez e pelo livro Jardim da Infância, uma vez que trazem elementos empíricos baseados em legislações e depoimentos do início da EI municipal.

Os dados apresentados na presente pesquisa, que analisaram as primeiras diretrizes pedagógicas e de organização escolar da pré-escola da cidade de São Caetano do Sul, podem ser utilizados e contribuir, pelo menos, em três perspectivas.

Na primeira, eles podem ser utilizados pelas universidades locais e da região do Grande ABC no contexto da formação de professores, tanto inicial como continuada, um cenário que pode promover debates sobre a história da EI.

Na segunda, eles podem ser usados pela Secretaria de Educação da cidade que, neste contexto, pode criar mecanismos para que todos os profissionais de

educação conheçam o início da educação infantil local a partir das diretrizes pedagógicas e de organização escolar. Um processo de difusão da história.

Na terceira, a Fundação Pró-Memória, entidade que objetiva criar, organizar, instalar e manter instituições e atividades voltadas à preservação, manutenção e divulgação do patrimônio, pode utilizar esses dados para a criação de cursos e de eventos. Paralelamente, podem ser elaborados novos artigos e materiais sobre a história da educação infantil da cidade de São Caetano do Sul.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. **Por amor & por força: rotinas na Educação Infantil** – Campinas, SP: [s.n.], 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda., 1977.

BARRETO, Ângela M. R. Situação atual da educação infantil no Brasil. In: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Subsídios para o credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil**. v. 2. Coordenação Geral de educação infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998.

BARRETO, Ângela M. R. A educação infantil no contexto das políticas públicas. Revista Brasileira de Educação – **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**, Rio de Janeiro, Campinas, SP: Autores Associados, n. 24, p. 53-65, set./out./nov./dez. 2003.

BASTOS, Maria H. C. **De jardineira para a jardineira: orientações didático-pedagógicas para a educação pré-primária**. Revista Linhas Florianópolis, v.18, n. 38, p. 63-80, set/dez. 2017.

BASTOS, Maria H. C.; COLLA, Ana M. L. A idealização do professor na representação da docência: Retratando mestres In: ABRAHÃO, Maria H. M. B. (Org.). **A Aventura (Auto)biografia**. Porto Alegre/RS: Edipucrs, 2004. p. 465-484.

BITTAR, M; SILVA, J.; MOTA, M. A. C. **Formulação e implementação da política de educação infantil no Brasil**. In: Educação infantil, política, formação e prática docente. Campo Grande, MS: UCDB, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base**. Disponível: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/imagens/BNCC> Acesso em: 07 abr. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988, 305 p. Disponível: www.planalto.gov.br. Acesso em: 15 jun. 2017.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 10.172/2001, de 09 de janeiro de 2001.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Política nacional de educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF/COEDI, 1994a.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Por uma política de formação do profissional de educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF/COEDI, 1994b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**, Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. Brasília, DF: MEC/SEF/COEDI, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998a.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Subsídios para o credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil**. Coordenação Geral de Educação Infantil, v. 1 e 2. Brasília, DF: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1998b.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Básica. **Política nacional de educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008 p.295 (Coleção Sociologia).

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez. 2006.

DIDONET, Vital. Creche: a que veio, para onde vai. **Educação Infantil** - a creche, um bom começo, Brasília, v.18, n.73, p.11-28, 2001. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 24, 2004.

FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti (Org.). **Os fazeres na educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2000 p. 184.

FRANCO, M.L.P.B. **Análise de conteúdo** 4ª ed. , Brasília: Liber, livro 2012.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à Pesquisa Qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004 p.21-22.

GARCÍA, PAULO SÉRGIO; BIZZO, NELIO]; FAZIO, XAVIER . **Desafios da formação contínua a distância para professores de ciências**. Revista Iberoamericana de Educacion a Distancia, v. 17, p. 37-57, 2014.

GARCIA, PAULO SERGIO; GARRIDO, ÉRICA LOUREIRO; MARCONI, JULIANA. **Um estudo sobre da infraestrutura da educação infantil da região do Grande ABC Paulista**. HOLOS (NATAL. ONLINE), v. 1, p. 139-154, 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tabelas de estimativas por município**. Disponível em: < goo.gl/BtsMjR>. IMPRESA ABC. Histórico sobre os prefeitos da cidade de São Caetano do Sul. Disponível em: <http://www.imprensaabc.com.br/historia/politicos-sao-caetano-do-sul> Acesso: 19 abril 2018.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 5. ed. São Paulo: Cortez,1995.

KRAMER, Sonia. **Privação cultural e educação compensatória: uma análise crítica**. Cadernos de pesquisa nº 42. São Paulo 1982, p. 54-62. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/download/articulo/6209089>
KOIRE, Martha. **Requisitos para uma Professora de Jardim de Infância**. Revista do Ensino. nº 76, maio 1961, p. 33-34.

KUHLMANN JR., Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

KUHLMANN JR., Moysés. O jardim de infância e a educação das crianças pobres: final do século XIX início do século XX. In MONARCHA. C. **Educação da infância brasileira 1875 – 1983**. São Paulo: Autores Associados, 2001.

KUHLMANN JR., Moysés. Educando a Infância Brasileira. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte, Autêntica, 2011. p. 469-496.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil colonial: 1726-1950**. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 1997. p. 51-76.

NEGRÃO, Ana Maria Melo **Infância, Educação e Direitos Sociais – Asilo de Órfãos (1870 – 1960)**. Campinas: Centro de Memória – Unicamp, 2004.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Cadernos de Pesquisas em Administração**, v. 1, n.3, 2º sem., 1996.

OLIVEIRA, Zilma Moraes R. **Creches: Crianças, faz de conta & Cia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

OLIVEIRA, Zilma Moraes R. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**, 3ª. Ed., São Paulo: Cortez, 2007.

PARDAL, M. V. C. **O cuidado às crianças pequenas no Brasil escravista**. In: Vasconcelos, V. M. R. (org.). Educação da Infância: história e política. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. P. 51-72.

PEREIRA, Rosemary F. S. **Movimento de defesa da criança e do adolescente: do alternativo ao alterativo**. Tese de mestrado em serviço social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, S.P, 1998. p. 46.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Petrobras – BR: Ministério da Cultura: USU Ed. Universitária: Amais, 1997.

RIZZO, Gilda. **Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ROSEMBERG, F. **O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso creche** - 1984. In: ROSEMBERG, F. (Org.). *Creche*. São Paulo: Cortez, 1989.

SÃO CAETANO DIGITAL. **A história da cidade de São Caetano do Sul**. Disponível em: www.saocaetanodigital.com.br/historia-da-cidade. Acesso em: 11 de março de 2017.

SÃO CAETANO DO SUL. Consulta a Legislação. Disponível em: <http://administracaoweb.saocaetanodosul.sp.gov.br/>. Acesso em: 11 de janeiro de 2018.

SÃO CAETANO DO SUL. **Decreto 1047**, de 9 de fevereiro de 1961. Disponível em: <http://administracaoweb.saocaetanodosul.sp.gov.br/buscar.php>. Acesso em: 11 de janeiro de 2018.

SÃO CAETANO DO SUL. **Decreto 2337**, de 23 de fevereiro de 1965. Disponível em: <http://administracaoweb.saocaetanodosul.sp.gov.br/buscar.php>. Acesso em: 11 de janeiro de 2018.

SÃO CAETANO DO SUL. **Decreto 2562**, de 20 de outubro de 1965. Disponível em: <http://administracaoweb.saocaetanodosul.sp.gov.br/buscar.php>. Acesso em: 11 de janeiro de 2018.

SÃO CAETANO DO SUL.. **Decreto 3101**, de 06 de maio de 1968. Disponível em: <http://administracaoweb.saocaetanodosul.sp.gov.br/buscar.php>. Acesso em: 11 de janeiro de 2018.

SÃO CAETANO DO SUL. **Decreto 4470**, de 09 de dezembro de 1977. Disponível em: <http://administracaoweb.saocaetanodosul.sp.gov.br/buscar.php>. Acesso em: 11 de janeiro de 2018.

SÃO CAETANO DO SUL. **Decreto 4513**, de 09 de março de 1978. Disponível em: <http://administracaoweb.saocaetanodosul.sp.gov.br/buscar.php>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

SÃO CAETANO DO SUL.. **Decreto 4679**, de 17 de julho de 1979. Disponível em: <http://administracaoweb.saocaetanodosul.sp.gov.br/buscar.php>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

SÃO CAETANO DO SUL. **Decreto 4829**, de 22 de agosto de 1980. Disponível em: <http://administracaoweb.saocaetanodosul.sp.gov.br/buscar.php>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

SÃO CAETANO DO SUL. **Lei 2682**, de 08 de outubro de 1981. Disponível em: <http://administracaoweb.saocaetanodosul.sp.gov.br/buscar.php>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

SÃO CAETANO DO SUL. **Decreto 5028**, de 29 de dezembro de 1981. Disponível em: <http://administracaoweb.saocaetanodosul.sp.gov.br/buscar.php>. Acesso em: 20 de junho de 2018.

SÃO CAETANO DO SUL. **Decreto 5430**, de 22 de março de 1985. Disponível em: <http://administracaoweb.saocaetanodosul.sp.gov.br/buscar.php>. Acesso em: 20 de junho de 2018.

SILVEIRA, D. T.; CÓDOVA, F. P. **A pesquisa científica**. In: GERHARDDT, T. E. e SILVEIRA, D. T. (org.). Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: Editora de UFRGS, 2009. P. 31 -42.

SOARES, V. **Movimentos feministas: paradigmas e desafios**. Revista Estudos Feministas, Especial, Florianópolis, 1994, p. 11-241. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/16089/14633> Acesso em: 24 de agosto de 2018.

VENZKE, L. H. D.; FELIPE, J. Professoras e crianças pequenas no contexto da Educação. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 205-227, jan./mar. 2015. Editora UFPR

APÊNDICES



UNIVERSIDADE
MUNICIPAL DE SÃO
CAETANO DO SUL



A – Entrevista para Gestores – Diretor escolar

Prezado (a) colega: As informações prestadas neste questionário visam subsidiar pesquisas para o curso de Mestrado na área Educação.

I – INFORMAÇÕES PESSOAIS

1. Sexo:
() Masculino () Feminino
2. Ano de nascimento:
3. Que cidade você mora.
4. Estado civil:
() Casado (a) /União estável () Solteiro(a)
() Divorciado(a)/Separado(a) () Viúvo

II – INFORMAÇÕES DE FORMAÇÃO ACADÊMICA

4. Você possui (pode ser assinalado mais de um item):
() Magistério () Pedagogia Licenciatura Plena
() Normal Superior () Outro. Especificar: _____

III – INFORMAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL

5. Quanto tempo você trabalha/ou na área de Educação Infantil de São Caetano do Sul?
6. Você foi professora, professora encarregada, diretora? O que eram essas profissionais e quanto tempo trabalhavam?
7. Quando entrou na Prefeitura?
8. Que escolas você passou?
9. No início da Educação Infantil em São Caetano as orientações eram provenientes de onde?
10. O que era esse DEFE?
11. Qual o nome que as professoras recebiam naquela época, e porque?

12. Quais as principais atividades, as professoras tinham de realizar na escola com as crianças?
13. Vocês tinham atividades/rotinas prontas para serem utilizadas?
14. Como eram os parques, em termos de estrutura física?
15. Como eram os parques, em termos de número de crianças atendidas?
16. Como eram os tempos para o planejamento e reuniões?
17. O que você lembra, daquele tempo, que considera relevante?
18. Que tipo de regime de trabalho vocês tinham?



UNIVERSIDADE
MUNICIPAL DE SÃO
CAETANO DO SUL



B – Termo de consentimento livre e esclarecido

Título da pesquisa:

**UM ESTUDO SOBRE AS PRIMEIRAS DIRETRIZES
PEDAGÓGICAS E DE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR DA PRÉ-ESCOLA
NA CIDADE DE SÃO CAETANO DO SUL**

Nome do orientador: Paulo Sérgio Garcia

Nome do pesquisador: Elaine Xavier Beccatti Cezario

1. **Natureza da pesquisa:** o (a) senhor (a) está sendo convidada (o) a participar desta pesquisa, que tem como finalidade investigar as primeiras diretrizes pedagógicas e de organização escolar da pré-escola na cidade de São Caetano do Sul.
2. **Participantes da pesquisa:** profissionais que viveram o início da Educação Infantil na cidade de São Caetano do Sul.
3. **Envolvimento na pesquisa:** ao participar deste estudo, o (a) senhor (a) permitirá que o pesquisador Elaine Beccatti, utilize informações obtidas nesta entrevista para elaboração de sua Dissertação de Mestrado na Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS. O (a) entrevistado (a) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer tipo de prejuízo. Sempre que quiser, poderá pedir mais informações sobre a pesquisa, por meio do telefone do pesquisador do projeto e, se necessário, do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade.

4. **Sobre a entrevista:** desta será gravada o áudio, com o objetivo de o pesquisador não interromper falas do (a) entrevistado (a) para anotações ou apontamentos. O pesquisador desde já se compromete que, em momento algum, fará uso do nome do (a) senhor (a) em sua dissertação e que manterá sigilo quanto à gravação feita e as informações prestadas. O áudio da entrevista, ao término da pesquisa, será gravado em CD e uma cópia ficará em posse do pesquisador, que será arquivado pelo período de 5 anos a contar do término da pesquisa.
5. **Riscos e desconforto:** a participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.
6. **Confidencialidade:** todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o pesquisador e o orientador terão conhecimento dos dados coletados.
7. **Benefícios:** ao participar desta pesquisa o (a) entrevistado (a) declara ciência de que não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo forneça informações importantes sobre as Orientações Curriculares de São Caetano do Sul, de forma que o conhecimento a ser construído a partir desta pesquisa possa contribuir com a rede municipal de ensino da cidade de São Caetano do Sul, na qual o pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos.
8. **Pagamento:** o entrevistado (a) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto, preencha, por favor, os itens que se seguem.

Observação: não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Consentimento livre e esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Orientador

Orientador: Paulo Sérgio Garcia – Telefone para contato: (11) 97221-2271

Pesquisador: Elaine Beccatti – Telefone para contato: (11) 980540159

Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS

Campus Centro – Rua Santo Antônio, 50 – Centro

CEP: 09521-160. São Caetano do Sul – SP

Telefone: (11) 4239-3354